



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social

O QUE PODE A PSICOLOGIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

ORGANIZAÇÃO

...

Rita de Cássia Maciazeki-Gomes
Édio Raniero da Silva
Jéssica Isis Faria

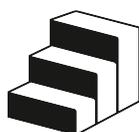
O QUE PODE A PSICOLOGIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Organização

Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

Édio Raniere da Silva

Jéssica Isis Faria



PORTO ALEGRE
2023

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2020-2021

Presidente: Deivis Perez Bispo dos Santos

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Régis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões

Diretor de Relações Internas: Pedro Henrique Antunes da Costa

Diretora de Relações Externas: Mariana de Almeida Pinto

Financiamento:

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social

Apoio técnico:

Rosângela Jacinto Cabral
Elaine Maria Silva Moura
Martha Barbosa Pereira
Joana Carla de Jesus Assis

Proposição:

Núcleo Sul Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO - SUL SUL)

Editor-chefe:

Lucas Almeida Dias

Revisão:

Grupo Psyché: estudos e práticas
em revisão textual / UFPel

Lucas Röpke da Silva

Sandra Lúcia de O. S. Soares
Savana de Andrade Munsberg

Projeto gráfico:

Bruno Eustáquio

Revisores:

Francine Brandt Cardoso
Gabriel Zardo de Oliveira
Ismael Felipe de Paula Angeli

Supervisão:

Profa. Taís Bopp da Silva
Profa. Mônica Cassana

Capa:

Lilian Hack

COMITÊ AD HOC COMPOSTO PARA A OBRA:

Dr. Bruno Cerqueira Gama - UFS/SE

Ma. Allyne Evellyn Freitas Gomes -
Faculdade Alpha Recife/PE

Dr. Dímitre Sampaio Moita -
Universidade Cruzeiro do Sul/SP

Ma. Alina Mira Maria Coriolano - UFES/ES

Dr. Edson Silva - UFPE/PE

Ma. Anna Júlia Giurizatto Medeiros - IFAL/AL

Dr. Fabio José Cardias-Gomes - UFMA/MA

Me. Mailson Santos Pereira - UFBA/BA

Dr. João Paulo Sales Macedo - UFDP/PI

Ma. Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto -
UFBA/BA

Dra. Jullyane Chagas Barboza Brasilino - UPE/PE

Ma. Moema Alves Macêdo -
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio/CE

Dra. Juliana Vieira Sampaio - UFC/CE

Ma. Iara Fernandes Teixeira -
Centro Universitário Uninassau/CE

Dr. Marcos Ribeiro Mesquita - UFAL/AL

Ma. Tathina Lúcio Braga Netto - UFAL/AL

Dr. Ricardo Dias de Castro -
Faculdade Estácio BH/MG

Dr. Ricardo José de Souza Castro - UFPE/PE



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

Conteúdo revisado por pares.

Apoios



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Dados catalográficos de registro

GOMES, R.C.M; SILVA, E. R. FARIA, J.
O que pode a psicologia social em tempos
de pandemia de Covid-19. 1a Ed: Gradus Editora
150 p. 2023. Bauru - SP.
1 - Psicologia; 2 - Psicologia social
ISBN: 978-65-88496-86-2

CDD: 150.00

SUMÁRIO

Apresentação - O que pôde a Psicologia Social em meio a Pandemia do Coronavírus..... 9

Édio Raniere e Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

C a p í t u l o 1

Psicologia Social e Saúde Coletiva - O que pode a Psicologia Social em Tempos de Pandemia? 15

Simone Mainieri Paulon

C a p í t u l o 2

Que clínica é essa? Narrativas e reflexões sobre o grupo de auto mútua ajuda Escuta na Quarentena 29

Larissa Dall' Agnol da Silva

Liamara Denise Ubessi

Luana Ribeiro Borges

Roberta Antunes Machado

Maria Judete Loureiro Ferrari

Luciane Prado Kantorski

Valéria Cristina Christello Coimbra

C a p í t u l o 3

Narrativas Sobre O Coletivo E A Vida Experimentações Clínicas Em Dias De Pandemia 41

Jackson Pereira Cardoso

Uilames Lazaro da Silva

Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

C a p í t u l o 4

Diálogos entre o Cacique Mbya Guarani VERÁ [Resplendor] - Eduardo Ortiz e o Prof. Dr. Alfredo Guillermo Martin Gentini 53

Cacique Mbyá Guarani VERÁ (EDUARDO AQUINO ORTIZ)

Alfredo G. MARTIN GENTINI

C a p í t u l o 5

Vidas negras e psicologia social: “lutas antirracistas e resistência quilombola” 63

Charlene da Costa Bandeira

Capítulo 6

Do Quilombo eu vim: a criação de uma psicoQUILOMBologia como estratégia de aquilombamento e (re)existência de estudantes quilombolas 73

Charlene Da Costa Bandeira

Bruna Rosa Farias

Capítulo 7

Psicologia Social e Arte: Notas breves sobre algumas inquietações, em tempos de pandemia 81

Andréa Vieira Zanella

Capítulo 8

Produção de imagens na pandemia: a arte como expansão da vida em tempos de sensibilidades furtivas 95

Jaqueline Tiltoni

Capítulo 9

Psicologia Social do Trabalho: relatos de experiência em uma disciplina antes e durante a pandemia..... 109

Geruza Tavares D'Avila

Egeu Gomez Esteves

Capítulo 10

Reflexões trans em escritas pandêmicas: um breve diálogo com a Psicologia Social 121

Renato Monteiro

Alexandra Costa.

Capítulo 11

Narrativas do atuar em coletivo: A importância da Participação no Movimento Estudantil e de Formação Política-Classista para Estudantes de Psicologia 133

Jessica Isis Faria

Rhândrea L. da Silveira

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS) 145

Apresentação

O que pôde a Psicologia Social em meio a Pandemia do Coronavírus

Édio Raniere e Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

Pela janela do quarto, pela janela do carro, pela tela, pela janela, quem é ela, quem é ela, tudo enquadrado, remoto controle (Esquadros, Adriana Calcanhotto).

Esquadros, recortes de um mundo em paralisia dentro e fora. Fora de si. Dentro da casinha, isolado do outro, do mundo que se afasta pelos recordes de cenas virulentas, o outro é perigoso. Quarentena, isolamento e distanciamento social, aglomeração igual a pânico, pandemia.

Isolar, distanciar, afastar não eram verbos usualmente conjugados por uma psicologia social brasileira. Estávamos acostumados a conviver, agenciar, buscar pelas comunidades com as quais trabalhávamos. No começo de 2020 fomos avisados que esses modos de fazer pesquisa, extensão e mesmo ensino estavam suspensos. Cientistas do mundo todo tentavam conter o avanço de um vírus sobre o qual nada se sabia e a única estratégia disponível para isso era evitar, ao máximo, o contato presencial entre as demais pessoas.

Com o controle remoto quebrado, à deriva, às cegas a humanidade estaciona. Paralisia. Tudo fechando, cancelamento de atividades cotidianas. O que fazer? Para onde ir? Para casa, ficar em casa. Cada um na sua casa, cada um no seu quadrado. A orientação: “*Se proteja, proteja quem você ama.*” Fomos obrigados a permanecer (quem pôde) o maior tempo possível em nossas casas. A saída de casa passou a incorporar novos utensílios à rotina como o uso de máscara e a utilização, cada vez mais frequente, de álcool em gel. Passaram-se dias, semanas, meses e a situação não melhorava. A cada dia, mais pessoas eram internadas. Pelas telas, espiamos não querendo ver e nem ouvir as notícias sobre o agravamento da pandemia, não mais do outro lado do mundo, na China, mas aqui do lado. Acompanhamos atônitos a lotação de leitos nos hospitais, a sobrecarga dos profissionais de saúde e o número crescente de óbitos em todas as regiões do país. Em resposta, o pronunciamento do chefe maior da nação brada: “*E daí? Eu sou Messias, mas não faço milagres*”, ou ainda, “*muitos serão infectados e, infelizmente, muitos perderão suas vidas também, mas é uma realidade que nós temos que enfrentar.*” A negligência do governo federal – há quem fale em genocídio – foi tamanha que mais de meio milhão de pessoas acabou morrendo. Poderíamos com Butler perguntar, quais vidas importam?

A chegada do vírus nos deixou nus, expos nossas mazelas mais profundas, aquelas que jamais foram cicatrizadas. Um vírus soberano, do qual ninguém escapa ileso. Não escolhe quem acompanhar, com quais corpos andar e se multiplicar. Mas expõe as iniquidades dos desfechos das

histórias de sucesso, dos finais felizes, dos que se curam e “voltam para casa”. Escancara a insensatez que vivemos, cotidianamente, na normalidade de nossos dias de trabalho e família.

Como combater esse movimento necropolítico que escolhe quem deve viver e quem deve morrer? Como fazer frente a tudo isso de dentro de casa? Como de dentro de casa, não só ficar olhando pela “*janela do quarto, pela janela do carro, pela tela, pela janela*”? Está tudo enquadrado, mas não temos mais o remoto controle. O que podemos fazer diante desta produção biopolítica que esquadrinha e determina lugares a serem ocupados na população? Como podemos fazer frente diante do caos que nos assola? Os tempos não são fáceis e as respostas não são simples, ainda mais em momentos de crise. Talvez uma das pistas seja admitir que não sabemos de antemão e de que precisamos do outro “perigoso” para agenciar saídas possíveis.

Separados daquilo que podíamos, perdidos em nossas individuações, fomos apresentados às plataformas de videoconferência. Na época estávamos coordenando o Núcleo Sul Sul da Abrapso – Rita de Cássia Maciazeki-Gomes – e a Regional Abrapso Rio Grande do Sul – Édio Raniere. A profa. Geruza Tavares D’Avila esteve conosco na organização das atividades realizadas pelo Núcleo Sul Sul. Lançamos alguns convites a estudantes, amigos, colegas e iniciamos uma série de encontros. Aos poucos o Núcleo Sul Sul foi se tornando um potente espaço de convivência virtual. A cada semana novos estudantes da FURG – Universidade Federal de Rio Grande – e da UFPel – Universidade Federal de Pelotas – apareciam nos debates.

Agenciamos parcerias entre o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos – GESCEM, com o Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito – NETCOS, na sequência trouxemos também o LAPSO – Laboratório de Arte e Psicologia Social. Pairava certa efervescência no ar wireless que ligava nossas telas. Em meio a um desses calorosos encontros, numa inspiração spinoziana, passamos a nos questionar sobre ‘*O que pode a Psicologia Social em meio a Pandemia do Coronavírus*’.

A problematização sobre “*O que pode a Psicologia Social em meio a Pandemia do Coronavírus?*” nos impulsionou a olhar para nós mesmos, situar nosso lugar de privilégio diante de tamanha calamidade social, inimaginável até bem pouco tempo. O vírus que chegou sem avisar, arrancou com força os curativos de feridas e mazelas sociais nunca cicatrizadas. O “fique em casa, pois estamos todos no mesmo barco” logo se mostrou um discurso elitista para a maioria da população que precisou sair de casa, a qualquer custo para prover o sustento da família. Ônibus e metrô lotados, com a diminuição das linhas diárias, trabalhadores da saúde esgotados que passaram a residir longe da família, populações vulnerabilizadas, invisibilizadas e negligenciadas na gestão das políticas públicas. O mantra logo mudou e passamos a acompanhar o “Fique em casa, se puder”. No meio do caos acompanhamos, ainda, embates sobre saúde versus economia, afinal no discurso dos nossos governantes, “o país não pode parar”.

Alguns encontros foram embalados, dali em diante, por essa tônica. Apesar de muito debater, sentíamos que nossas reações não eram suficientes, que necessitávamos de outras vozes, outras narrativas, outras leituras. O campo estava pronto para emergência de algo que nos pedia passagem. Se o eu não passa de um veículo, se ele é algo que transporta sempre outro que não ele mesmo (COCCIA, 2020)¹ estávamos, enquanto grupo, fazendo algo parecido: conduzindo um outro diferente de nós, permitindo sua passagem.

No Núcleo Sul Sul os encontros que se seguiram foram dedicados à preparação dos temas e convites aos palestrantes. O seminário foi organizado em dois blocos, cada qual com cinco atos.

¹ Emanuele Coccia. *Metamorfoses*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2020.

Assim, no primeiro bloco, os encontros foram mobilizados por questionamentos que se impunham e se faziam urgentes naquele momento: Como produzir saúde? O que pode ser feito através das plataformas virtuais? Como operar com grupos online? Como produzir estratégias coletivas de cuidado, nesse momento? Como os povos originários e tradicionais têm enfrentado a pandemia? Das temáticas esboçadas emergiram os cinco atos que seguem:

Ato I: Psicologia Social e Saúde Coletiva

Ato II: Psicologia Social e os Povos Originários

Ato III: Psicologia Social, Práticas Experimentais, Performances e Teatro do Oprimido nos meios virtuais

Ato IV: Psicologia Social e os Processos Grupais em meio à Pandemia

Ato V: Vidas Negras e Psicologia Social

Já no segundo bloco, os encontros foram mobilizados por questionamentos sobre: Quais são os agenciamentos entre Psicologia Social e Arte em tempos de pandemia? O que pode a Psicologia Social quando pensamos em imagens? Quais os impactos sociais e econômicos da pandemia a partir da Psicologia Social do Trabalho? E, ainda, como (re)pensar a formação em Psicologia em tempos de pandemia? Entre as temáticas trabalhadas nos cinco atos do segundo bloco estiveram:

Ato VI: Psicologia e Arte

Ato VII: Psicologia Social e Imagens

Ato VIII: Psicologia Social e do Trabalho

Ato IX: Projeto TransGarçonne

Ato X: Formação em Psicologia Social

As dez exposições foram registradas e estão disponíveis, gratuitamente, na página do Núcleo Sul Sul da Abrapso: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100069311615517>. Reflexões iniciais sobre o processo de constituição do projeto, com enfoque nos primeiros cinco atos do primeiro bloco foram compartilhadas no texto “*Das Imagens nos Cinco Atos de ‘O que pode a psicologia social em meio a pandemia do coronavírus?’*”, publicado pela revista Expressa Extensão.²

Essas apresentações foram realizadas de modo aberto à toda comunidade, tivemos um público que superou as nossas expectativas, disparando uma série de debates e provocando em nós o desejo de ampliar o trabalho para uma outra linguagem. Em sua quase totalidade as falas realizadas foram feitas de improviso. Diante disso, encaminhamos aos autores um convite para publicação de um ensaio, escrito a partir das suas respectivas apresentações no seminário.

Solicitamos uma reunião e fomos recebidos pela direção da ABRAPSO Nacional – Prof. Deivis Perez – que gentilmente nos atendeu ponderando algumas possibilidades para publicação do livro que gostaríamos de organizar. Nos alertando, contudo, da necessidade de encontrarmos uma parceria, em nossas universidades, para realização da revisão dos textos.

Enquanto os ensaios estavam sendo preparados entramos em contato com Profa. Taís Bopp. Que prontamente nos atendeu, organizando um projeto de ensino - Grupo Psyché: estudos

²Rita Maciazeki et al. Revista Expressa Extensão. v. 26, n. 1, p. 475-482, JAN-ABR, 2021. Artigo disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/19691>

e práticas em revisão textual / UFPel - com alunos do curso de Letras da UFPel, para revisão dos textos. À medida que as escritas iam chegando, encaminhávamos a Profa. Taís, que as distribuía entre seus alunos e após realização do trabalho nos retornava com o texto revisado.

A coletânea que o leitor tem em mãos, nesse momento, é, portanto, fruto de uma parceria entre muitos. Esse livro não teria sido possível sem a articulação, dedicação e esforço mútuo desse grande coletivo. Reconhecemos e agradecemos a todos os envolvidos. Passemos, a partir de agora, à uma rápida apresentação sobre cada um dos capítulos que compõem esta cartografia.

O ensaio de abertura é escrito por Simone Paulon: *Psicologia Social e Saúde Coletiva – O que pode a Psicologia Em Tempos de Pandemia?* Nele a autora problematiza a produção de saúde, em sua dimensão coletiva, em tempos de pandemia. E nos deixa questionamentos que seguem a ressoar: O que pode a Psicologia fazer para barrar a produção de subjetividades individualísticas-colonizadas e ajudar a tecer um mundo mais solidário? Como pode a psicologia se corresponsabilizar com ações efetivas que ajudem a construir um país que jamais volte àquilo que nos habituamos a chamar de normal? Como encarnar ações concretas para nunca mais normalizemos a vida em que donas Martas enterrem seus netos negros que não mereceram 10 minutos do olhar da patroa branca?

A criação de espaços de acolhida e escuta em grupos virtuais foi a temática abordada em *Que clínica é essa? Narrativas e reflexões sobre o grupo de auto mútua ajuda Escuta na Quarentena*, de Larissa Dall’ Agnol da Silva et al. O texto compartilha as experiências do Grupo de Auto Mútua Ajuda (AMA) – Escuta na Quarentena na pandemia da Covid-19. Segundo as autoras, o Escuta na Quarentena promove a experimentação pela via dos afetos na esteira de um cuidado ético, estético, afetivo, político em defesa da vida e do Sistema Único de Saúde (SUS), auxiliando pessoas, que na grande maioria das vezes não se conheciam presencialmente, a partilhar e superar os desafios que se apresentaram diante de si e do coletivo desde o início da pandemia, produzindo uma outra clínica, de escuta, de afetos, deslocamentos, de uma ética do cuidado compartilhado.

O terceiro capítulo: “*Narrativas Sobre O Coletivo E A Vida Experimentações Clínicas Em Dias De Pandemia*”, de Uilames Lazaro da Silva, Jackson Pereira Cardoso e Rita de Cássia Maciazeki-Gomes se apresenta como um texto-em-experimentação, um ensaio narrativo a partir de linhas intensivo-afetivas que atravessam o dispositivo clínico do Espaço de Expressão. A situação pandêmica colocou-nos diante de novos desafios, mas não só, interpelou-nos sobre as possibilidades e estratégias de cuidado em meio virtual, mediado pelas telas. O ensaio tem como objetivo pensar o conceito de Coletivo para logo articulá-lo aos nossos fazeres junto ao grupo de atoras e atores de um CAPs. O texto procura instigar a produção de clínicas-coletivas que sirvam de suporte para as expressões dos diversos modos de habitar a vida, bem como ensejar pistas para trabalhadoras/es, estudantes, usuárias/os e demais interessadas/os sobre o trabalho com temas ditos complexos em grupos.

Em *Palavras de Papel e Terras em Dono*, Eduardo Ortiz e Alfredo Guillermo Martin Gentini, apresentam o registro de uma conversa entre um psicólogo transcultural e um cacique Mbyá Guarani do Rio Grande do Sul. A atividade foi realizada no quintal de casa, a sombra das árvores e ao som dos passarinhos, um ambiente propício para um diálogo sobre as cosmovisões indígenas, a relação ancestral e cultural com a terra e sua propriedade, o Bem Viver ameríndio, o pajé, o petyngua e a Opy, ao valor da palavra e a saúde mental, a defesa da vida frente à pandemia.

Já em *Vidas Negras e Psicologia Social: Lutas Antirracistas e Resistência Quilombola*, Charlene da Costa Bandeira apresenta reflexões a partir da psicologia social, sobre o papel da psicologia na pandemia e no pós-pandemia. E nos instiga com a propositura de uma PsicoQuilombologia a pensar: “O Que Pode Aprender a Psicologia Social com as Lutas Antirracistas e Resistência Quilombola?”

No sexto capítulo - *Do Quilombo eu vim: a criação de uma psicoQUILOMBologia como estratégia de aqilombamento e (re)existência de estudantes quilombolas* - de Charlene Da Costa Bandeira e Bruna Rosa Farias, temos o registro de duas estudantes quilombolas para uma psico-QUILOMBologia. O texto enfatiza o intuito de democratizar o acesso aos conhecimentos acadêmicos, incluindo como ciência os saberes em saúde tradicionais. O território, a ancestralidade, a convivência com os mais velhos, a oralidade são pontos que conectam o hoje com o passado que vive em cada um.

Psicologia Social e Arte: Notas breves sobre algumas inquietações, em tempos de pandemia, é o nosso sétimo capítulo. Nele Andréa Zanella problematiza como a psicologia brasileira, enquanto ciência e profissão, colaborou na criação de respostas aos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. A fim de contribuir com esse processo, a autora assume a arte em sua potência de fazer ver, desver e transver, de sentir e sintonizar com possibilidades outras do próprio corpo. Na tentativa de mover o pensamento e construir alguma possibilidade de resposta a esses desafios, Zanella dialoga com obras de Nuno Ramos, Caetano Dias e Rosana Paulino. São obras que denunciam e anunciam, no seu entender, alguns possíveis, algumas respostas para a situação pandêmica, porém abertas como toda obra de arte.

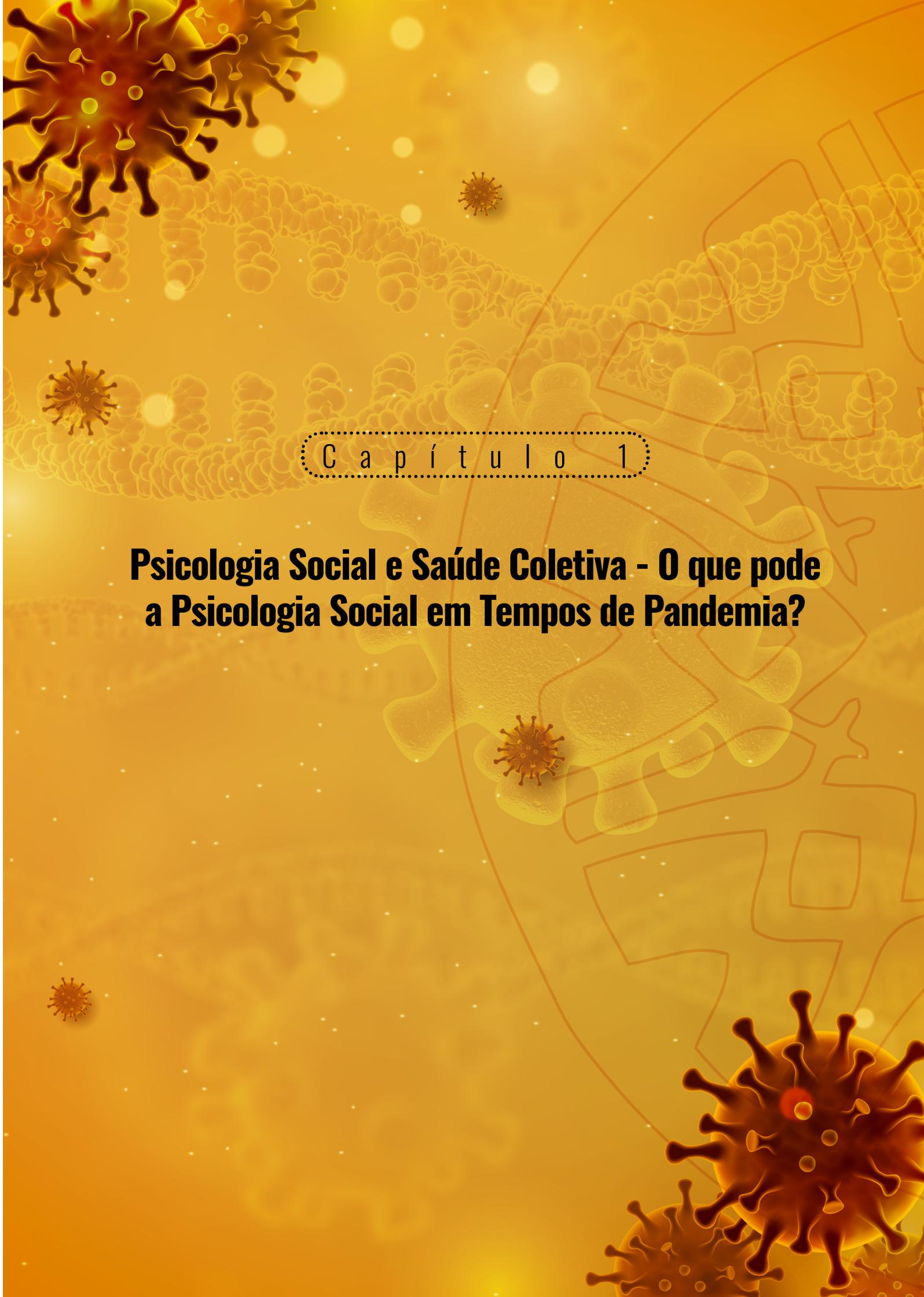
No oitavo capítulo - *Produção de imagens na pandemia: a arte como expansão da vida em tempos de sensibilidades furtivas* - Jaqueline Titone nos instiga a pensar os cotidianos imagéticos que nos atravessam e com eles abrir frestas na complexidade de nossas experiências. O ensaio se constitui a partir da psicologia social do trabalho, cais onde a autora ancora sua tela-espelho, espécie de barco escritório-casa que navega por esses mares pandêmicos, nesta cidade a que atribuo, um mar.

O nono capítulo, *Reflexões trans em escritas pandêmicas: um breve diálogo com a Psicologia Social*, é escrito por Renato Monteiro. Trata-se de uma exposição sobre o Projeto TransGarçonne da UFRJ. Embora pessoas transgêneras sempre tenham existido, a transgeneridade tem ganhado visibilidade no Brasil como uma pauta nos últimos anos. O termo transgênero (trans) surge podendo abrigar diferentes nomenclaturas desconhecidas até bem pouco tempo, como “homem trans”, “mulher trans” e “pessoa não binária”, sendo a travesti uma identidade feminina latino-americana. No contexto da pandemia de covid-19 o autor busca refletir sobre estas questões, problematizando o binarismo de gênero na estrutura cisheteronormativa, a fim de desnaturalizar a associação entre marcadores biológicos e gênero, o que traz implicações para pensar os desafios da psicologia social.

Psicologia Social do Trabalho: relatos de experiência em uma disciplina antes e durante a pandemia, de Geruza Tavares D’Avila e Egeu Esteves é nosso décimo capítulo. Nele os autores nos apresentam o histórico de criação da disciplina de Psicologia Social do Trabalho no curso de Psicologia da FURG. Relata sua experiência como docente antes e durante a pandemia de COVID-19. Colocando em questão o quanto a presença dessa disciplina afetou a escolha dos temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso e por fim destaca sua relevância como abordagem teórico-metodológica para a formação e práxis do/a psicólogo/a.

Nosso último capítulo - *Narrativas do atuar em coletivo: A importância da Participação no Movimento Estudantil e de Formação Política-Classista para Estudantes de Psicologia* - escrito por Jessica Isis Faria e Rhândrea L. da Silveira busca compartilhar e propor reflexões acerca do processo de formação em Psicologia no horizonte da Psicologia Social, especialmente, no cenário da pandemia decorrente do novo coronavírus. Trata-se de um relato narrativo de duas estudantes de Psicologia que se propõem, a partir de suas trajetórias e vivências na universidade pública, e anterior a mesma, a discorrer sobre a dimensão da ação sociopolítica desde o seu local de estudo e trabalho, em busca de construir redes e movimentos coletivos para compreensão da sociedade, constituição e atuação dentro dela.

Com muita alegria apresentamos, portanto, uma coletânea de onze ensaios escritos em tempos pandêmicos. Escritas que nos ajudaram a respirar, a produzir sentidos e continuar inventando uma psicologia social brasileira. Escritas que nos instigaram a (re)inventar possibilidades, a SUSpirar e numa pluralidade de vozes traçar algumas pistas para a questão que nos debruçamos. E, assim, cartografar alguns fragmentos do que pôde a Psicologia Social em meio a Pandemia do Coronavírus.

The background is a warm, golden-yellow color with a subtle pattern of a human silhouette. Overlaid on this are several virus particles, some large and detailed with red and yellow centers, and others smaller and simpler. A chain of yellow, rounded cells or molecules is also visible, winding across the upper part of the image. The overall aesthetic is scientific and health-related.

C a p í t u l o 1

**Psicologia Social e Saúde Coletiva - O que pode
a Psicologia Social em Tempos de Pandemia?**

A humanidade apenas coloca as questões
que já não pode mais não colocar.

(PANDEMIA CRÍTICA, Monólogo do Vírus, 2020)

Gostaria de começar agradecendo às colegas da Associação Brasileira de Psicologia Social ABRAPSO - Núcleo Sul Sul pela organização cuidadosa deste evento. Em tempos virulentos, que tanto convocam afetos tristes e evitação de encontros, um convite a ativar o pensamento e acionar paixões alegres me chega como uma brecha necessária, respiradouro possível e uma provocação mais que bem-vinda.

E queria propor esta instigante reflexão que a abertura do 1º ato do evento contém, acerca da produção de saúde em tempos de pandemia, a partir de uma homenagem a uma brasileira cuja história poderia sintetizar boa parte dos dilemas que hoje temos a enfrentar em nosso país e para os quais temos a tarefa urgente de afinar, inventar ou mesmo desconstruir nossas ferramentas teórico-conceituais. Falo da senhora Marta Santana, mãe de Mirtes Renata Souza, ambas empregadas domésticas da família de Sari Corte Real, primeira-dama do município de Tamandaré (Pernambuco) cujos cofres públicos pagavam os salários dessas trabalhadoras, como a tragédia ocorrida com ambas na casa do prefeito veio a revelar. Dona Marta era avó do menino Miguel, de 5 anos, morto por negligência da patroa, Sra Sari, que fazia as unhas, enquanto mandou Mirtes, sua empregada, passear o cachorro da casa em que estava trabalhando com filho, que não tinha escola devido às restrições sanitárias da pandemia. Dona Marta declarou: “Eu dei 9 anos da minha vida pra cuidar dos filhos dela e ela não olhou 10 minutos pelo meu neto!”³

Dona Marta não é uma exceção, infelizmente, entre as mulheres negras do Brasil que têm suas vidas marcadas por perdas absurdas e evitáveis como a de Miguel. Mas a escolhi como emblema do que esta barbárie de que sua família foi vítima reúne das injustiças sociais de nosso país. A boca desta vó faz “ver e falar” meio milênio de opressões de raça, classe e gênero. É desde este **caráter analisador da pandemia**, trazendo à tona injustiças históricas e enfrentamentos impostergáveis que os convido a pensar possíveis contribuições da Psicologia Social.

Com esta cena analisadora aproveito para oferecer minha solidariedade às mais de cem mil famílias hoje também enlutadas pela negligência do Estado brasileiro. E proponho para pensarmos juntas “Como seguir adiante?” uma questão norteadora de inspiração freireana: Como potencializar forças ativas que nos ajudem a operar esta passagem brutal de nossa história sem desistir de esperançar?

Mas seguir a vida em um país dominado pela mais crua necropolítica não é tarefa fácil, nem para poucos, nem para pouco tempo. Por isto, o convite é que exploremos esta paradoxal condição que pandemia nos impõe – hiperconectados, porque necessariamente isolados – para nos articularmos ao que é possível fazer, a fim de preservarmos o que está vivo em nós, incluindo nossos corpos e nossa condição de pensamento ativo.

Isto implica explorarmos no limite do improvável as possibilidades afetivas, que literalmente vamos “inventando”, artística e criativamente, e que possam nos ajudar, não somente a pensar como

³ <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-06-08/caso-miguel-nao-conseguiu-dar-dez-minutos-para-o-meu-neto-diz-avo.html>

enfrentar esse momento de pandemia, essa crise sanitária sem precedentes, para as nossas gerações e possivelmente as futuras, mas que possibilite o enfrentamento do tempo que está por vir: um pós-pandemia que ainda não sabemos como será, mas que desejamos e precisamos acreditar que teremos a oportunidade de viver e ter a chance de nos desafiarmos a inventá-lo. Nesse sentido, o que pudermos criar de estratégias criativas certamente terá desdobramentos no modo como será o mundo daqui para frente. E nos modos de subjetivação que esta experiência inusitadamente coletiva está forjando. Partindo do momento atual do nosso país, no qual o número de infectados e de óbitos ocasionados pela infecção da Covid-19 vem crescendo descontroladamente, é impensável que estejamos sobrevivendo em meio a isso. Esses tempos exigem que arregimentemos toda sorte de recursos subjetivos para enfrentar um nível de sofrimentos, ao menos no número de pessoas atingidas simultaneamente, sem precedentes na história da humanidade. Evidentemente, a história da humanidade é farta em tragédias coletivas de grande monta. O caráter inusitado que esta experiência específica da pandemia de 2020 carrega, entretanto, é ter afetado, impactado, apavorado, em maior ou menor grau, 7,8 bilhões de habitantes do planeta Terra, no mesmo momento histórico.

É preciso, pois, que aprendamos a explorar as tantas articulações possíveis, as hiperconexões que nos interpelam cotidianamente, não só para adequarmos as exigências de trabalho e produção ao isolamento pandêmico, mas também para explorarmos novas possibilidades de conexão com o mundo. Um bom exemplo deste tipo de estratégia a que estou me referindo temos no projeto “Memorial Inumeráveis”⁴ que faz circular diariamente nas redes sociais os testemunhos de pessoas que apresentam, em uma frase, seus amores perdidos para a Covid-19: “Adalberto Álvares Almeida, 53 anos: O carnaval em pessoa.”; “Roger Wesley Ortiz, 21 anos: A alegria de viver era sua marca registrada.”; “Ruth Maria de Oliveira, 102 anos: tia Ruth era sinônimo de luta, vitória, dedicação, disciplina e amor.”. Sob a consigna “Não há quem goste de ser número, gente merece existir em prosa”, o Memorial Inumeráveis estampa nas redes sociais o absurdo das dores testemunhadas pelos que precisam se manter vivos, carregando os inúmeros sofrimentos que a pandemia traz a cada uma das muitas famílias enlutadas que sequer têm experimentado o direito aos rituais de despedida tão indispensáveis às elaborações psíquicas de todos nós. É um projeto artístico, ético e afetivo que produz uma intervenção a um só tempo clínica e política, pois escancara o modo como cada uma das milhares de vidas perdidas aparece estampada na mídia e estatísticas governamentais em contraste à singela presença daquela pessoa singular para aqueles que a descrevem e narram as humanas dores de suas perdas.

Este potente microrganismo que está levando inúmeras vidas, convoca-nos a pensar quais as conexões possíveis e necessárias para preservar aquilo que é da ordem da vida; o que inclui a sobrevivência física de um corpo que se percebe mais vulnerável que nunca, mas também exige que mantenhamos o pensamento ativo, como condição de vida.

Hannah Arendt traz, em seu livro *Condição Humana* (1989), que a possibilidade de viver e enfrentar o inominável somente se dá na vida ativa, que convoca o pensamento a se manter alerta, a não desistir dos enfrentamentos necessários. Para a filósofa, das três atividades constitutivas da vida humana – o labor, o trabalho e a ação – esta última é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade, pois é na capacidade de agir, isto é, de iniciar algo novo que se manifesta a dimensão política a vida. Sem essa essência política presente na condição humana, a vida se torna impensável, o mundo perderia o sentido sem interação constante e permanente entre homens. Como afirmam Gangá e Sousa (2017, p. 13) ao estudarem o sentido da natalidade em Arendt: “No isolamento o homem perde sua humanidade, pois a solidão é para o homem uma espécie de morte anunciada.”

⁴<https://inumeraveis.com.br/>

Tal entendimento da essência política que nos afirma como humanos nos encontros com a nossa pluralidade, segundo Arendt, dá a dimensão da tragédia em que estamos imersos. O que as restrições sanitárias estão a nos exigir pode ser pensado como da ordem do inumano. Nesse sentido, convocar o pensamento como forma de agir politicamente no mundo corresponde a acionar o vivo em nós. A pergunta norteadora deste ato - “O Que Pode a Psicologia em Meio à Pandemia do Coronavírus?” - apresenta-se, assim, em sua intenção espinoziana, segundo a qual devemos nos convocar às potências e não àquilo a que estamos limitados. É, nesta medida, um chamado à potência do pensamento como dispositivo de ampliação e de sustentação da vida. Acolhermos a potência desse pensamento pode nos ajudar a ultrapassar a crise desse cenário pandêmico.

Também na linha de explorar essa ambiguidade, o paradoxo de estarmos isolados e hiperconectados, portanto, convocados a inventar novas formas de afetabilidade, Peter Pal Pelbart, editor da N-1, no início da pandemia do Covid-19, propôs lançar um texto por dia. Foram 135 dias ininterruptos⁵ com manifestos, diários, artigos, entrevistas que mais poderiam ser ditos petardos de pensamento⁶ ou textos-intervenção. Na abertura da coletânea intitulada “Pandemia Crítica” a editora assim apresenta o propósito de “fazer circular cotidianamente pensamentos surgidos no calor dos acontecimentos” que embalariam a seção nos meses seguintes:

Trata-se de explorar, ainda que intuitivamente, como esse evento mundial nos chega, perturba, atordoia, chacoalha, e talvez também abra brechas. Alguns dizem que depois disso nada será como antes. Numa era que parecia ter esgotado sua imaginação política, quiçá só uma pancada virótica seja capaz de nos despertar. (N-1, 2020, s/p)

E foi no calor dos acontecimentos pandêmicos que um dos primeiros textos lançados para o despertar da imaginação política teve como autor principal ninguém menos que o próprio Covid-19! Diz o “Monólogo do Vírus” em suposta conversa com a humanidade:

Olhem para mim como seu salvador e não como seu coveiro. São livres para não acreditar em mim, mas eu vim para desligar a máquina cujo freio de emergência vocês não encontram. Eu vim suspender a operação da qual vocês são reféns. Eu vim expor a aberração da “normalidade”... (PANDEMIA CRÍTICA, 2020, p. 4)

A arrogância estilística do autor anônimo que se coloca como interlocutor do vírus para alertar os caminhos mortíferos que o afã autodestrutivo da humanidade veio construindo para si mesma deve ser aqui depurada em seu caráter irônico para que atinja sua finalidade de provocar-nos à reflexão. Butler (2015), aliás, faz uma interessante pontuação em seus estudos sobre guerras, atentados e grandes tragédias humanitárias, mostrando como certa “comoção seletiva” opera reafirmando relações de poder e mecanismos específicos que servem muitas vezes para justificar a eliminação, em cenários de exceção. Aponta que nas guerras contemporâneas, nem todas as vidas são qualificadas como vidas, o que resulta em violências de Estado, por exemplo, definindo quais as “vidas precárias” são “dignas” de proteção, quais devem ser abreviadas e quais merecem ser prolongadas. Se olharmos as imensas desigualdades na letalidade com que, no prolongamento da pandemia, o vírus atingiu segmentos historicamente vulnerabilizados, especialmente em países com grandes populações empobrecidas como o Brasil, a afirmação de Butler acerca das vidas passíveis

⁵Disponível em <https://www.n-1edicoes.org/textos>.

⁶A definição de petardo encontrada no dicionário *On Line* de língua portuguesa vem bem a calhar para expressar o efeito de muitos dos referidos textos que aqui se quer evocar: “Engenho portátil destinado a destruir algo por explosão; bomba, máquina infernal. Chute violento.” (<https://www.dicio.com.br/petardo/>)

de proteção, ou mesmo luto, e dignidade no morrer, se atualiza de forma dramática nas imensas valas comuns, sem rituais de despedida que assistimos ao longo de 2020 na TV.

Destacada, então, a devida ironia que está contida nesta estratégia de dar a palavra a um vírus mortífero para falar acerca da produção de vida, interessa-nos aqui acentuar este aspecto trazido no anonimato do texto que acena à potência analisadora que tem este “puxar a alavanca de emergência” de uma produção desenfreada de bens materiais e subjetividades a serviço do capitalismo financeiro. A alavanca foi puxada e ainda estamos atônitos tentando elaborar como é mesmo que vivíamos antes dela e o que está por vir.

Topando o desafio que o “monólogo do vírus” nos lança como humanidade, queria convidá-los a pensar nesse campo, que muito me agrada, das possibilidades. Situarmo-nos no campo das potências e não das impossibilidades que nos assolam é uma estratégia ético-existencial mais do que propriamente epistemológica. Trata-se de uma espécie de exercício para criarmos respiradores coletivos, tubos de oxigenação que tirem os joelhos autoritários, negacionistas, sufocantes de nossos pescoços e nos ajudem a respirar. Uma estratégia política, no sentido de ativar-nos à ação que, seguindo a inspiração arendtiana, pode restaurar nossa condição humana da natalidade.

Lanço, para tanto, algumas reflexões a partir de dois pontos que podem nos ajudar a avançar nesta estratégia de explorar nossas conexões:

- 1º) No campo da Saúde Coletiva: O que podemos aprender com esta radical experiência de sofrimento coletivo? Saúde Coletiva, no sentido aqui evocado, diz respeito ao que nós, institucionalistas⁷, referimos por campo de análise e que é bem mais amplo do que um campo de intervenção. Ainda que o contexto pandêmico esteja demandando muito concretamente as intervenções epidemiológicas, públicas, sanitárias que cabem ao campo de intervenção englobado pela Saúde Coletiva, tendo a pensar que nosso diálogo pode ser mais produtivo se pudermos olhar uns minutos para este complexo de instituições, valores, horizonte epistemológico que também está em alvoroço com a vivência-limite que a pandemia nos impõe;
- 2º) No campo das práticas psicológicas que têm incidido sobre este contexto pandêmico, um pouco do que tem sido possível a partir do que temos experimentado como estratégias ético-políticas que nos convocam, aí sim, mais no campo das intervenções.

Saúde Coletiva para uma Saída Coletiva

O que o criativo “Monólogo do Vírus” anuncia, ao se apresentar como solução e não problema, é que algo parou a roda. O que era impensável aconteceu: o mundo, aos poucos, parou. Uma aprendizagem que confirma que é possível mudar o jogo. O que estamos aprendendo agora é outra possibilidade que não nos fora até então colocada: é possível mudar o jogo, é possível que esse jogo já não sirva mais para a humanidade. Também para o eslavo, Zizek (2020) a grande aprendizagem que a pandemia nos lega é relativa à possibilidade de mudarmos as regras do jogo, quando até aqui só nos ocorriam duas alternativas: jogar ou burlar o jogo.

⁷O termo *Movimento Institucionalista* é utilizado para fazer referência ao conjunto de práticas voltadas para promover a auto-análise e auto-gestão dos coletivos - na compreensão de intervenção junto a grupos e coletivos proposta pelo conjunto de cientistas sociais que, em meados do século XX, a partir da França nomearam o institucionalismo francês. Engloba diversas disciplinas, ciências e orientações teóricas que aspiram a manter-se em constante *movimento*, sem se identificarem, especificamente, com um saber instituído, com o que geralmente se denomina “Escola” ou “Corrente”. (PAULON, 2009)

Yuval Harari (2020) confirma que, frente a uma catástrofe de proporções mundiais, a humanidade teria duas opções a serem destacadas: ou acentuaria o individualismo, provocado pelo neoliberalismo econômico, pelas nossas formas autoritárias e centralizadoras de governo, pelos controles biométricos de alcance assustadoramente crescentes; ou esse desarranjo das relações, das estruturas de poder, levar-nos-ia à descoberta de uma nova solidariedade.

A **humanidade** precisa tomar uma decisão. Seguiremos o caminho da desunião ou seguiremos o caminho da **solidariedade global**? Se escolhermos a desunião, a crise não apenas permanecerá, mas provavelmente causará catástrofes ainda piores no futuro. Se escolhermos a **solidariedade global**, será uma vitória, não apenas contra o **coronavírus**, mas contra todas as **futuras epidemias** e **crises** que a **humanidade** possa enfrentar no século XXI. (HARARI, 2020, s/p), grifos da autora.

Frente ao medo da morte, afetos tristes mobilizados pelas limitações sanitárias, duas reações predominantes podem ser observadas. A primeira é a tentativa compulsiva e negacionista, a que muitos apelam, de retornar àquela normalidade absurdamente desigual e produtora de sofrimentos, para a grande maioria da população do planeta. A outra é entendermos que é possível e necessário mudar as regras do jogo e “puxar a alavanca de emergência” pode servir para nos forçar a pensar que existam outras formas, mais justas e quiçá interessantes, de se viver.

Considerando, nesse sentido, o campo da Saúde Coletiva como um campo de análise, como um campo compreensivo acerca das nossas relações sociais e das nossas formas de produzir saúde, doença, morte e vida, podemos partir de um paradoxo que o vírus apresenta: nunca foi tão difícil e tão fundamental considerarmos a dimensão *pública* da saúde. Essa repentina valorização das funções do Estado para preservação da vida da população tem sido experimentada de forma excepcionalmente estranha em nosso país. Parlamentares e gestores públicos historicamente defensores do estado menos-que-mínimo, como convêm aos interesses do capitalismo financeirizado, repentinamente são alçados aos holofotes da grande mídia como baluartes em defesa do espoliado Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS). Torna-se lugar comum nas entrevistas e eventos, que proliferam desde os primeiros meses de pandemia, garantir-se que as necessidades sanitárias do Brasil sejam preservadas graças a um robusto, capilar e internacionalmente reconhecido sistema *universal* de saúde, a que toda população tem acesso. Simultaneamente, e não raro pelos mesmos atores políticos que desfilam nos telejornais com coletes e palavras de ordem defensoras do SUS, presencia-se o progressivo desmonte e inviabilização operacional das redes de atenção à Saúde, com agravamento do já drástico subfinanciamento das políticas públicas, especialmente da Educação e da Saúde. Quase como um golpe do destino (ou seria ironia?) passados três anos da aprovação da Emenda Constitucional número 95 (BRASIL, 2016) que congela por 20 anos os gastos sociais do governo federal – também conhecida como EC do teto de gastos ou EC da morte⁸ –, o mundo se vê rigorosamente dependente de um sistema público de saúde que garanta atendimento integral e de qualidade, com equidade e garantia de acesso a toda população, tal e qual inscrito no artigo 196 da constituição brasileira. Mais do que nunca, com a crise sanitário-política que a pandemia

⁸ Entre inúmeras moções de repúdio, alertas de especialistas em políticas públicas e debates oposicionistas em diversos setores sociais, gerados ao longo do processo de aprovação da EC95, a posição da economista e professora Tania é bastante elucidativa sobre o projeto de país que estaria sendo aprovado a partir desta alteração substancial na constituição brasileira. Ao afirmar a urgência de uma mobilização nacional para barrar a agenda proposta pelo, à época Projeto de Lei que geraria a EC95, ela afirmava que “existe um debate interdito no **Brasil** sobre as verdadeiras causas do déficit público e de quem deve pagar a conta pelo ajuste.” O motivo da referida interdição é explícito na PEC da morte: “manter um Estado que tira riqueza de quem não tem para financiar quem não precisa.” Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/166-sem-categoria/562338-tania-bacelar-a-pec-55-antiga-241-e-a-maquina-brasileira-de-produzir-desigualdade>

do SARS-Cov19 trouxe, o SUS é compreendido em seu projeto civilizatório como um dos maiores patrimônios construídos pelo processo democratizante do país.

Ao apresentar o livro que analisa a crise pandêmica global, sob o sugestivo título de “Capitalismo em quarentena”, Zacarias (2020, s/p) alerta:

Após décadas de neoliberalismo triunfante, vislumbramos o retorno em potência do Estado. Esse retorno foi saudado por muitos. Afinal, haveria prova mais clara do caráter nefasto das políticas neoliberais de cortes dos serviços públicos do que as milhares de mortes que se multiplicaram por conta da precarização dos hospitais e dos aparatos de saúde pública?

Neste alerta, vislumbra-se outra dimensão que a pandemia revela, além da importância da dimensão *pública* da política de saúde do país. Trata-se da obscenidade⁹ e caráter disfuncional da desigualdade socioeconômica no mundo, e especialmente no Brasil, ou seja, a forma letal com que a pandemia atinge populações vulneráveis. O aspecto disfuncional, neste ponto, se dá no sentido de que o limite de desigualdade econômica a que o mundo chegou já não serve mais a ninguém. Uma das imagens que comprova a desigualdade letal do vírus no Brasil encontra-se na emblemática primeira morte pela Covid-19 registrada no país: uma empregada doméstica, no Rio de Janeiro, infectada pelos patrões que chegaram de férias na França e, mesmo sabendo que já estavam infectados, não a dispensaram do trabalho. Só ela morreu. O episódio do menino Miguel, citado na abertura desta palestra, é outra demonstração contundente da tragédia anunciada que seria uma distribuição muito desigual das possibilidades de cumprir restrições sanitárias que protegeriam a população do vírus. O que tivemos foi um agravamento das profundas desigualdades raciais e de gênero, há muito presentes em um país de cultura colonial, racista e patriarcal como o Brasil.

O vírus afetando principalmente a população negra, indígena, pessoas em vulnerabilidade socioeconômica e de baixa escolaridade não deveria ser uma surpresa para nenhum epidemiologista ou sanitarista que conhecesse minimamente a realidade social e econômica do Brasil.

O Brasil é, ainda, o país em que se perde o maior número de trabalhadores de saúde pela Covid-19, principalmente, por uma questão de condições elementares de trabalho, por carência de Políticas Públicas e de vigilância sanitária adequada, pelas condições de exposição dos trabalhadores. Nesse sentido, as ondas de morte pela pandemia só exaltam as desigualdades históricas do país.

Dentro dessa obscenidade disfuncional das desigualdades que são postas à mesa, um aspecto interessante se apresenta, trazendo uma aprendizagem indelével até para o mais egoísta e negacionista dos cidadãos brasileiros: o entendimento de que saúde não é um atributo individual. Isto é, tornou-se incontornável que nos deparemos com essa dimensão concreta de que só posso ter saúde – que é diferente de um estado idílico de bem estar, diferente do acesso a um privilégio privado que se pode comprar, diferente até do melhor médico e hospital que se possa pagar – se minha comunidade for também saudável. As restrições sanitárias generalizadas (por mais que o isolamento de fato seja uma possibilidade para uma parcela muito restrita e privilegiada da população), o debate público e diário sobre critérios epidemiológicos para imunização, a expectativa de produção mundial das vacinas e possíveis quebras de patentes, são temas novos que invadem os mais diversos espaços e ajudam a entender que existe uma dimensão coletiva nos processos de saúde-doença, de vida-morte. Ajudam a entender que de nada adianta eu pensar em minha saúde individual, pois, ainda assim, não terei uma vida saudável, se viver num país assolado e estagnado

⁹Tomo aqui a expressão de “desigualdade obscena” utilizada pelo psicanalista Benilton Bezerra Jr em “Colóquio: Saúde Mental e Covid-19: quais estratégias para lidar com essa realidade?” promovido pela ABRASCO em 19 de maio de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=92SgTcgXyR8>.

diante desta pandemia. Assim dizendo, a pandemia nos lega, no mínimo, essa fundamental aprendizagem de que a saúde é um bem coletivo. E se a saúde é um bem coletivo, as formas de preservar e promover a saúde também têm que se dar no plano do coletivo e na perspectiva de produzirmos um comum.

É neste aspecto que Sisek (2020) se apega para afirmar que a catástrofe da Covid-19 é, também, a oportunidade para implantar um novo sistema social que substitua a “Nova Ordem Mundial liberal-capitalista” e que ele define como “comunismo” (entre aspas). Colocando este seu “comunismo” (entre aspas), o pensador afirma que o sistema de saúde institucional se vê frente à inevitabilidade de se reorganizar, tendo que contar com a ajuda das comunidades locais para cuidar dos fracos e idosos, por exemplo. Isto abala os alicerces da competitividade do capitalismo neoliberal e exige, ainda, algum tipo de cooperação internacional eficaz para produzir e compartilhar recursos. No contraponto disso que refere por “comunismo” restaria, como uma única alternativa, a barbárie. Mas ressalta:

Não estou falando de nenhuma utopia, não apelo à solidariedade idealizada entre as pessoas. Pelo contrário, a crise atual demonstra que a solidariedade e a cooperação globais têm como finalidade a sobrevivência de todos e cada um de nós, e que obedecem a uma pura motivação racional e egoísta. (SISEK, 2020, s/p)

Talvez a já tensa discussão internacional acerca das patentes de vacinas nos dê um bom exemplo desta motivação racional e egoísta, mas ainda assim, coletiva a que crise pandêmica possa estar nos conduzindo. A pauta da implementação de renda emergencial básica é outro bom exemplo de como a pandemia tende a alargar a concepção de saúde, para além de um bem de consumo, restrito aos poucos que possam pagar por esta mercadoria de luxo, tendo os Estados Unidos como caso exemplar de um país que ostenta o sucesso da lógica privatista neoliberal e um desastre em termos de saúde pública. A renda básica está colada à necessidade impostergável de que se deve ampliar a compreensão da saúde como não restrita a um corpo biológico, e, portanto, demandante de políticas públicas que deem conta de cuidar da vida em sua integralidade, já que uma vida saudável implica condições concretas de moradia, de saneamento, de mobilidade, de educação, de lazer, cultura e tantas outras.

A partir da pandemia, tivemos que nos deparar com a saúde como um bem comum e coletivo, e nos vimos obrigados, como sociedade, a entender o que isso demanda de intervenções também na ordem da política. O que todos esses acontecimentos informam sobre como lidar com a *polis*, como intervir no campo comum? No mínimo uma compreensão de que não se pode ser feliz e saudável apenas protegido no próprio corpo, na própria casa e no normal cotidiano. O legado que fica é sobre a compreensão da dimensão pública da política e a dimensão coletiva da saúde. Alçarmos tal aprendizagem ao campo de intervenção implicaria resgatarmos aquela dimensão criadora da ação de que nos falava Hannah Arendt. Condição humana da natalidade que, não por acaso, perpassou a construção de uma “Política Nacional de Humanização do SUS”, como lembram dois dos nossos colegas psicólogos que a elaboraram:

O plano do público é aquele construído a partir das experiências de cada homem. Humanizar as práticas de atenção e gestão em saúde foi para a PNH levar em conta a humanidade como força coletiva que impulsiona e direciona o movimento das políticas públicas. Neste sentido, não havendo uma imagem definitiva e ideal do Homem, só nos resta aceitar a tarefa sempre inconclusa da reinvenção de nossa humanidade, o que não pode se fazer sem o trabalho também constante da produção de outros modos de vida, de novas práticas de saúde. (BENEVIDES e PASSOS, 2005, p.570)

Por uma Psicologia do Improvável

Eu gostaria de ir além do provável, porque o possível me interessa mais.
(BERARDI, 2020, p. 147)

A provocação dos colegas Regina Benevides e Eduardo Passos acima enunciada remete-nos ao segundo ponto que propus inicialmente a nossas reflexões. Atualizo-o aqui, à luz do que as elucubrações acima permitiram: Como produzir uma psicologia que interfira na dimensão pública das políticas? De outra maneira, o que o campo de análise da Saúde Coletiva nos incita a perguntar é como a Psicologia tem incidido, em seus múltiplos campos de intervenção, para contrapor, ou em oposição referendar, um modo de subjetivação indivíduo, sustentáculo e efeito, ao mesmo tempo, do capitalismo em sua versão neoliberal.

Na contramão da lógica do mínimo-eu, que o neoliberalismo nos impõe como hegemônica, emerge o conceito político do “comum”, como afirmação de uma perspectiva ética pautada pela solidariedade, contra apropriação privada de todas as esferas da vida, que as novas configurações do capitalismo cognitivo exigem. Na definição de Laval e Dardot (2015, p. 519) “O comum tal como o entendemos significa, sobretudo o autogoverno dos seres humanos, das instituições e das regras criadas para ordenar suas relações mútuas. Está, portanto, enraizado na tradição política da democracia, em especial a experiência grega”.

Para esses teóricos franceses, não se trata de romantizar formas arcaicas de comunidade, nem de retomar a qualquer modelo de comunismo estatista, mas reconhecer que, junto às novas categorias que o trabalho imaterial apresenta e que os movimentos sociais experimentam, emergem, também, novas formas de se opor ao capitalismo.

Na esteira desse entendimento, as psicólogas Maria Elisabeth Barros e Ellen Pimentel (2012, p.12) debatem a perspectiva de construirmos intervenções institucionais capazes de fazer “aparecer o coletivo como experiência do comum, potencializando saberes até então excluídos”. E sustentam tal proposição na seguinte concepção:

O comum é, assim, abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. (BARROS e PIMENTEL, 2012, p.12)

A compreensão das autoras de que o “Comum, entendido como político, não é dado *a priori*, advém da experiência” (ibidem) remete-nos à questão inicial, acerca do que pode a Psicologia, frente a um contexto de pandemia que exacerbou as desigualdades já extremas no caso no neoliberalismo “adaptado” à cultura colonial brasileira. Trata-se, portanto, de evocarmos o que tem sido possível a partir do que temos experimentado como estratégias ético-políticas de uma psicologia que se reconcilie com seu compromisso fundante de produção de saúde, agora já entendida em sua indissociabilidade da produção de um comum.

Vou referir muito brevemente aqui duas intervenções elaboradas nestes primeiros meses de pandemia que, apesar de seus curtos tempos de experimentação, podem compor nosso debate pelo que aludem ao alargamento da capacidade de acessar o plano do comum, de que as autoras acima nos falam.

- a) - SUS-piradas e Grupos Online (GOL) de auto-mútua ajuda iniciados na cidade de Alegrete – RS: A Rede de Atenção Psicossocial do Alegrete é reconhecida nacionalmente, e em alguns dos países do Prata da fronteira do estado também, por sua estrutura e qualidade do cuidado territorial que inclui a experiência de quase uma década de grupos presenciais neste campo. Diante do isolamento social gerado pela pandemia de COVID – 19, e aproveitando a existência de grupos consolidados com muito tempo de convívio e já interligados por comunicação via WhatsApp, aos primeiros dias de isolamento começam a intensificar as trocas de mensagem entre os participantes. Preocupadas com o agravamento dos quadros dos usuários dos grupos sem acesso aos serviços que vinham acompanhando, as psicólogas começam a utilizar o dispositivo antes utilizado apenas para breves recados, e propõem um horário sistemático para realização de reuniões on-line, em modalidade semelhante aos chats das redes sociais. Os e as participantes postam sequencialmente, ao longo de duas horas, suas mensagens escritas e principalmente gravações de áudio, incluindo o compartilhamento de fotos, poesias, cantos, músicas, pequenos vídeos e figurinhas, que fazem do encontro um momento de partilha de dores, angústias, saudades mútuas, mas também trocas humoradas de brincadeiras que lembram muitos dos encontros presenciais a que se habituaram. Não há exigência alguma de continuidade nas participações de identificação e os integrantes podem ser integrados com nomes fictícios ou mesmo apenas com avatar ou símbolo qualquer como imagem. Pessoas que não têm celulares podem pedir emprestado temporariamente o telefone de um amigo ou familiar para poder participar. Além disso, se o grupo tiver interesse, pode convidar outros participantes de grupo, ou profissionais, observadores e apoiadores, tanto locais como de outras áreas do país, aumentando a troca de informações e de experiências. Apenas regras básicas de respeito ao sigilo, não gravação ou encaminhamento de mensagens do grupo pelos participantes são apresentadas no início da reunião e elas são suficientes para que a rede siga embalando cuidados efetivos e afetivos fundamentais àqueles que dela participam. Como afirma a psicóloga Judete Ferrari (2020), mentora e animadora dos grupos:

Nos encontros dos grupos de ajuda mútua em saúde mental e nas atividades de suporte mútuo, é comum que os participantes construam alternativas de acolhimento, a partir da conversa sobre situações comuns que os fazem ou os fizeram sofrer. Alternativas estas que, muitas vezes, funcionam para aquele determinado grupamento. Isso os fortalece, cria redes afetivas, os torna protagonistas de seus destinos. Este compromisso os aproxima e a troca gera solidariedade muito intensa. Cria-se um vínculo muito grande de parceria e corresponsabilização pelo cuidado não só de um, mas de todos. É bastante comum que usuários e familiares refirmem que participar desta estratégia de cuidado faz com que se sintam empoderados para resolver suas situações práticas frente aos problemas da vida. (FERRARI, 2020, p.3)

- b) b) Programa de Extensão “Clínica Feminista na perspectiva da Interseccionalidade” da UFRGS

Frente ao previsível aumento de violências de gênero que a pandemia traria, reunimos um grupo de docentes, discentes, pesquisadoras e técnicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), engajadas aos movimentos feministas e com o campo da saúde mental, para estruturar um programa de extensão que ofertasse apoio psicológico, orientações de saúde e direitos humanos como suporte às mulheres em situação de violência que ficariam ainda mais vulnerabilizadas com o isolamento. Transformamos reuniões de equipe, cursos a lideranças comunitárias e grupos de atendimento antes presenciais em atividades virtuais e, junto à ONG Themis - Justiça de gênero e

Direito Humanos - disponibilizamos canais de escuta sistemática às mulheres - tanto em grupos como individualmente - que trazem marcas desta desigualdade.

Inspiradas nos Grupos Online de que vim participando junto à Rede do Alegrete, montamos uma equipe de atendimento e uma rede de parceiras. Já na primeira semana de abril iniciamos os grupos de escuta com duas profissionais escutadoras e três a quatro mulheres escutadas por vídeo chamada em WhatsApp. Como relatado a uma reportagem sobre este trabalho:

Entre as questões que mais têm nos impactado desde que iniciamos os grupos com mulheres em situação de vulnerabilidade é a capacidade organizativa e solidária que as elas rapidamente desenvolvem para lidar com as inúmeras adversidades que a vida lhes apresenta. Contrariando a caricatura competitiva que é outra herança espúria da cultura patriarcal, o que vemos são mulheres se cuidando, aprendendo a cuidarem de si para se fortalecerem mutuamente e seguirem cuidando de tantos que dependem delas. Mulheres inventando formas de sobrevivência cotidiana que vão desde a troca de farinha nas janelas para que suas crianças possam comer um bolinho quente na tarde chuvosa sem se contaminarem saindo para brincar, até movimentando redes imensas de doações de cestas, confeccionando máscaras com o pano que conseguirem e buscando conexões com gente do país todo para amplificarem seus limites de cuidar. (PAULON, 2020, p.6)

Ambas as frentes de trabalho apontam deslocamentos sutis nos modos como os coletivos em questão vinham operando suas práticas em psicologia, mas que podemos considerar quase como abalos sísmicos à instituição psicologia, quando assentada nos valores universais, individualistas, privatistas e colonizados que, por tanto tempo, a caracterizaram. As novas maneiras de pensar dispositivos de intervenção, de conceber a clínica, de ressignificar os processos grupais, a disponibilidade de colocar as formas teórico-técnicas à disposição de novos campos de forças, tudo isto fala de uma psicologia que esgarça os limites do instituído. Além disso, são expressões analisadoras de uma psicologia que quer poder mais.

A produção do comum se dá como a única possibilidade de se experimentar uma política dos afetos, que resgate a alegria da invenção de mais potência diante do trágico da vida. Neste sentido, a aposta é numa “improvável” psicologia (no sentido de imprevisível, não instituída, ainda a ser inventada...), que possa conectá-la a sua dimensão estética, na medida em que inclui criação e (re)invenções. Se há saída, ela há de ser inventada, e esta dimensão estética de nosso fazer é que surge como forma de respiro, sobrevivência, em tempos que têm se apresentado, muitas vezes, irrespiráveis. “É preciso, então, na contramão das formas totalitárias, apostar em modos de fazer que privilegiem o estar junto, a fiação do comum.” (BARROS e PIMENTEL, 2012, p.19)

Considerações (infelizmente?!) ainda longe de um final:

Eu vim para vos perturbar. Nada vos garante que o não-mundo de antes vai voltar. Talvez todo este absurdo lucrativo chegue ao fim. (PANDEMIA CRÍTICA, Monólogo do Vírus, 2020)

Se como anunciamos na epígrafe a esta conversa “a humanidade apenas coloca as questões que já não pode mais não colocar” talvez possamos concluir que antes mesmo da pandemia do Covid-19, muitas das questões aqui levantadas vinham forçando os limites do que a Psicologia veio podendo até aqui.

Logo aos primeiros dias de experimento dos países que decretaram *lockdown* como medida sanitária inevitável para salvar vidas, enquanto não houvesse alternativa de imunização, Bruno

Latour (2020) sugeriu que se fizesse um exercício de aproveitar esse momento de “parada” para que a humanidade se questionasse acerca de qual caminho deveria seguir, a partir do contexto virótico. Propondo “Gestos para barrar o retorno da produção pré-crise”, o filósofo francês fazia um importante alerta:

Se a oportunidade serve para eles [adeptos da globalização irrefreada], serve para nós também. Se tudo para, tudo pode ser recolocado em questão, infletido, selecionado, triado, interrompido de vez ou, pelo contrário, acelerado. Agora é a hora do balanço de fim de ano. (LATOUR, 2020, p.5)

Entre as seis perguntas que Latour sugeria como uma ferramenta prática para ajudar no discernimento, de como poderíamos/deveríamos agir para encontrarmos uma “expressão política encarnada e concreta”, propunha: “Quais são as atividades atualmente suspensas que desejaria que não fossem retomadas?”; e na sequência: “Quais são as atividades atualmente suspensas que desejaria que fossem desenvolvidas/retomadas ou aquelas que deveriam ser inventadas em substituição?” (LATOUR, 2020, p.8).

São questionamentos que, apesar de precocemente lançados à reflexão, quando o mundo ainda se via atônito e amedrontado sem fazer ideia do que ainda estaria por vir, o filósofo lançou ao vento e continuam a ressonar, com o devido alerta que cabe aqui retomar: “De qualquer forma, seria uma pena não aproveitar a crise da saúde para descobrir outros meios de entrar na **mutação ecológica** de uma maneira diferente do que às cegas.” (LATOUR, 2020, p.8).

Aproveitando a atualidade dos questionamentos que nos convocam à ação, gostaria de seguir este debate com vocês, a cada um de nós e ao coletivo que aqui nos convoca, fazendo uma pequena inflexão à provocativa pergunta que o nome deste evento carrega: O que pode a Psicologia fazer para barrar a produção de subjetividades individualísticas-colonizadas e ajudar a tecer um mundo mais solidário? Como pode a psicologia se corresponsabilizar com ações efetivas que ajudem a construir um país que jamais volte àquilo que nos habituamos a chamar de normal? Como encarnar ações concretas para que nunca mais normalizemos a vida em que donas Martas enterrem seus netos negros que não mereceram 10 minutos do olhar da patroa branca?

Fiquemos, pois, com a recomendação que a cruel e paradoxal aprendizagem deixada pelo trágico acontecimento pandêmico deste século pode nos legar: “Cuidem dos vossos amigos e dos vossos amores. Repensem com eles, soberanamente, uma forma de vida justa. Criem aglomerados de boa vida, expandam-nos e eu não terei poder sobre vocês.” (PANDEMIA CRÍTICA, Monólogo do Vírus, 2020)

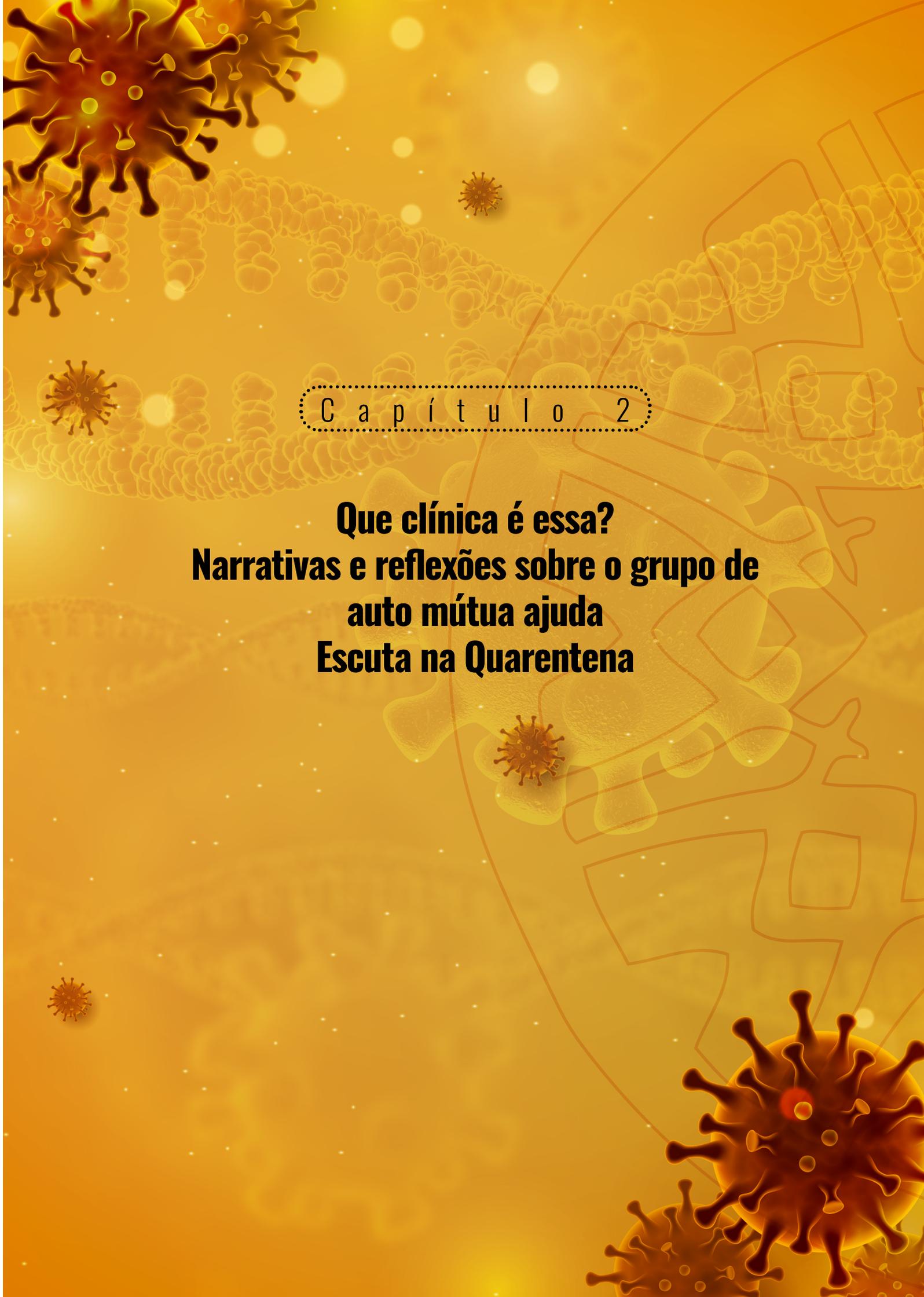
Referências:

- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- BARROS, M.E. e PIMENTEL, E.H. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Polis e Psique**, Vol.2, n2, 2012, pp 3-22. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/download/35746/25571> Acessado em 15/05/2020.
- BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 3, p. 561-571, jul./set. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/Dtq6TH5LdJbfDPDwSxSmy6G/?lang=pt> Acessado em 10/05/2020.
- BERARDI, Franco. **Extremo: Crônicas da Psicodetração**. São Paulo: Ubu, 2020.
- BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acessado em 09/04/2020.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FERRARI, Judete. Grupos On-line de usuários, familiares em saúde mental na pandemia: distanciamento físico, proximidade afetiva. Alegrete - texto elaborado para discussão em lives durante o período de enfrentamento ao Covid-19, abril 2020 (não publicado).
- HARARI, Yuval Noah. O mundo depois do Coronavirus. The Financial Times. Reproduzido em **IHU-Unisinos** n.78. Março de 2020. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597469-o-mundo-depois-do-coronavirus-artigo-de-yuval-noah-harari> Acessado em 14/04/2020.
- LATOURETTE, B. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. Série **Pandemia Crítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edi-coes.org/textos/28>. Acessado em 20/07/2021
- LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Barcelona: Gedisa, 2016.
- PANDEMIA CRÍTICA. **Monólogo do Vírus**. São Paulo: N-1 Edições, 2020. Disponível em <https://www.n-1edicoes.org/textos/24> Acessado em 20/07/2021.
- PAULON, S. M. Instituição E Intervenção Institucional: Percurso Conceitual e Percalços Metodológicos. **Mnemosine** (Rio de Janeiro). v.5, p.189 - 226, 2009. Disponível em <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/181> Acessado em 05/04/2021
- PAULON, S. M. e JACOBY, M. Entrevista: Pandemia impacta mais a vida das mulheres. Revista **ComCiência**. 18/08/2020. Disponível em <https://www.comciencia.br/pandemia-impacta-mais-a-vida-das-mulheres/> Acessado em 4 de julho de 2021.
- SOUSA, Joelson Pereira; GANGÁ, Fabíola Porto. A possibilidade do novo: o conceito de natalidade em Hannah Arendt. **Dialektiké**, [S.l.], v. 1, n. 4, p. 5-14, mar. 2018. ISSN 2359-1323. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/dialektike/article/view/5872>>. Acessado em: 10 jul. 2021.

ZACARIAS, Gabriel. Capitalismo em quarentena: notas sobre a crise global. **A Terra é Redonda**. 28/10/2020. Disponível em

https://aterraeredonda.com.br/capitalismo-em-quarentena-notas-sobre-a-crise-global/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=capitalism Acessado em: 2 jul. 2021.

ZIZEK Slavoj. **Resenha:** Pandemia. 8maio2020. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598745-o-capital-e-um-virus-mas-na-forma-de-uma-entidade-espectral-afirma-slavoj-zizek-em-pandemia>. Acessado em 18jun 2020.

The background is a warm, golden-yellow color with a subtle pattern of virus particles and a faint outline of the map of Brazil. The virus particles are depicted as spherical structures with numerous protruding spikes, some in shades of brown and red. The map of Brazil is rendered in a light, golden-yellow outline, showing the country's geographical shape. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on health and community.

Capítulo 2

**Que clínica é essa?
Narrativas e reflexões sobre o grupo de
auto mútua ajuda
Escuta na Quarentena**

Larissa Dall' Agnol da Silva
Liamara Denise Ubessi
Luana Ribeiro Borges
Roberta Antunes Machado
Maria Judete Loureiro Ferrari
Luciane Prado Kantorski
Valéria Cristina Christello Coimbra

O Escuta na Quarentena

Em dezembro de 2019, foi identificada na China uma doença infecciosa, causada por uma mutação do coronavírus, denominado SARS-CoV-2. Essa doença se espalhou pelo mundo rapidamente, sendo declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) já em janeiro de 2020, e em março deste mesmo ano, o que era uma grave epidemia assumiu o *status* de pandemia global (OMS, 2020a).

No Brasil, o primeiro caso confirmado se deu no final de fevereiro de 2020 e na necessidade de se conter a disseminação do vírus foi decretado, em diversos estados e cidades da federação, a política de isolamento social. Muitas das atividades que realizamos no nosso dia a dia, como as educacionais, culturais e de lazer, inclusive de alguns dos estabelecimentos comerciais — com o fechamento de atividades ditas não essenciais, como no caso dos setores de vestuário, bares e restaurantes, salões de beleza e academias, entre outros (OLIVEIRA *et al.*, 2020). Parques e praças também foram temporariamente interditados.

Este isolamento físico e social forçado trouxe um cenário de incertezas para todos nós e a palavra que pode resumir esse período foi medo, o medo da doença e da morte, o medo por nossos entes queridos, o medo da instabilidade ou da perda de renda financeira, o medo da distância provocada pelo distanciamento, primeiramente nominado como quarentena.

A OMS (2020b, p. 3) coloca que os “sentimentos de desamparo, tédio, solidão e depressão devido ao isolamento” são reações comuns em pessoas afetadas por pandemia. Assim sendo, a obrigatoriedade de se manter em quarentena joga luz à necessidade de ampliar os cuidados com a saúde mental dos indivíduos, especialmente quando enfrentamos uma emergência humanitária global. Este cuidado deve acontecer de maneira rápida, articulada e com a participação social.

Para a OMS (2020c), o apoio social pode representar um fator de proteção para o enfrentamento das situações cotidianas estressoras, principalmente no que diz respeito ao uso de dispositivos não presenciais, o que permite criar pontes entre as pessoas sem a necessidade de estar fisicamente próximas. Ainda, a OMS recomendou ações de promoção e proteção da saúde mental para toda sociedade, enfatizando a necessidade de disponibilização de assistência à saúde mental e apoio psicossocial em rede de cuidados, bem como serviços especializados em saúde mental e atenção básica, mas também ações voltadas ao fortalecimento dos espaços de apoio comunitários e ativação de redes sociais e a promoção de boas práticas humanitárias protetoras da dignidade humana (OMS, 2020b).

Este cenário mundial e local incitou a reinvenção da vida cotidiana e na criação de modos de aproximar na distância, o que seria viável, por mecanismos virtuais. Neste ensejo, se constata que grupos de mútua ajuda, que aconteciam de forma presencial, poderiam acontecer de forma

virtual e/ou outros serem criados. Foi assim que brotou o AMA (Auto Mútua Ajuda) – Escuta na Quarentena, foi um grupo de apoio criado para ir ao encontro das diretrizes da OMS e aos anseios que o cenário (nos) convocava a reagir, sendo focado na escuta compartilhada de experiências individuais e coletivas durante esse estado de distanciamento social.

Iniciado em abril de 2020, o grupo se mantém em funcionamento até o presente momento, como forma de promoção de cuidado compartilhado e ajuda mútua. Os encontros são desenvolvidos na perspectiva de cuidado em saúde mental, inclusive das próprias proponentes. O AMA promove a experimentação pela via dos afetos na esteira de um cuidado ético, estético, afetivo e político, em defesa da vida e do SUS.

O grupo é aberto e acontece de forma virtual, pela plataforma do WhatsApp (<https://chat.whatsapp.com/FFhbsUTFRRzLTBTcO4mo6b>). A escolha desse aplicativo se deu pelo entendimento de que, no momento de sua criação, era o mais popular entre as pessoas participantes, com vistas a oferecer um cuidado que fosse mais democrático e acessível para todos. Com isso, o Grupo de Escuta na Quarentena estruturou-se de maneira afetiva como uma proposta aberta às contribuições de cada participante em um processo de coprodução de cuidado e aprendizado.

De abril a dezembro de 2020, os encontros virtuais ocorriam duas vezes na semana, segundas-feiras, das 20 às 21 horas, e quintas-feiras, das 17 às 18 horas. Atualmente, devido aos novos contornos da vida, que começam a ter uma certa ‘normalidade’, estes encontros ocorrem às segundas-feiras, no mesmo horário.

Em média, o grupo se mantém com cerca de 80 pessoas vinculadas, sendo que, dentre elas, de 15 a 20 pessoas participam ativamente dos encontros, enviando mensagens de áudios, vídeos, textos, poesias, músicas, *emotions* ou imagens. Inicialmente, cada reunião chegou a contar com mais de 100 pessoas que buscavam um pouco de amparo diante da nova realidade imposta pela disseminação do coronavírus, sobre o qual pouco se tinha conhecimento, tanto acerca do contágio quanto das implicações para o bem-estar social e saúde pública.

Embora em um contexto de inseguranças, verificou-se de forma concreta, em especial nas primeiras fases, que a pandemia gerou um estado generalizado de angústia, solidão e medo da morte. A intensificação da convivência forçada nos domicílios também culminou no aumento da violência doméstica, principalmente contra mulheres, crianças e idosos.

No Brasil, com o avanço da necropolítica, o desmantelamento das políticas públicas e do Estado de direito, o desemprego, a inflação, entre outras situações de precarização da vida, se agravaram ainda mais pela ausência do contato físico, fragilizaram o cotidiano e a vida das pessoas, das quais muitas buscaram o grupo como ponto de apoio e fortalecimento. Estas são as vozes que se fizeram ecoar no grupo de Escuta, em um espaço-tempo multifacetado em que desabafos e catarses encontram afago, e o diálogo se torna atenuação da solidão.

Ao passo que o ambiente virtual se tornou espaço de encontros, ajudas e partilhas sobre a vida cotidiana, também se materializou em um caminho de liberdade em meio à dura realidade imposta pela crise sanitária. Nele, as pessoas puderam expressar sentimentos e explorar significados para o vivido nos seus processos de reinventar a realidade e construir outros modos de se interagir com as pessoas que se fez extremamente necessário.

Essa proposta do Escuta na Quarentena foi efeito do que dessa realidade incerta pandêmica inundou as moderadoras desse grupo, e na certeza de que não era possível manter o *modus operandi* de um cuidado intercambiado em espaços físicos, foi que se criou um novo possível, que permitiu conhecer pessoas e utilizar ferramentas capazes de produzir vivências a partir de uma

tela de celular ou computador. Assim, se fez uma comunicação fluida, expressa por mensagens de textos, arquivos de áudios, vídeos, fotos, ‘emotions’ ou ‘gifs’.

A proposta do Grupo vinculou-se ao projeto de extensão universitária ‘Canal Conta Comigo – o cuidado que nos aproxima’, do Grupo de Pesquisa em Enfermagem em Saúde Mental e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e está articulada com a Coletiva de Mulheres que Ouvem Vozes – CMOV, a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas – AUSSMPE, Fórum Gaúcho de Saúde Mental – FGSM e Coletivo Povaréu Sul – Arte, Saúde e Educação Popular.

Mantendo sua autonomia, desde a concepção e exequibilidade, o Grupo permanece com o entendimento de que as pessoas que o habitam, o renovam e o reconfiguram no tempo. São elas que definem sua permanência, bem como decidem se farão uma participação mais ativa ou serão testemunhas afetivas da interação coletiva. Deste modo, entendemos que o grupo se fará enquanto houver pessoas desejantes desse dispositivo e continuará fazendo sentido no seu momento histórico. Por isso, não nos interessou estabelecer um tempo de duração bem delimitado, mas sim como sendo algo em um permanente estado de construção, renovação e até talvez de ressignificação.

Deste modo, objetivamos neste texto materializar em escrita nossas reflexões sobre o grupo de ajuda mútua Escuta na Quarentena, nas quais nos indagamos sobre que clínica seria essa. Ele parte da roda de conversa virtual promovida pelo projeto “O que pode a Psicologia Social em meio à pandemia do Coronavírus?”, denominada de ‘Ato IV – Psicologia Social e os Processos Grupais’, realizada pelo Núcleo da Associação Brasileira de Psicologia – ABRAPSO Sul Sul, na data de 19 de setembro de 2020¹⁰.

A pandemia e o nascer do sol

Toda pandemia se constitui através de contágios, mas não apenas da doença em si, mas do medo, da dor e da angústia que ela provoca. Em contrapartida, outro fenômeno também se manifesta, impulsionado pelo senso de vulnerabilidade e pertencimento, novos agrupamentos emergem, se multiplicam e se buscam em um movimento de ‘sobrevivência’ compartilhada, cooperada e/ou apoiada.

Diante de um mundo cada vez mais virtualizado pelas redes sociais, entendemos que também existe a possibilidade de modificação e adequação dos espaços sociais de convivência e amparo para se tecer um novo enredo social focado no cuidado, nos afetos e no amor mútuo, mesmo que à distância.

Após o dia 13 de março de 2020, marco temporal que daria início ao distanciamento social no Brasil, exigia integração entre as medidas sanitárias adotadas para conter a pandemia entre estados, municípios e o Governo Federal. Contudo não aconteceram, Cada estado da federação brasileira estabeleceu suas próprias estratégias de combate à disseminação do vírus, tendo alguns deles demorado muito para decretar as medidas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (SILVA et al., 2020), o que ampliou as dúvidas da população acerca das decisões adotadas pelos governantes brasileiros e de qual deveria ser a conduta adequada, o que poderia agravar o sofrimento mental da população (RAMÍREZ-ORTIZ et al, 2020).

¹⁰ Agradecemos as pessoas idealizadoras e executoras do projeto “O Que Pode a Psicologia Social em Meio à Pandemia do Coronavírus” pela oportunidade de participação na roda virtual do ‘Ato IV – Psicologia Social e os Processos Grupais’, pelas profícuas reflexões e escrita deste texto nesta composição orquestrada em livro pelo Núcleo da Associação Brasileira de Psicologia – ABRAPSO Sul Sul.

Ao mesmo tempo, o distanciamento físico acirrou uma nova forma de interação social, e ninguém naquela ocasião poderia sequer supor como as coisas se dariam. Mesmo os agentes de saúde mental, já há muito tempo dedicados à luta antimanicomial, e conhecedores dos efeitos psíquicos, que não raro, são produzidos pela segregação e privação de liberdade tinham a real dimensão do que estava por vir.

A pandemia se mostrou um desafio psicossocial, tanto para a coletividade quanto para os indivíduos. Nela, a potência do construir coletivo, de poder discutir o mesmo e gerar mudanças positivas na vida das pessoas, surgiu como um caminho mais assertivo especialmente nesse momento de um Estado descomprometido com a vida das pessoas.

Pesquisa desenvolvida pela Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e da Conectas Direitos Humanos, mostrou que no Brasil houve uma ‘estratégia institucional de propagação do coronavírus’ (BRUM, 2021). Segundo a Fiocruz (2020b, p.7), a “[...] ausência de coerência e congruência dentro do governo federal corrói a confiança e amplia os riscos e os impactos da pandemia”.

Ramírez-Ortiz *et al.* (2020) afirmam que a falta de controle sobre a pandemia, associada ao sentimento de incerteza sobre as medidas sanitárias adotadas podem ampliar o sentimento de ansiedade e depressão. A Fiocruz (2020a) corrobora este raciocínio ao dizer que a desconfiança no processo de gestão e coordenação dos protocolos de biossegurança é uma das características da pandemia da COVID-19, e esse é um dos fatores que pode gerar ou agravar quadros de ansiedade, de angústia e depressão, bem como o medo de ser separado de entes queridos devido à quarentena, de perda da fonte de subsistência da família, da falta de suporte financeiro, além do medo da doença e da morte.

Deste modo, os grupos de apoio mútuo podem ser exercícios de resistência no cenário vivido, não apenas aos efeitos nocivos da pandemia, mas também humana, na construção de uma sociedade que seja menos distanciada em seus sentires e vivências e pela qual cada indivíduo possa ser considerado como um ser dotado de potência e de vontade, vida, do viver, de experimentar e compartilhar saberes, vivências e construção de projetos de vida.

Neste contexto, a pandemia demonstrou a necessidade de novas formas de se comunicar e interagir com as pessoas, que era urgente e nos provocou a conversar e criar outras maneiras de estar com os outros e saber sobre o viver dos mesmos na pandemia.

Essa ânsia indagadora atravessava o discurso e o sentir das precursoras desse grupo. “O que podemos fazer para ajudar as pessoas? Vamos ficar esperando que façam por nós? Nós éramos esse ‘nós!’”, Mulheres, feministas e militantes em defesa da vida, da democracia, do Sistema Único de Saúde, da antimanicolonialidade, educadoras e educandas, com trânsitos pelos saberes da experiência e da educação popular. “As pessoas precisavam ser ouvidas”, mas nós também, e não somente sermos ouvidas, mas que pudéssemos realizar algo que de fato fosse produzir vida em um contexto tão adverso e incerto. Não tínhamos o conhecimento de como os grupos de apoio se dariam dentro deste novo formato, mas com nossa implicação e desejo de construir, a emergência humanitária nos dava a certeza de que algo deveria ser iniciado.

Então, o Grupo AMA – Escuta na Quarentena, brotou de *contágio* e *subversão*. Em uma parte, de nossos *contágios* por outros grupos que antes eram presenciais, mas que, para se adequar ao momento presente, como o Grupo Vocal Esperança, o Grupo Musical L@s Lok@s, o Grupo de Ouvidores de Vozes ‘Voz as nossas Vozes’; e o coletivo da Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas – AUSSMPE, passaram a acontecer de forma virtual, o da AUSSMPE

inclusive, com encontros diários. Contemplar os movimentos desses grupos era uma maneira de compreender como tudo acontecia, que era novo para todas as pessoas, inclusive para nós.

O Grupo acontecia nas segundas-feiras às 20 horas e nas quintas-feiras às 17 horas. Cada encontro tinha a duração de uma hora, e em todas as vezes que o grupo se reunia, a abertura era realizada por uma das moderadoras, que iniciava os trabalhos se apresentando e falando um pouco sobre sua vida cotidiana, assuntos banais, novidades do dia, notícias, fofocas e sobre temas de interesse pessoal ou coletivo. Com o passar do tempo, após quase um ano de pandemia, os encontros do grupo remoto passaram a acontecer uma vez por semana, às segundas-feiras no mesmo horário de antes. Optou-se por reuniões noturnas por levar em consideração o expediente de trabalho da maioria dos participantes, tornando o cuidado ainda mais democrático.

Desde o início, contamos com a contribuição do Canal Conta Comigo (<https://www.facebook.com/canalcontacomigo>) e outras páginas vinculadas à saúde mental para divulgação do Escuta na Quarentena. Ainda hoje, toda semana, nossos encontros são publicizados nas redes sociais com intuito de atingir um maior alcance de pessoas, considerando que o grupo é aberto e qualquer um que desejar pode acessar, utilizando apenas o link disponível na própria publicidade.

Ao encontrar com as pessoas, nós passamos a perceber que vivenciamos diversas fases de construção coletiva, sendo aquele em que as pessoas procuravam o grupo para saber orientações gerais sobre a pandemia, para desabafar suas inquietudes, incertezas, medos, das quais, algumas também comungávamos. Fase esta em que era fundamentalmente importante garantir acesso às informações sobre os cuidados necessários para enfrentamento da pandemia com equipamentos de biossegurança e afeto.

Com o passar do tempo, as pessoas foram conhecendo umas as outras e sentindo maior confiança e intimidade para também expressarem seus sentimentos e aprofundarem as relações. Dada a conjuntura e situação de crise econômica que assolou o povo brasileiro, sem contar a demora para a disponibilização das vacinas para toda população, debates estes foram frequentemente discutidos no grupo durante o encontro virtual. Além disso, partilha de formas de assistência social, geração de renda e apoio financeiro solidário a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Também, no percurso do grupo, alguns componentes começaram a anunciar sintomas de COVID-19 e até mesmo quando se infectavam, bem como seus familiares, amigos, afetos. Desta forma, nossas conversas passaram também a ser em relação ao acompanhamento desses casos que foram chegando. Cada participante do Escuta na Quarentena pode contribuir com os cuidados do outro, se oferecer para acolhimento, mas principalmente uma escuta sensível e interventora, com capacidade de contribuir com a realidade desta outra pessoa.

O desenrolar dos grupos reiterou nossa percepção, de que seria possível arranjar encontros remotos que pudessem constituir-se em acolhimento de fato, mesmo que nesta modalidade, mas isto seria possível mesmo com pessoas que não conhecíamos ou com as quais não tínhamos vínculo mais próximo. O termômetro desta ação foram os retornos das pessoas quanto a essa vivência grupal, referente ao sentido que produziu em suas vidas na travessia desta pandemia.

Queríamos outra escuta, uma outra clínica, mais inventiva e dialogada, que fosse compartilhada e sentida pelos participantes desde sua origem. Queríamos fazer alguma coisa que pudesse tocar as pessoas, mesmo que este toque fosse virtual, ou melhor, online, distante fisicamente, mas não de afetos. Assim, ocorreu a *subversão*.

Durante esse processo de implementação do grupo, percebemos que também éramos partes necessitadas deste contato, próximo, real e carregado em si mesmo de simbologias e significados

um tanto quanto complexos. Afinal, nós, seres humanos, somos sim dotados de razão, consciência e loucura, e de tudo mais o que nos forma enquanto seres pensantes, marcadas por histórias que se entrelaçam e formam nosso interior com amorosidade, gentileza e acolhimento. Os encontros do AMA – Escuta na Quarentena eram exatamente o que precisávamos no momento da pandemia: um espaço para nossas humanidades.

Foi então que compreendemos o que era mútua ajuda, através de nossas demandas e desejos, impregnados em nossos corpos. Naquele momento, tivemos a certeza de que uma outra clínica era experimentada, uma em que se processava uma escuta compartilhada, com uma potência, uma ciência ética, estética, afetiva, política e social, da qual podemos dizer, metafórica e poeticamente, que nasceu o sol na noite.

Ao nascer o sol, percebemos como a disposição de cuidar do outro era parte de cada uma de nós. Dentre um grupo e outro, a vida foi acontecendo, o tempo se perdeu em meio ao caos que vivemos no Brasil, a escuridão penetrou nosso modo de estar no mundo, mas o sol continuava lá, nascendo em cada encontro de escuta e afeto na quarentena. E assim, entre o sol e a noite, tornamos nossas vivências um conforto para o futuro, uma estética de (r) existência.

Como realizar um Grupo AMA como o Escuta na Quarentena?

Foram necessárias diversas reuniões para discutir sobre como faríamos esse projeto funcionar, desde a estrutura à divulgação e ao acolhimento. Essas reuniões, desde o primeiro encontro do grupo, foram marcadas por muita insegurança e incertezas diante do que estava por vir. Decidimos apostar no projeto mesmo assim.

Discutíamos sobre se o grupo seria aberto ou fechado, problematizando ambas as perspectivas. Se fechado, limitaria a participação de outros fluxos de vida que poderiam chegar não no horário estabelecido para o início e término do grupo. Mas entre nós pulsava a liberdade, de vir, ficar, sair, quanto fizesse sentido. De não ser um espaço amarra, mas um espaço apenas, de passagem, talvez. Em que os elos seriam capilares, no caso, os afetos, os vínculos, o desejo. Mas, de uma liberdade que também implicava acordos, principalmente de respeito entre as pessoas participantes.

Deste modo, colocamos o link de grupo *online* no *whatsszap*, e divulgamos em várias redes sociais, e ficamos esperando para ver se viria alguém. Mas os questionamentos se mantinham em nosso discurso: “*Quem viria ao grupo?*”, “*O que vamos fazer com isso?*”. Foi neste momento que uma das companheiras disse: “ *vamos experimentar, devir, deixar acontecer, deixar vir*”. E por isso, podemos dizer que o Escuta na Quarentena é um acontecimento a cada vez que acontece!

No primeiro encontro apresentamos o objetivo do grupo – facilitar a escuta compartilhada e a ajuda mútua para este momento de distanciamento social. A oferta do grupo advinha no seio da institucionalidade acadêmica e de movimentos sociais. Também, que aconteceria todas às segundas-feiras das 20:00 às 21:00 em espaço virtual, mediado por expertises por experiência e profissionais de saúde mental. E que a participação no Grupo seria gratuita e que abriria para postagens 10 min antes de cada encontro e fecharia 10 min após o encerramento, via o chat supracitado. Após essas explanações as pessoas são convidadas a se apresentarem, dizendo o nome, cidade, o que gosta de fazer, o que moveu até o grupo, o que quisesse mencionar.

E assim, o Escuta na Quarentena é constituído cotidianamente pelo que se tece, e vai se escrevendo e reverberando na história de vida de cada pessoa e do coletivo, muitas vezes para além da tela de um celular, com o alcance de pessoas de todo o país, se figurando um espaço de trocas entre iguais pelo traço da humanidade, nas nossas diferenças e singularidades.

O grupo estabeleceu como regra a civilidade democrática, e que por este motivo, o respeito à diversidade das pessoas e demarcando este espaço plural e vivo. Nenhum tipo de preconceito seria aceito, sendo LGBTQIA+fobias, sexismo, racismo, ou outras formas de intolerâncias. Além disso, estabelecemos horários de início e fim, para de fato causar a ideia de um encontro entre as pessoas, algo com hora marcada, que evidenciasse a vontade de estarem ali, reunidas e que facilitasse o diálogo entre elas.

Também, nosso anseio, era porque como expertises por experiência, nas instituições que estamos, ocupamos lugares de saber, o que confere algum poder, sem que assim, necessariamente, o desejássemos. Esse atravessamento da instituição, do que fizemos, do que também nos constitui, precisava ficar permanentemente em análise, pois o Escuta na Quarenta nos colocou numa convocatória de desnudamento, de sair desses lugares cristalizados, fabricados, para experimentar(se) noutros lugares. Nos transformamos enquanto pessoas, conseguimos escutar de um modo diferente da que estávamos habituadas, através de nossas humanidades. Uma escuta que se sente diferenças subjetivas nas relações.

Esse foi um dos nossos maiores ganhos na pandemia, nos retirou da zona de conforto que estávamos acostumadas, no caso, no de fazer grupos presenciais, com regras estabelecidas por nós, que conduziríamos os encontros, seguindo ao clássico, ao que diz a literatura sobre como conduzir e ter sucesso em grupos. Quando decidimos que não iríamos seguir este *script*, que queríamos ver o que iria acontecer, algo novo surgiu com uma energia vital própria, muito mais potente.

As pessoas participantes relatam seus sofrimentos, alegrias, experiências diversas de vida, algumas muito difíceis e que em menos de uma hora do grupo, tendem a mencionar o quanto melhoram devido as trocas, a participação e sensação de acolhida, escuta e reinvenções de si. Nesta uma hora de encontro, mesmo não nos conhecendo, encontramos possibilidades para alçar outros e novos caminhos na própria vida e na própria história. Que é isso, se não o efeito de uma escuta, de uma clínica compartilhada?!

Muitas dessas pessoas que entraram quando começou o grupo em abril de 2020 já não estão mais em nossa companhia, se despediram e partiram, encontraram outros lugares de potência na vida, criaram, construíram e redesenharam-se nesse processo. E esse é também um dos objetivos que o grupo acabou tecendo, de ser espaço de passagem ou para ficar o tempo que for necessário, enquanto fizer sentido a cada pessoa. Tanto é, que algumas permanecem e são incansáveis em dizer a cada encontro o quanto o grupo as ajudou a melhorar, a 'se curar da depressão', do desânimo, do mal-estar. Para as novas pessoas que chegam, sempre haverá alguém que as acolhe, independentemente das propositoras do grupo que muitas vezes apenas testemunham o acontecimento que é o encontro. E as pessoas que já estavam no grupo, por gostarem tanto do mesmo acabavam convidando outras pessoas de sua comunidade para participar.

No grupo acontecem, além das partilhas das situações de vida, também trocas de receitas, danças, cantos, aprendizado sobre hortas, comidas, paisagens, fotos, vídeos, o que faz do grupo um espaço diverso e múltiplo.

Então, como fazer o grupo? Não queríamos seguir as receitas e deste modo, lançamo-nos no devir, no incerto. E, juntos e juntas, de forma singular e coletiva, o grupo foi se criando a cada encontro, do qual sabemos pelos seus efeitos, assim como um deles, o é este texto. O Escuta é um ponto nas redes que pode ser acionado, construído a partir das pessoas e, principalmente, com elas e por elas.

Mas que Clínica é essa, compartilhada?

Para acolher o outro ser humano, o que ficou latente desde os primeiros encontros é que não é necessário para escutar e acolher, nesta proposta grupal vivenciada, ser profissional da área de saúde, pois não é necessariamente clínico, apesar de se ter aí suas consequências.

Embora o acolhimento tenha se tornado também clínica, extravasa, e a torna outra, pois há uma clínica, a nossa, que não será mais a mesma depois dessas experiências. Ela foi atravessada pela cultura, pela educação, pelo meio ambiente, pela história e pela vivência de cada pessoa que andou pelo Grupo AMA Escuta na Quarentena e nos ensinou como viver a virtualidade das relações de amparo e convivência.

De tudo que acompanhamos, a modificação através e por conta deste estado pandêmico, também o conceito de clínica se há mudado, modificado, senão na própria essência, com certeza em seus simbolismos. Uma clínica que não seja hierarquizada, em que não exista quem supostamente tudo saiba, ao mesmo tempo em que também não haja aquele que de nada saiba. Há saberes *exper-tises* pela experiência. Todo conhecimento é válido e é essencial que seja partilhado, em comunhão.

Não existe quem saiba alguma coisa e quem não saiba, todas as pessoas têm algo para oferecer em termos de cuidado, e a ajuda e suporte mútuo está baseada justamente nesta perspectiva. O meio é a experiência. O que nos desloca, é se dispor a sair do lugar confortável de 'suposto saber' como profissionais de saúde que nos faculta a ciência.

Quando se está construindo esse espaço, em que ao mesmo tempo não é de ninguém e é de todos, os lugares ficam muito tênues e exigem uma fala que é humana independente do lugar que nos seja conferido por algo, mas enquanto pessoa que sente, vive, pulsa.

A questão é como se posicionar em relação às dificuldades da outra pessoa. Se tiver uma postura de que se é responsável pelo ato da outra pessoa, não vai conseguir fazer um grupo com esta perspectiva, porque acaba se colocando como 'o salvador ou a salvadora da situação apresentada pela mesma. Ao se fazer isso, se retira a autonomia da outra pessoa, no traçar de seu caminho como protagonista da sua história.

Nesta perspectiva de clínica, percebemos que nos empoderamos mutuamente, uns com os outros, umas com as outras, e que não é a voz de um professor/a universitário/a ou terapeuta, mas sim o caminho percorrido com aqueles e aquelas com quem se compartilha esse trajeto. Um espaço que visa a construir um novo modo de subjetivação, de ser, de existir e de se compreender no mundo, com pessoas inseridas na rede de apoio, e não estritamente como sendo o destinatário destas redes.

No grupo nos colocamos a serviço do todo, e não importa quem seja trabalhador ou trabalhadora da saúde, quem se diz autorizado pela ciência para acolher, cuidar, escutar. No grupo, todos nós somos quem cuida porque é compartilhando que se constitui, e que também se subjetiva, no contato com o coletivo ao mesmo tempo em que todos e todas nos transformamos nesse processo.

Há uma clínica, só que é uma clínica atravessada pela vivência de cada um de nós e ainda por um ambiente que não é o que estamos acostumados a viver, no caso a virtualidade. Essa Clínica é viva. A própria sigla AMA, não é apenas uma abreviação de palavras, mas também nos leva a falar de afeto, de amor. É algo que vincula as pessoas sob esses pilares, do acolhimento, da troca de experiência e da comunhão, mais de sentidos, uma forma de produção de conhecimento.

É, nesta roupagem, em uma atitude de complementariedade que podemos afirmar que este contato possibilita o conhecer do outro e da outra como aquilo que é, que este outro ou outra, inserido ou inserida neste processo mútuo de troca, possa também nos ver a nós mesmos como aquilo que somos.

Esse novo formato de clínica surge da necessidade que se coloca, afetiva em vários aspectos, trazida pelo período pandêmico, em especial atrelado ao afastamento ou distanciamento social. O método vai sendo construído a cada encontro, através da prática recíproca, que não se esgota em si mesma. Ele se faz de forma democratizada, em um fenômeno que perpassa a existência mais íntima das fortalezas de cada pessoa, as que se alimentam.

Por fim, entre narrativas e reflexões sobre o grupo de mútua ajuda Escuta na Quarentena, nos indagamos sobre que clínica é essa, e ao fim deste momento textual podemos dizer que é uma clínica da escuta, de saberes compartilhados, de lugares “supostos saberes” deslocados, um possível viável diante do necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Eliane. **Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”**. 2021. Artigo publicado por El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>. Acesso em: 02 out. 2021.

FIOCRUZ. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia Covid-19: recomendações gerais**. 2020a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

FIOCRUZ. CEPEDES | ENSP – Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. **Gestão de riscos e governança na pandemia por covid-19 no brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês**. 2020b. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-gerais.pdf>. Acesso em: 02 out. 2021.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de; DUARTE, Elisete; FRANÇA, Giovanni Vinícius Araújo de; GARCIA, Leila Posenato. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 1-8, maio 2020. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000200023>. Acesso em: 23 set. 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Comitê de Emergência do IHR sobre o Novo Coronavírus (2019-nCoV)**. 2020a. Disponível em:

[https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ih-er-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ih-er-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 23 set. 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Guia Preliminar - como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de COVID-19**. (2020b). Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/system/files/2020-03/IASC%20Interim%20Briefing%20Note%20on%20COVID-19%20Outbreak%20Readiness%20and%20Response%20Operations%20-%20MHPSS%20%28Portuguese%29.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak**. (2020c) Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/331490/WHO-2019-nCoV-MentalHealth-2020.1-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2021.

RAMÍRES-ORTIZ, J., CASTRO-QUINTERO, D.; LERMA-CÓRDOBA, C.; YELA-CEBALLOS, F., & ESCOBAR-CÓRDOBA, F. Consecuencias de la pandemia COVID-19 en la Salud Mental asociadas al aislamiento social. **SciELO Preprints**, vol. 1, pp. 1–21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SCIELOPREPRINTS.303>. Acesso em: 23 set. 2021.

SILVA, Lara Livia Santos da; LIMA, Alex Felipe Rodrigues; POLLI, Démerson André; RAZIA, Paulo Felipe Silvério; PAVÃO, Luis Felipe Alvim; CAVALCANTI, Marco Antônio Freitas de Hollanda; TOSCANO, Cristiana Maria. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 36, n. 9. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00185020>. Acesso em: 02 out. 2021.

Capítulo 3

**Narrativas Sobre O Coletivo E A Vida
Experimentações Clínicas Em Dias De Pandemia**

ENTRADAS: FAZENDO RACHADURAS

“E o que aconteceu? Nada de demasiadamente grande ou pequeno e que fez toda diferença. Nada que antes estava oculto e agora se mostrou. Nada de especial, antes algo que faz parte do cotidiano e sempre esteve ali: ‘a luta da vida com aquilo que a ameaça’.” (DOMINGUES, 2010, pp. 22-23)

Este texto-em-experimento¹¹ é um ensaio narrativo que surge com o desejo de registrar e contra-efetuar as linhas intensivo-afetivas que atravessam nossos corpos e foram desencadeadas desde o dispositivo clínico do Espaço de Expressão em conjunto com um grupo de usuários da vida, de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), da cidade de Pelotas/RS e que evidenciam as potências do Coletivo. A criação do grupo foi possível através de um convênio de estágio obrigatório em Psicologia Social entre o Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), e o referido CAPS.

A situação pandêmica colocou-nos diante de novos desafios à realização dos estágios e das supervisões¹², mas não só, interpelou-nos sobre as possibilidades e estratégias de cuidado em meio virtual, mediado pelas telas. Em outros trabalhos (MACIAZEKI-GOMES et al., 2021; CARDOSO; MACIAZEKI-GOMES, 2021; CARDOSO et al., 2020; SILVA et al. 2020;) perguntávamos O que pode a Psicologia Social em meio a pandemia?, Como operar com grupos e coletivos em tempos de isolamento?, É possível produzir vida, afetação, saúde, através das telas?, O que pode esse corpo que é físico-geográfico-virtual? Quais forças estão em jogo quando ligamos nossas câmeras e compartilhamos nossas agonias, medos, tristezas, alegrias, dores, felicidades? Diante de muitas inquietações e incertezas, apostamos nas experimentações coletivas, pondo em funcionamento o projeto de pesquisa e extensão “Espaço de Expressão em tempos de pandemia” (CARDOSO et al., 2020).

O Espaço de Expressão é um dispositivo em saúde que promove atividades de acolhida, escuta e integração em grupo¹³ (SILVEIRA et al., 2020). Durante a pandemia de COVID-19, as atividades passaram a ser realizadas em espaços virtuais em agenciamento com os mais diversos grupos e coletivos (CARDOSO; MACIAZEKI-GOMES, 2021). Desde o seu surgimento, em 2018, tem como bases ético-políticas a Lei 10.2016/01 e, principalmente, a radicalidade do cuidado em liberdade, conquista da Reforma Psiquiátrica e do movimento da Luta Antimanicomial, a transversalidade, a autogestão e a mútuo-ajuda.

¹¹ Este é mais um texto da série de textos que estamos intitulado de experimentais. Assim chamados, porque começamos suas escritas através de fluxos intensivos - informes, que brotam a partir dos grupos e coletivos em que estamos inseridos. Nós iniciamos os textos sem estruturas determinadas, deixamos que “eles” desenhem seus próprios mapas. São n-1, nunca se completam.

¹² Nós, que escrevemos este texto, ocupamos um lugar não delimitado. Atuamos como supervisores de estágio e, em alguns momentos, como facilitadores dos grupos-coletivos.

¹³ Essas atividades aconteciam nos espaços públicos e de circulação antes do advento da pandemia.

Os CAPS são serviços substitutivos ao modelo asilar, sendo estratégicos na articulação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atendendo pessoas em sofrimento psíquico nas situações de crise ou em processo de reabilitação Psicossocial (BRASIL, 2011). A operacionalização deste dispositivo se dá através de equipes multidisciplinares pela perspectiva da interdisciplinaridade e de forma territorial (BRASIL, 2011), de modo a respeitar e promover a cidadania e o cuidado em liberdade (CFP, 2013). O território, na RAPS, é entendido como território existencial, que circunscreve não apenas a um espaço físico-geográfico-administrativo, mas fundamentalmente a um campo da familiaridade, dos planos e linhas afetivas, de um ambiente que é vivo, e neste sentido, é processual e sempre em feitura (ZOURABICHVILI, 2004; MACERATA; SOARES; RAMOS, 2014).

O território é situado, local, específico. Okupa. Está sempre povoado: o rio, a montanha, uma criança caminhando. Tudo o que repousa sobre ele será moldado em relação aos elementos que povoam o lugar. Ele não usa medidas, ele usa forças. A marca da revolta que empurra para formar uma parede. Seu tempo é intenso agora (CERVANTES, 2021).

Trabalhamos esse texto a partir das narrativas, já que estão situadas nas experiências das pessoas (CLANDININ; MELLO, 2021). As narrativas são estéticas, performam. Encantam, causam sensações. Atravessam os corpos. São da ordem do acontecimento e da ficção (GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014). A narrativa é existencial. Relacional. Necessita de uma ética relacional com as pessoas e com o texto de campo. Exigem um “plano ético, partem da convivialidade com pessoas e redes de práticas sendo uma escrita que, com graus variados, inscreve-se numa tradição da convivência” (GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014, p. 302). A experiência escreve!?

Nesta experiência textual trabalharemos com os acontecimentos e reverberações desencadeadas a partir do encontro realizado no dia 27 de setembro de 2021 e cujo tema foi *Suicídio: Ideações, Pistas, Manejo e Estratégias de Enfrentamento*. Sabemos, desde o início desta escrita, que a tarefa é complexa, pois trata-se de colocar em palavras uma rede de sensações e afetações produzidas no Coletivo e que ainda não sabemos muito bem como nomear. Aprendemos, com Barros (2009), que o início das coisas sempre acontecem pelo meio, onde a vida e os fluxos pulsam. Partindo deste agenciamento, este ensaio tem como objetivo pensar e confabular o conceito de *Coletivo* da Saúde Mental Coletiva para logo articulá-lo aos nossos fazeres junto ao grupo de atoras e atores do CAPS Porto. O texto se justifica de modo a contribuir e instigar a produção de clínicas-coletivas que sirvam de suporte para as expressões dos diversos modos de habitar a vida (PASSOS, 2009), bem como ensinar pistas para trabalhadoras/es, estudantes, usuárias, usuários e demais interessadas(os) sobre o trabalho com temas ditos complexos em grupos - “o que não tem espaço está em todo lugar” (MOMBAÇA, 2020). Para dar corpo a essa experiência, que agora se desdobra em forma de texto, trabalharemos a partir de blocos de afetação, sendo 1) O coletivo da Saúde Coletiva; 2) A clínica enquanto arborescência-decalque; 3) A clínica enquanto potência do Coletivo e; 4) Abrindo a janela.

O COLETIVO

Nossa primeira inquietação é justamente sobre o Coletivo. Perguntamo-nos: O que pode ser esse tal “coletivo” da Saúde Mental Coletiva? Quem compõe e porque compõe esse “coletivo”, como defini-lo ou como entendê-lo?

Não há um conceito que seja simples (DELEUZE; GUATTARI, 2009). Um conceito nunca está previamente dado ou pronto, não é uma entidade que se possa incorporar. É tipo Exu, que está em todos os caminhos, mas não está em nenhum, que não pode ser apreendido tão facilmente, isso se ainda acreditarmos que podemos apreender Exu. De acordo com Deleuze e Guattari (2009)

um conceito deve ser inventado, forjado, tramado, engendrado, fabricado – Exu é a própria fábrica de fabricação, está aqui e acolá, sempre transformando e modificando a mensagem que carrega (DAMASCENO, 2016). Um conceito, assim como um dispositivo, surge para responder a uma emergência (FOUCAULT, 1992).

O conceito é evidentemente conhecimento, um conhecimento de si, e o que ele conhece é o puro acontecimento, mas conhecimento de si, que não se confunde com o estado de coisas no qual se encarna. (DELEUZE; GUATTARI, 2009, p. 46)

Entremos, então, numa primeira linha intensiva, tomando como mote a produção de Guimarães (2016) e Guimarães e Silva (2016) sobre o Coletivo na Saúde. A primeira inflexão feita por esses autores é de que não podemos sustentar o coletivo como algo estático e específico, seu caráter é bem outro: pura variação de potência, instabilidade, deslocamento, processualidade. O coletivo em tal caso “aparece como potência de desencadear processos instituintes que induzem rupturas no território da saúde” (GUIMARÃES; SILVA, 2016, p. 941).

O território da saúde foi e é abordado sob diferentes perspectivas, desenvolvidas ao longo de deslocamentos no contexto histórico e social, a saber: a “Medicina Social”, a “Saúde Pública” e a “Saúde Coletiva”. Guimarães (2016) discute que há muito tempo o coletivo tem sido tomado como sinônimo de “território da saúde”, e que, se assim fosse, não haveria necessidade de haver um campo de conhecimentos e práticas chamado de “Saúde Coletiva”, pois a própria Saúde Pública e/ou a Medicina Social já abarcariam e estariam nesse “território da saúde”.

A partir de um resgate histórico realizado por Foucault, os autores Guimarães e Silva (2016, p. 941) apresentam que a Medicina Social e a Saúde Pública foram “conhecimentos produzidos com base no pensamento liberal – à luz da economia política –, e que assimilaram uma noção de coletivo instituída que se confunde com o público, o social ou a sociedade (entendida como conjunto ou totalidade que deve ser regulada pelo Estado)”. Na Saúde Pública e Medicina Social, o coletivo é tomado a partir das linhas duras, que demarcam fronteiras aparentemente fixas e estabelecidas “o coletivo é utilizado com o intuito de construir o indivíduo medicalizado, cujo desejo está orientado para responder à normalização imposta pelo saber médico... e neste sentido, esses dois saberes foram constituídos para atender às necessidades da sociedade” (GUIMARÃES, 2016, p. 225). Nessas mesmas linhas duras, o coletivo é pensado como um grupo ou população de cidadãos que cumprem seus deveres, “trata-se de um coletivo organizado pela razão de Estado” (GUIMARÃES, 2016), como coletivo-imagem-decalque. Oras, o decalque é exatamente o momento em que um fluxo intensivo é fixado, tornado estático, momento em que as linhas perdem suas velocidades para se tornarem imagens - imagem do mapa (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Na Saúde Coletiva, o coletivo é tomado como potência e variação, “denunciando processos de subjetivação instituídos pelas imagens que essa noção carrega na saúde” (GUIMARÃES; SILVA, 2016, p. 941). Essa variação, associada a processos instituintes, distingue a Saúde Coletiva da Saúde Pública e da Medicina Social, “fazendo dessa diferença uma força de efetuação da potência do coletivo no plano do campo de saber e das práticas em saúde na atualidade” (GUIMARÃES; SILVA, 2016, pp. 941-942). Isso já nos põe na pista que há um Coletivo instituído e um coletivo como energia e potência. Ou seja, o conceito de Coletivo é “experienciado” de formas diferentes a depender do campo de conhecimentos que se entra.

Neste embalo podemos pensar a própria constituição e funcionamento das ciências. Deleuze e Guattari (1997) falam em dois tipos: as ciências rígidas, pautadas em um valor - moral - de verdade, de pretensão de verdade, que se querem superior; e as ciências nômades que não querem extrair constantes a partir das variáveis, mas colocar as próprias variáveis em estado de variação

contínua, e isso não quer dizer que essas ciências ambulantes “estejam impregnadas por procedimentos irracionais, místicos e de magia” (DELEUZE; GUATTARI, 1977.p. 41) - muito embora isso também possa fazer parte desse tipo de ciência. A ciência nômade, em contraste com a rígida, não deseja tomar o poder, não deseja ser portadora de uma verdade que seja universal.

O Coletivo da Saúde Coletiva é então esse inespecífico, esse processo, essa constante desterritorialização, mas isso não quer dizer de modo algum que é um campo vazio e irracional, é, pelo contrário, carregado de potência e afetos que faz surgir diferença, construção e constituição de singularidades. O coletivo é esse conceito-espaco onde singularidades são fabricadas e refabricadas constantemente, é onde há uma abertura para as passagens e intensidade do devir. O Coletivo é da Caliba de Exu.

Com esse caminhar podemos perceber que, entender e operar esse conceito de coletivo da Saúde Coletiva não é de modo algum fácil, porque não se parte de modelos dados, de saberes instituídos, de respostas prontas. Ou seja, esse Coletivo de forças e de mutações põe em constante crise o território-saúde (GUIMARÃES, 2016). A vista disto, é a partir do nomadismo que podemos analisar as potências do coletivo da Saúde Mental Coletiva operacionalizado nos grupos em que estamos inseridos.

A CLÍNICA ENQUANTO ARBORESCÊNCIA

A *cena* é um encontro que se fez consulta¹⁴. A pessoa, sujeito-usuária da Atenção Básica, narra, ao Psicólogo, sobre seus sintomas, suas tristezas, sua dor e seu medo da morte e de desabar. Ela acabara de perder sua mãe, sofrera um acidente há poucos anos, fez uma cirurgia há poucos dias. Esses episódios são recorrentes em sua mente e em seu corpo. Ela relembra e seu coração dispara, a ponto de acreditar que terá um ataque cardíaco, seu corpo treme, suas mãos suam, seu pensamento começa a se desorientar e se perder, “eu vou morrer agora”, o desespero toma conta e a qualquer momento pode-se perder os sentidos.

O saber estático e instituído, antes mesmo de permitir o final da narrativa, lança sua interpretação: “não se preocupe, você está com uma doença, seus sintomas são decorrentes de uma disfunção no cérebro, certamente está passando por um transtorno de pânico”. Não é difícil pensar na sequência da consulta (que poderia ser um encontro): “você está tomando algum medicamento para lidar com sua ansiedade?”. A experiência, aqui, é decalcada numa perspectiva biomédica territorializada. O medicamento entra como facilidade e rapidez. A saúde mental é tomada como arborescência.

O pensamento e as práticas arborescentes operam pela lógica da centralidade, da hierarquização, da ordem, caminham em direção a um UNO, a uma verdade que se quer universal (DELEUZE; GUATTARI, 1995), e logo aos centros de poder. Como acabamos de ver, a doença e o saber médico são tomados como centro organizador e seu único desdobramento possível é a classificação, a caracterização, o diagnóstico e, conseqüentemente, a medicalização

(...) este pensamento nunca compreendeu a multiplicidade: ele necessita de uma forte unidade principal, unidade que é suposta para chegar a duas, segundo um método espiritual. E do lado do objeto, segundo o método natural, pode-se sem dúvida passar diretamente do Uno a três, quatro ou cinco, mas sempre em condição de dispor de uma forte unidade principal, a do pivô, que suporta as raízes secundárias (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 13).

¹⁴ Consulta como um endurecimento aos fluxos intensivo-afetivos do encontro. Fecha-se, ou protege-se, em um saber pronto, instituído.

No mesmo ritmo do Coletivo, que em alguns campos do conhecimento é entendido e operado a partir de modos estáticos, a saúde pode ser decalcada e tornada imagem, pode ser algo que se tem ou não tem, pode ser algo obtido a partir de medicamentos e procedimentos tecnológicos duros (MERHY, 1997). Saúde, nesta perspectiva, é dita por alguém outro que não a pessoa que experiencia suas dores, angústias, e sofrimentos. A resposta vem de outro que se coloca no lugar de dizer sobre, traçar um panorama retilíneo, comum e semelhante a muitos outros. A resposta que já vem pronta impede movimentos, que se possa dizer de si, de outro modo. A expressão da fala é organizada, enquadrada, diagnosticada e a prescrição e medicalização são padronizadas. Mas nós não queremos isso, e podemos até dizer que nossa ação é de uma direção contrária. Entendemos a saúde como processo, que está direcionado a uma multiplicidade de fatores, sejam eles sociais, econômicos, emocionais, culturais, políticos e ainda outros. A entendemos como processos que não se findam, que se transformam conforme o caminho.

Nós desejamos a produção de saúde através de um Coletivo como potência e como afetividade. Entremos, então, em mais uma linha intensiva, pensando junto a Espinosa o Afeto e a Potência. Espinosa (2002, p 197) nos conta que “ por afetos entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as ideias dessas afecções (ESPINOSA, 2002, p. 197).

Em outras palavras, Espinosa (2002), nos põe em um agenciamento que trata o afeto como aquilo que pode aumentar nossa potência de existir e de desejar a vida, afeto como potência de produção de saúde e de sentido. Afeto como força motriz que anima o Coletivo.

Antes de adentrarmos no próximo bloco de afetações precisamos ainda fazer algumas considerações sobre a clínica. A clínica é uma viagem por terrenos desconhecidos,

Viagem que nos mete medo e que nos faz elucubrar sobre ela, a clínica, toda sorte de herméticos e eruditos roteiros. Teoria, método e técnica. Botamos isso na mochila. Será que estaremos, então, prontos para a viagem? (MELO, 2018, p. 142)

Pensamos e operamos a clínica enquanto Klinamen (BAREMBLITT; AMORIM; HUR, 2020; BAREMBLITT, 2010), ou seja, como espaço onde a invenção de novas realidades e novos modos de experimentar e experienciar a vida são fabricados. A clínica, deste modo, é o lugar onde deseja-se desmontar tudo que aprisiona, apequena e amesquinha a vida (BAREMBLITT, 2018). Ainda de acordo com Baremlitt (2018), a clínica é instituída em qualquer espaço onde pessoas se encontrem para se ajudar, para se auxiliar, para se agenciar em coletivo, para produzir vida. A seguir, passaremos a compartilhar nossas experiências de uma clínica, da/na Saúde Mental Coletiva, uma clínica como potência do coletivo.

A CLÍNICA ENQUANTO POTÊNCIA DO COLETIVO

A *cena* é um coletivo que se encontra. O tema escolhido, por mais paradoxal que pareça, é o desejo de morte, é a ideação e os pensamentos suicidas. Neste coletivo, cada um/a dos/as agentes possuem suas próprias histórias, suas próprias narrativas, suas próprias dores, suas potências em saúde e em afetar.

Nesse coletivo, há um porvir, há um virtual que se quer atualizar, quer devir. Os “técnicos” nada tem a dizer de antemão, não possuem nenhuma interpretação apriorística, sua função ali é desencadear movimentos de aceleração e lentidão. Os “técnicos” estão em um movimento de desterritorialização, de “desaprendizagem” do já sabido, do já ensaiado, do já pensado (MERHY

et. al, 2016). Contaminados e desejosos por experimentar os fluxos afetivos desencadeados pelo encontro com o(s) Coletivo(s).

Cena 1: A multiplicidade das forças

Caroline¹⁵ contou como se sentia durante uma das tentativas de suicídio. “Parecia ter duas pessoas. Uma com uma faca na mão, querendo acabar com tudo aquilo, e a outra tentando impedir que a mão cortasse”. A cena nos pareceu reveladora dessa dualidade de forças que podem estar presentes nas ideias e tentativas de suicídio. E possivelmente existam outras forças sociais presentes, talvez nem sempre perceptíveis.

Cena 2: (Re)existências-tartarugas

Caroline trouxe a imagem da tartaruga para o grupo. A tartaruga vive aprisionada, sozinha, dentro de um casco rígido, cercada por um oceano imenso, mergulhada em uma profunda solidão. Talvez nenhuma outra imagem pudesse descrever, com tanta propriedade, profundidade e sensibilidade, a sensação corpórea de quem vive por baixo da pele de alguém com ideia suicida. Um corpo-prisão. Um corpo enclausurado em estruturas rígidas e sufocantes. Um corpo cercado por outros corpos, mas ainda assim, um corpo-só. A sensação de *estar só* esteve presente em muitas das narrativas de ideia suicida compartilhadas no grupo.

A maioria das(os) participantes pareciam apontar para adoecidas redes familiares e sociais. Paula relatou: “(...) Todas as vezes que tento suicídio, eu penso em minha mãe me dizendo que eu poderia não existir (...)”. Outra participante revela que durante as suas ideias e tentativas de suicídio, pensava: “Serei menos uma pedra no caminho deles (a família)”. Cristina compartilhou sobre uma infância e adolescência pontuadas pelo luto, tristeza profunda e ideias suicidas, após a morte do pai e uma família que não parecia enxergar ou se importar com o seu sofrimento. A participante Bárbara diz: “A minha mãe não viu que eu estava doente”. Eram trechos que pareciam esboçar existências-tartarugas.

As narrativas de ideias e tentativas de suicídios no grupo apontam para as múltiplas violências ensejadas e silenciadas no interior daqueles cascos. A participante Elisa relata “acho a vida muito injusta (...) desde pequenininha”. A vida é inegavelmente injusta. Todas aquelas narrativas eram atravessadas por inúmeras situações injustas. Abandonos, silenciamentos, opressões, indiferenças, omissões, falta de cuidados, de acolhimentos, de empatia e outras violências de variados tipos e graus. O suicídio como um grito de socorro na tentativa de romper o silêncio, “sair do fundo do poço”, como disse Bárbara, ou, quem sabe, do casco. Um grito para ouvidos indiferentes? Algumas narrativas delineavam um espaço familiar compartilhado por outras existências-tartarugas. “A minha mãe também tinha depressão”, diz Bárbara. Familiares e uma rede social provavelmente com poucos recursos e ferramentas de cuidado para ouvir e cuidar efetivamente daqueles gritos.

¹⁵ Os nomes são fictícios e foram baseados no elenco do filme “Por que você não chora?”. *Porque você não chora?*. Direção, produção e roteiro: Cibele Amaral. Intérpretes: Elisa Lucinda, Luciana Martuchelli, Cristiana Oliveira, Maria Paula, Bárbara Paz, Carolina Monte Rosa. Brasil: 02 Play, 2020. Filme (95min).

Cena 3: O compartilhamento da dor

Elisa diz: “Quem avisa não faz é um mito. Eu sempre avisei.” Suas palavras ecoaram e encontraram pouso no grupo. Ela menciona a palavra mito. Pensamos nos nossos mitos sobre a temática de ideação e tentativas de suicídio.

A ideia de trabalhar com a temática foi uma demanda do próprio grupo. Em um dos encontros realizados no mês de setembro, uma participante questionou quando iríamos abordar e conversar sobre o suicídio. As temáticas trabalhadas nos encontros são sugeridas pelas(os) participantes. Nós imaginávamos que a temática do suicídio, em algum momento, seria uma demanda do grupo. Mas não sabíamos como seria trabalhar com o tema em um grupo virtual de cuidado composto por pessoas que, em sua maioria, experienciam a ideação suicida diariamente em suas (re)existências tartarugas. Algo da ordem do devir. Trata-se de um grupo com diferentes intensidades e momentos de sofrimento psíquico. Estariam todos com os seus corpos navegáveis para adentrarem esses mares sombrios? Seriam mares apenas sombrios? Conseguiríamos concluir o encontro sem a sensação de que algum(a) participante teria se sentido ainda mais solitária(o) e aprisionada(o) em seu casco?

Em meio aos nossos mitos e fantasias sobre a temática do suicídio, fomos, por assim dizer, nocauteados com uma frase, dita por uma das participantes durante o encontro, que talvez tenha representado a tônica daquele grupo: “Deveria ter mais gente para dividir a carga”. Dividir a carga. Os grupos e coletivos que agenciam um cuidado compartilhado permitem o compartilhamento da carga, da dor. Eram cargas familiares para muitos deles. Era como se o interior do casco da tartaruga houvesse se ampliado para caber todos nós. Ali não estávamos sozinhas(os) ou clamando para ouvidos indiferentes.

Bárbara relatou: “É um assunto que gosto de falar (...) Eu fico vendo o quanto sou forte!”. Existe potência na exposição de nossas vulnerabilidades. Ela diz: “Eu fico vendo”. O grupo permite deslocamentos. Ao narrar a minha dor aos outros, eu exercito o distanciamento de mim mesmo para que eu possa me enxergar como personagem daquela narrativa. Nesses intervalos existenciais é possível capturar outras nuances de si mesmo. “Sou forte!” O grupo constrói uma colcha de retalhos com as narrativas individuais, que juntas formam uma cartilha coletiva com pistas e estratégias de como foi possível sobreviver até aqui. As narrativas se reconhecem e se completam. Ao final, é mais do que compartilhamento da dor. É, sobretudo, o compartilhamento de cuidado. “Tudo passa (...) Então eu espero 5 minutos, 10 minutos, 15 minutos... Até a vontade passar”, aconselhou uma das participantes.

ABRINDO A JANELA

O encontro se encerrou com uma imagem poética. Elisa levantou-se do lugar em que estava e nos conduziu, pela câmera do celular, até a janela de seu quarto. Neste momento, as nossas telas foram invadidas pela diversidade de vidas, cores e sons presentes em várias árvores e plantas que compunham o cenário que era possível de ser avistado daquela janela. Elisa nos contou que todos os dias era visitada por um pássaro que imitava vários sons. Sua voz exibiu uma singela sensação de felicidade por aquelas visitas. Ela nos mostrou também o papel de paredes de sua nova casa, repleto de desenhos de flores. Após termos mergulhado em mares densos e sombrios, a bordo de cascos de tartaruga, naquele momento final do encontro parecíamos estar em terra firme e segura, que talvez seja um lugar possível de conquistar quando estamos produzindo coletividades.

Nesse sentido pensamos que o Coletivo é capaz de produzir suas próprias respostas que se fazem urgentes naquele dado instante. Há contaminação coletiva sujeito/usuário/pessoa/técnico/árvores/animais/sons/cores. Seja ele em um coletivo de sujeitos, seja ele em um duplo agenciamento

técnico/psicólogo-sujeito. É na abertura ao inespecífico e ao devir que tramamos o Coletivo. Assim, não há nada que seja dado com antecedência, mesmo que nós tenhamos lido todos os textos, todas as teorias e técnicas, o encontro como potência será sempre esse processo de desaprendizagem, onde tomamos o meio e não sabemos que linha de fuga “produziremos”. É no encontro como potência e afetividade que o Coletivo da Saúde Mental Coletiva se operacionaliza e faz reverberar o por vir.

REFERÊNCIAS

- BAREMBLITT, Gregório. **Introdução à esquizoanálise**. Belo Horizonte: Ed. IGB, 2010.
- BAREMBLITT, Gregório. A clínica como ela é: Dez pontos para uma apresentação. In: LANCETTI, Antônio (dir.). **SaúdeLoucura 5: A clínica como ela é**. São Paulo: Hucitec, 2018, pp. 139 - 149.
- BAREMBLITT, Gregório; AMORIM, Margarete; HUR, Domenico. **Esquizodrama: Teoria, Método e Técnica - Klinicas**. Belo Horizonte: Ed. IGB, 2020.
- BARROS, Regina Benevides De. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria GM/MS nº3.088/2011** -, preconiza o atendimento a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Brasília; MS, 2011.
- CARDOSO, Jackson; SILVA, Uilames; RODRIGUES, Fernando; MACIAZEKI-GOMES, Rita. Espaço de Expressão: Produzindo e experimentando dispositivos em saúde nos meios virtuais - relato de experiência. In: Congresso de Extensão e Cultura, 7., 2020, Pelotas, **Anais do 7. Congresso de Extensão e Cultura**, Pelotas: Ed. UFPel, 2020, pp. 497 - 500.
- CARDOSO, Jackson; MACIAZEKI-GOMES, Rita. **O que pode o Espaço de Expressão em conjunto a Atenção Básica?:** Experimentações em dias pandêmicos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI, FURG, Rio Grande/RS.
- CERVANTES, Tadeo. Hacia una política de corpo-barricadas. **Artillería Inmanente**, cidade desconhecida, 14 de fev. 2021. Disponível em <<https://artilleriainmanente.noblogs.org/?p=2102>>. Acesso em: 08 de nov. de 2021.
- CLANDININ, Jean; MELLO, Dilma. Abertura do Seminário Internacional de Pesquisa Narrativa. [Youtube] FURG, 05 mar. 2021. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=pLtb-Unf0c&t=2744s&ab_channel=FURG>.
- CONSELHO Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: CFP, 2013.
- DAMASCENO, Luisa. No Embaralhamento com Exu. **Das Questões**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.26512/dasquestoes.v4i1.16210. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/16210>. Acesso em: 1 nov. 2021.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia - vol.1**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia - vol.5**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?**. 6º ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- DOMINGUES, L. **À flor da pele: Subjetividade, clínica e cinema no contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- ESPINOSA, Baruch. **Ética - demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GALLINDO, Dolores.; MARTINS, Mário; RODRIGUES, Renata. Jogos de armar: narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. In, SPINK, M. J.; BRIGAGÇAO, J.; NASCIMENTO, V.; CORDEIRO, M. (Orgs) **A produção de informação na pesquisa social**. Rio de Janeiro: CEPS, 2014, pp. 295 – 322.

GUIMARÃES, Cristian; SILVA, Rosane da. Devires e intensidades do coletivo na Saúde Coletiva. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. 2016, v. 26, n. 03 [Acessado 31 Outubro 2021] , pp. 939-959. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000300012>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000300012>.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano. **O Coletivo na Saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2016

MACERATA, Iacã; SOARES, José; RAMOS, Julia. Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2014, v. 18, suppl 1 [Acessado 31 Outubro 2021] , pp. 919-930. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0210>.

MACIAZEKI-GOMES, Rita; CARDOSO, Jackson; SILVA, Andressa da; D'AVILA, Geruza; SILVA, Édio. Das imagens nos cinco atos de “O que pode a Psicologia Social em meio à pandemia do novo coronavírus?”. **Expressa Extensão** [online]. 2021, v. 26, n. 1, pp. 475 - 482. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/19691/pdf>>. Acesso em: 30 de outubro 2021. ISSN 2358-8195. [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/EE.V26I1.19691](https://doi.org/10.15210/EE.V26I1.19691).

MERHY, Emerson. Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde. In: Merhy, E. E.; Onocko, R. (Org.). **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MERHY, E. E.; GOMES, M. P. C.; SILVA, E.; SANTOS, M. F. L.; CRUZ, K. T.; FRANCO, T. G. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do cuidado em saúde. In: MERHY, E.; BADUY, R. S.; SEIXAS, C. T.; ALMEIDA, D. E. S.; SLOMP JÚNIRO, H. (Orgs). **Avaliação Compartilhada do Cuidado em Saúde: Surpreendendo o Instituído nas Redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. p. 31-42.

MOMBAÇA, Jota. **O que não tem espaço está em todo lugar**. Instituto Moreira Salles, 27 out. 2020. Disponível em <<https://ims.com.br/convida/jota-mombaca/>>. Acesso em 30 out. 2021.

MELO, Cibele Ruas. Há devir, há de vir ou o advir da criação no processo terapêutico. In: LANCETTI, Antônio (dir.). **SaúdeLoucura 5: A clínica como ela é**. São Paulo: Hucitec, 2018, pp. 139 - 149.

PASSOS, Eduardo. Quando o grupo é a afirmação de um paradoxo. In BARROS, REGINA BENEVIDES DE. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 11-19.

SILVA, Andressa et al. O que pode a Psicologia Social? Uma experiência a partir do núcleo ABRAPSO Sul Sul. In: Mostra de Produção Universitária, 18., 2020, Rio Grande, **Anais da 18. Mostra de Produção Universitária**, Rio Grande: FURG, 2020.

SILVEIRA, Roberta; CARDOSO, Jackson; SILVA, Diônvera; BERTOLUZZI, Fernanda; MACIAZEKI-GOMES, Rita. Espaço de Expressão: Cuidado, arte e saúde. In: PRADO, Daniel; GONÇALVES, Carla; DOMINGUES, Beatriz (orgs). **Extensão universitária da FURG: A produção de conhecimento a partir da prática extensionista**. Rio Grande: Ed da FURG, 2020, pp. 243 - 253.

ZOURABICHVILI, François. **Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: IC - UNICAMP, 2004.

Capítulo 4

**Diálogos entre o Cacique Mbya Guarani
VERÁ [*Resplendor*] - Eduardo Ortiz e o Prof.
Dr. Alfredo Guillermo Martin Gentini**

[Roda de conversa registrada pela profa. Dra. Rita de Cássia Maciazeki-Gomes (FURG) em 21 de agosto de 2020, disponível em https://youtu.be/YIJ_kX2qjHk. As palavras do cacique Eduardo Verá estão transcritas em negrito. Transcrições feitas por Jessica Isis Faria, Victória Bastos e Alfredo Martín. Intertextos e revisão final Alfredo Martín]

Cacique Mbyá Guarani VERÁ (EDUARDO AQUINO ORTIZ)
Alfredo G. MARTIN GENTINI

Introdução

O encontro presencial, logo digitalizado, composto por telas eletrônicas e por chimarrão compartilhado ao ar livre foi a proposta para dialogar sobre temas e afetos relativos aos povos indígenas sugerida pelo Professor Alfredo e pelo Cacique Eduardo, liderança indígena Mbya [*gente*] Guarani da aldeia Y'yrembé [*margens próximas das águas*] em Rio Grande/RS¹⁶. Apresenta algumas perspectivas essenciais sobre a cosmovisão dos povos originários e, em especial, sobre a cultura guarani. Outro ponto de destaque na conversa foi a maneira como os indígenas têm compreendido e enfrentado a pandemia de coronavírus (COVID-19).

Multiplicidade Sociocultural e Linguística Indígena

Quando o Brasil ainda não tinha esta nomeação imposta pela colonização, era o *Pindorama* [*a Terra das Palmeiras*] há mais ou menos 12 mil anos atrás, e quase 6 milhões de pessoas originárias moravam aqui, diferentes povos habitando e cuidando diferentes biomas e, conseqüentemente, formando distintas formas de ser e de viver no mundo. Tais práticas culturais perpassavam o cuidado da terra, da fauna e da flora até que, por volta de 520 anos atrás, os não-indígenas colonizadores impuseram o genocídio dos povos ameríndios e também o ecocídio do ambiente deste território, massacrando as culturas desses povos e seus fundamentos de vida com o corpo da mãe Terra, infringindo e degradando, assim, o sagrado de uma provedora maternal, a Pacha Mama (Krenak, 2019).

As pragas da herança colonial se manifestam além do homicídio direto, com a fome, a falta de demarcação de territórios e as doenças infecciosas transmitidas pelos brancos aos indígenas. Tais fatos sócio-históricos desvendam a amplitude desse genocídio e explicam o porquê dessa população originária atualmente não chega a 1 milhão de pessoas sobreviventes.

A diversidade dos povos indígenas foi reduzida drasticamente, mas, ainda assim, possuem uma multiplicidade própria e reivindicam o reconhecimento de suas identidades.

A língua falada se caracteriza como um aspecto da diversidade social e cultural dos povos indígenas, manifestando-se, estatisticamente, em torno de 274 línguas distintas distribuídas em 305 etnias no Brasil, representando 0,4% da população brasileira (IBGE, 2010). A língua indígena tem potência espiritual, pois a resistência às tentativas de colonização da palavra e dos saberes permanecem não somente como uma prática ancestral, mas também como um afeto que comunica, cura, cuida e dá sentido à vida.

¹⁶ Sobre a mudança de território do povo indígena Mbya Guarani da aldeia Y'yrembé, acesse: <https://www.furg.br/en/noticias/noticias-cultura/aldeia-y-yrembe-instalou-se-na-cidade-por-motivos-espirituais>

Tal expressão de defesa da cultura configura a palavra como uma ligação sagrada. Sendo assim, antagônica à palavra do branco não-indígena que utiliza a palavra como forma de dominação, de manutenção do biopoder e como forma de mercadoria para o consumo em massa.

Desta população resiliente, o povo guarani possui uma das maiores quantidades de pessoas, manifestando a sua potência de resistência e de defesa cultural (Oliveira, 2002). Seu nome provém de *guatá* = *caminhar*, o povo que caminha na busca da Terra sem males – *yvy marãey-*, da Terra Perfeita – *yvyju mirí-*

O povo guarani no Brasil é estimado em torno de 34 mil pessoas (alguns estimam até 50 mil sobreviventes¹⁷), composta pelas parcialidades Kaiowá, Nhandevá e Mbyá e pertence ao grupo linguístico Tupi-Guarani, sendo encontrado também na Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Alguns vivem em pequenas aldeias, em beiras de rodovias e em acampamentos.

O povo guarani possui uma das suas raízes de origem no Paraguai¹⁸, as que, com o passar do tempo, foram se expandindo junto com o tronco Tupi após a criação de fronteiras estaduais pelos não-indígenas colonizadores. O povo e o território foram progressivamente reduzidos. Apesar de a deficiência histórico-política do país em manter as terras indígenas com seus legítimos ocupantes, a resistência indígena se manifesta na luta por nascer e morrer na terra originária, na conservação dos seus costumes e do seu sangue indígena.

Assim, se insurge neles o questionamento: o que o branco não-indígena (*jurua*) veio fazer em nossa terra? Por que destrói tudo o que toca? Por que tanta violência?

E nós não podemos nos esquivar das indagações: o que significam para os indígenas guaranis as fronteiras de cada país? Qual pode ser a significação da terra e da sua propriedade? Cacique Verá nos diz:

[...] Não acreditamos nem um pouquinho na propriedade privada da terra, porque não és de ninguém, porque Deus criou para todos, se a gente tivera coração bom poderia dividir, dar uma mão para outra pessoa,...mas a gente, o branco criou só para ele, para a gente não tem privado, onde a gente vai é o nosso lugar...

A questão territorial, que inclui aonde pode-se habitar ou não, faz parte dos conhecimentos e da cosmovisão indígena, que são transmitidos por meio da oralidade, dos mais velhos aos mais novos; o diálogo intergeracional é fortificado para manter viva a cultura guarani e a realidade da população indígena. Neste sentido, os costumes guaranis não reconhecem a limitação de território político entre as nações devido a sua tradição de propriedade comum e aos agrupamentos guaranis, influenciados pela aproximação entre as aldeias indígenas; as instituições brancas de poupança; a aposentadoria; a segurança pública; a herança e outras (o quê?) não existem no sistema de vida indígena (Mendonça, 2020).

Contudo, a dominação de não-indígenas e os modos de dominação capitalista foram implementados nesses territórios, subvertendo a lógica do Bem-Viver ameríndio. Tal performance do ser-estar no mundo é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos originários que vivem em harmonia com a natureza, preconizando a coabitação com diferentes seres animais, vegetais e minerais e com seus espíritos para tecerem juntos uma realidade comum.

¹⁷ CIMI, campanha “povo Guarani, grande povo”, 2008.

¹⁸ O guarani é uma das línguas oficiais do Paraguai em conjunto com o espanhol, e é também o nome da sua moeda oficial. Existem ali várias rádios, jornais e programas de TV em guarani.

A visão comunitária do Bem-Viver indica que a comunidade deve ser soberana na decisão dos seus próprios caminhos e na intervenção sobre os recursos que utiliza para reprodução de sua vida social, que a gestão coletiva da vida comum é exercida na prática cotidiana dos povos indígenas e que, no contexto de uma sociedade plural e democrática, se torne possível para os povos indígenas desenvolver suas perspectivas próprias de mundo e fomentar a condição de imaginar outros mundos.

Além disso, no campo político, os movimentos sociais indígenas de inúmeras localidades (no Chile, na Argentina, na Bolívia, no Paraguai, no Equador, no Peru, na Venezuela, na Colômbia e em outros países da América Central, bem como na Austrália, no Canadá, no Japão etc.) têm construído a proposta de Bem-Viver em diálogo com outros movimentos de luta pela terra, pelo fim do racismo, da homofobia, do patriarcalismo e pela garantia dos Direitos Humanos (CFP, 2019).

Bem-Viver Ameríndio e Defesa da Cultura Pacha Mama

Com a colonização e o modo capitalista-desenvolvimentista, a condição de *Pajé* (chamam, pessoa em geral idosa, mulher ou homem de grande sabedoria cultural, conhecedor das medicinas tradicionais, dos significados dos sonhos, das histórias míticas da etnia etc.) está se perdendo no tempo e no espaço de algumas aldeias indígenas. A bênção e a reza indígena é feita ao *Nhanderú*, o nome do Deus Guarani Mbya (também nomeado *Tupã*)¹⁹; as preces não se baseiam apenas em pedidos e desejos individuais de saúde e força, mas também no pedido para manter o planeta e o meio ambiente saudáveis, pois sem terra não há vida. Nessa relação íntima entre o Pajé e a natureza se constroem pontes de resistência para a sobrevivência guarani em meio aos processos colonizadores de massacre e de genocídio, contribuindo como força motriz contra o enbranquecimento, empobrecimento e aculturação indígena²⁰.

O movimento realizado por indígenas que saem de suas aldeias e ocupam espaços urbanos ou semi-urbanos é permeado de desafios, dentre eles há o esquecimento da língua materna e de costumes originários, que são devorados pelo *povo da mercadoria*²¹. Outros riscos estão ligados às práticas recentes de cessão de terras comunitárias através do arrendamento para plantios de soja transgênica feitos pelos brancos latifundiários.

Além disso, as potencialidades da fauna e da flora nos territórios, os saberes e os usos da medicina tradicional²² ameríndia são marginalizados. Obter e preservar a saúde por meio das práticas culturais dos povos indígenas sempre tem uma profunda relação com a reivindicação da identidade originária (Brasil, 1999) da cultura e da harmonia que perpassa a ancestralidade indígena.

Nela não existe separação entre saúde física e saúde mental como tampouco entre saúde humana e saúde da natureza. A cura é feita por e pela natureza, assim as lutas pela retomada de terras originárias se juntam ao fortalecimento dos costumes (à conservação da cultura por intermédio da manutenção do território, da natureza, do conhecimento dos animais, das águas, das florestas, das matas, das terras, dos astros, da meteorologia), transmitidos pelos pajés através da sua comunicação com o Tupã e orientam as jornadas para a instalação da aldeia, sua vida cotidiana e sua defesa.

¹⁹ Sobre a ancestralidade e espiritualidade guarani, acesse: <https://historiaeculturaguarani.org/quem-sao-os-deuses-guarani-mbya/>

²⁰ Ver a pesquisa de Egon Schaden, *Aculturação indígena*.

²¹ Expressão do cacique Yanomami Davi Kopenawa, na sua obra *A queda do céu*.

²² Sobre a medicina tradicional indígena no estado do Rio Grande do Sul, acesse:

<https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/upload/arquivos/202007/21113940-cartilha-plantas-medicinais-e-medicina-tradicional-indigena-no-rsl-para-impressao.pdf>

Opy e Petyngua

A maneira pela qual a população indígena se relaciona no seu cotidiano demonstra uma potência e harmonia com a natureza e a vida. Por exemplo, a escolha dos nomes guaranis para as pessoas se dá, neste sentido, por meio do *pajé*, quem buscará o nome indígena para a criança estar feliz neste planeta. A crença contida neste processo sagrado da nomeação guarani une os sujeitos com a natureza, pois Nhanderú se comunica com o *pajé* da aldeia para lhe transmitir a palavra correspondente ao nome, que deve ficar em segredo até se realizar a cerimônia especial, na qual ele será revelado na Casa de Reza (*Opy*), o lugar mais sagrado da aldeia:

[...] A *Opy* é o lugar para fortalecer nossa comunidade, para dar mais força, se afirmar através do espírito, o cachimbo a gente usa em qualquer lugar... se a gente consegue botar pé... constrói a casa de reza, cada comunidade tem que ter. uma casinha para ele, como se fosse um anjo...eis ali que os nossos velhos, os karaí, acostumam vir nas tardezinhos fazer um ritual antes de dormir... estamos protegidos na casa de reza e com o nosso cachimbo (Verá, 2020)

O cachimbo tradicional, o *petykoó* (pronuncia-se Petyngua) é um verdadeiro patrimônio cultural para os indígenas, pois seu uso permite adquirir e manter força espiritual, inclusive, usa-se para dar o nome em guarani que as crianças indígenas recebem (Carta Capital, 2004). Tais revelações são oriundas da comunicação com Nhanderú, imbricadas intimamente, com a fé e a espiritualidade tradicionais.

[...] O petyngua é a nossa “arma”, nosso conhecimento, o mais importante que a gente tem, é nosso patrimônio, não tem preço, passa para gente não deixar, através dele que a gente sabe o nosso próprio nome guarani, onde a gente vai a gente leva o cachimbo tradicional, ali sabemos também aonde ir... para o branco seria como um celular, o deus do branco... (risos) através dele vamos saber o que tem ao nosso lado, enfrente. (Verá, 2020)

Sonhos e Mutirões para cuidar a Terra

A condição onírica é fundamental para a compreensão dos acontecimentos terrenos, e ela é corporificada na cultura guarani. Os sonhos são manifestações de episódios bons ou ruins que estão por vir (no sentido financeiro, familiar, comunitário ou mesmo meteorológico), e são levados rigorosamente em conta, caracterizando, assim, um modo cotidiano de orientar e cuidar do espírito.

[...] Na *Opy* sabemos os nossos nomes... acreditamos sim nos sonhos...se eu sonhei com um cachorro eis que estão cutucando nas minhas costas...se sonhei peixe, alguma coisa que brilha, vou receber um dinheirinho... se for bagre, pouca coisa...através dos sonhos a gente sabe aonde poderia ir... as crianças tem que dormir cedo para ter alegria, força, não vai trabalhar de noite... tem limite, o branco não, a gente está no meio do branco, conflito mesmo, não consegue se concentrar para dormir mesmo, não tem mais sonho, vontade fazer nada, ficou fraco, preocupado... não tem saída... (Vera, 2020)

A *Opy* e os *pajés* juntos com as tradições e os saberes ancestrais transmitidos oralmente de geração em geração conformam as bases espirituais, familiares, sociais e comunitárias da etnia Guarani. É contra eles que o colonialismo vem tentando há mais de 520 anos lutar para destruir as suas crenças “diabólicas”:

[...] Vieram os evangélicos na minha casa, eu deixei entrar, falamos... pode fazer suas orações, mas a gente não se envolve para entrar no jeito de vocês, tem que sentir vontade, cada um esco-

lher nosso caminho, nós indígenas ao nascer já tem nosso espírito, nossa cultura, o evangélico já não é mais a nossa cultura... tem gente que vai, mas não é nossa escolha, nós queremos manter a nossa cultura, não vamos deixar o nosso karaí... eles tem a sua bíblia, o seu pastor que lhes falam...nós temos o nosso Deus, os nossos pajés ...tem gente que tem medo do índio e sai correndo...isto está salvo até agora por causa do índio que protegeu o planeta, no nosso conhecimento não existe o privado, a gente aprendeu o que é o privado através do branco, espírito existe em qualquer lugar, não posso passar encima do outro, quem vai sofrer é minha família, se matar uma pessoa quem é que vai ficar sofrendo?: minha filha...se eu corto esta árvore do teu jardim, logo não tem mais sombra...no planeta é igual, as matas foram cortadas o calor é forte, a gente tem o mesmo sangue, é o mesmo sol... o mesmo espírito, a gente vai morrer igualzinho e não vai virar ouro, vai virar terra... temos que pensar juntos duas vezes (Verá, 2020).

A codificação da terra como propriedade privada é uma invenção das pessoas não-indígenas e, assim, a terra se tornou uma mercadoria. Ao contrário, a coletividade se faz presente na vivência guarani especialmente no cultivo da terra comunitária (Krenak, 2020). O manejo do solo praticado pelos indígenas se baseia na rotatividade de culturas de acordo com as estações de plantio e o revezamento de territórios de plantação, pois os nutrientes e os substratos da terra podem ficar desgastados com o recorrente manuseio do território.

[...] Ainda funciona o mutirão, só depende da atividade que a gente esteja fazendo, se é grande vai todo mundo, adultos, crianças, mulheres, homens...e planta todas coisas...mas se é pequeno, é familiar...dependendo do lugar se pode plantar 3 ou 4 vezes, ali para o ano que vem tem que plantar em outro lugar, ninguém mexe, a humidade e alimentos para as plantas, se não, daqui a dez anos não vai ter mais nada...(Verá, 2020).

Assim, realizando a manutenção da fertilidade do solo ocupado e o cuidado da terra e das pessoas que vivem nestes espaços, se concretiza a práxis agroecológica como um elemento fundamental de sustentação da vida por meio da alimentação. Tal prática de agricultura orgânica não se verifica nas produções em larga escala agrícola-industrializada, as que além de desfavorecer a potência fértil do solo, aniquilam os biomas e territórios originários para possibilitar a produção de monoculturas intensivas com agrotóxicos (Kopenawa & Albert, 2015).

Promover esta concepção agrícola industrial de acúmulo de capital é contribuir para o assassinato dos ecossistemas e, fundamentalmente, para o suicídio da humanidade, pois como afirma o Davi Kopenawa, o mundo branco acredita que tudo é mercadoria e está provocando o céu, que irá cair sobre as nossas cabeças.

Portanto, as problemáticas socioambientais e ecológicas, que impactam fortemente nas existências dos povos indígenas, justificam a mobilização popular na Política Ambiental, e se faz urgente controlar os ataques desenfreados aos ambientes do Brasil e da América Latina, *pacificando o branco*²³ e suas ações destrutivas da natureza.

Indagações ecológicas

Há muitas pessoas anunciando o fim do mundo, que tudo que está acontecendo - o aumento do nível dos mares; as queimadas na Amazônia; as espécies que vão desaparecendo; os incêndios florestais; entre outros eventos, poderá carregar o fim da humanidade.

²³ Título do livro coletivo publicado pelos antropólogos/as Bruce Albert e Alcida Rita Ramos.

A pandemia atual (que atingiu mais de 23 mil indígenas, com quase 700 mortos e entre eles várias lideranças importantes), para muitos também é outro signo desse fim do mundo. Então, a questão que fica é: como os indígenas guaranis, através da sabedoria dos pajés, entendem essa pandemia?

[...] Na verdade, a pandemia trouxe consigo a sensação de não saber o que fazer, um pânico geral, assolando o mundo inteiro. Mas não se pode perder a fé diante dessa situação difícil; acreditamos que deve-se crer em nosso deus e proteger-nos dessa doença, proteger nossa cultura, nossa família, nossos pajés. Porém, no meio dessa pandemia, o homem branco não cuida do planeta da forma que nós cuidamos, o homem branco propicia a destruição do planeta, acabando com as coisas boas que a natureza nos dá. O homem branco se levantou de uma maneira mais forte, não tendo cura para o planeta - assim, a gente entende o que é a pandemia, pois na verdade, quem criou ela foi o homem branco, ele que trouxe ela pra natureza, o branco contamina tudo dentro do nosso planeta (Verá, 2020)..

Em testemunhos recebidos de outras aldeias, sobretudo da região Amazônica, onde há muita exploração de madeiras, mineradoras e lugares em que as estradas atravessam no meio os espaços indígenas, os caminhoneiros se tornam veículos do vírus nesses locais. Assim, utilizando a natureza como um recurso e como um meio de expandir agronegócios e manter o desmatamento de florestas, o branco, sempre em prol da lógica capitalista e ecocida do lucro, *o verdadeiro vírus*, traz e espalha as doenças infecciosas para as populações indígenas.

[...] 23000 indígenas infectados e mais de 700 mortos, todo mundo não sabe o que vai fazer, pânico no mundo inteiro, difícil...a gente tem que ter fé, às vezes, também medo, não sabe o que vem no dia a dia, em que momento ele próprio pode ser enfermo, tem que proteger a família através do cachimbo... muito tempo atrás já aconteceu pandemia...a verdade é que Deus é que mandou...tem gente que não acredita em Deus...em quem vai acreditar, no demônio? Quem é que está ao lado do demônio? A doença... então ele já está na mão do demônio...e quando estiver doente, para quem vai pedir proteção? Para ninguém...o branco não cuida o planeta, joga muito lixo, já não tem vento bom...ele criou a própria doença para ele mesmo, ele contamina tudo... antigamente a gente morria e era queimada, agora vai na terra e dali vai para a água e o resto fica tudo contaminado... as máscaras tem que botar direto no fogo, a gente usa duas horas e logo bota no fogo direto... (Verá, 2020).

A política geral do estado é a da continuação do genocídio dos povos originários, exterminar o quanto mais de indígenas puder para tomarem suas terras, introduzir o agronegócio e legalizar o garimpo clandestino. Então, nesse momento crítico, cuidar das vidas indígenas - das crianças, dos adultos, dos idosos e dos pajés - é fundamental, pois cuidar da população indígena é cuidar da vida do planeta e de todos nós...

Palavras, propriedade privada

Resistir juntos contra a pandemia, cotovelo com cotovelo, é resistir contra a morte, contra a lógica de massacre que os brancos têm desenvolvido aqui e em outros países latino-americanos. Precisamos pensar um processo de “pacificação da branquitude” e rever concepções hegemônicas de poder, como manifesta o cacique Eduardo:

[...] O branco parece não querer saber de trabalho em grupo, não se abre para pensar junto as soluções para a vida, não dando oportunidade para os indígenas, pois conhecemos muitas coisas que o homem branco não quer saber. Agora, o contato do homem branco com os povos

indígenas tem aumentado através da universidade; e nesse momento o indígena se envolve com o branco para organizar movimentos e caminhar junto - só que tem gente que não quer aceitar.

Sobre a questão da propriedade privada e do quanto ela é central na cosmovisão branca do mundo, dialogamos com a Psicologia Social e perguntamos constantemente o que podemos fazer diante de situações como essa na pandemia? Essa situação de propriedade privada é tão forte, grande e intoxicadora, que boa parte da nossa categoria de atuação pensa o mundo e tudo o que ela tenta fazer a partir dessa noção hegemônica.

A psicologia ocidental, no contexto da universidade, parte da noção de propriedade privada individual para tentar cuidar das pessoas, ou seja, tudo é um cuidado que se dá a partir de uma visão do eu, do self, da personalidade - mas a ideia é a mesma - o terreno é a propriedade privada e a alma também é parte da propriedade privada. O ponto é esse, há uma aliança na tentativa - que por vezes é extremamente bem intencionada -, de cuidar e zelar pela subjetividade das pessoas a partir dessa noção de propriedade privada individual.

Nós, psicólogos, valoramos muito *a palavra* como atributo específico humano e como ferramenta profissional fundamental; no entanto, devemos apreender a ter muitíssimo cuidado com ela, pois para os povos originários

[...] A palavra do branco é mentira, como se fosse um papel, um cigarro, fuma e acabou...não volta mais...para a gente está tudo indicado por Nãnderú, por nossos pajés, o que pode fazer ou não pode fazer... a palavra é sagrada (Verá, 2020).

Tal expressão de defesa da cultura configura a palavra como uma *ferramenta sagrada*. Sendo, assim, antagônica à palavra do branco não-indígena, que utiliza a palavra como forma de dominação, de manutenção do biopoder e como forma de mercadoria para o consumo em massa.

Ao mesmo tempo, estamos tão intoxicados por essa noção do privado que fica difícil pensar uma espiritualidade numa relação com a alma, de outra forma. Então, como a gente poderia cuidar e pensar uma alma diferente da maneira da cosmovisão branca? O que a filosofia guarani nos ajudaria nesse ponto, de outro modo que não seja a partir da cumbuca da propriedade privada?

[...] Penso que o conhecimento guarani não existe para o privado, aliás, aprendemos o que é privado através do branco. Para isso, temos que falar sobre o espírito - se pensássemos juntos através do espírito, sabendo que a árvore, o sol, a natureza em si tem um espírito - poderíamos caminhar e vencer essa pandemia juntos, acreditando, também, no nosso espírito. Para o vírus não se espalhar, o governo tentou trancar todas as coisas, mas o homem branco se revolta, sai na rua e contamina todo mundo - se houvesse colaboração de todos poderíamos vencer essa pandemia. Mas, para o homem branco, é difícil, porque ele não pensa no próximo, ele acaba com todas as coisas em sua volta de uma vez - ele acredita na separação: eu sou índio e ele é branco, esquecendo que corre o mesmo sangue em nossas veias (Verá, 2020).

As emergências étnicas e as insurgências decoloniais, decorrentes do contexto pandêmico do coronavírus, demonstram que os povos tradicionais utilizam o corpo-território em defesa da vida que brota dos ecossistemas, assim como marcam a vivência dos povos indígenas que desafiam o tempo-espaço na percepção eurocentrada e hegemônica. Logo, no contexto de lutas contra uma política etnocida, performam em suas lideranças e movimentos sociais indígenas um dispositivo de grito em prol dos Direitos Humanos e pela Política Ambiental: NÃO ao PL 490! Em referência ao projeto de lei que pretende instituir o marco temporal colonial em curso de votação no parlamento, neste momento.

Considerações Finais

O colonialismo impõe a fabricação da pobreza material e da carência mental e psicológica dos colonizados como meio indispensável para lograr as mais-valias necessárias para a subsistência do império; essas mais-valias são o centro permanente de todas as conquistas, das organizações da economia, das leis e do conjunto da sociedade.

Ao contrário, na cosmovisão dos povos originários, vive uma nova compreensão do mundo, que combate o antropocentrismo e coloca no seu centro a ligação cósmica com a experiência coletiva. A terra viva - *Abya Yala* - necessita de uma descolonização epistemológica; analisar o contexto dos povos originários na América Latina significa enfrentar as desigualdades sociais e compreender a heterogeneidade dos povos, pois o compromisso com a práxis social deve estar pautado na mudança psíquica e no contexto sociopolítico-econômico, pela humanização e pela vida dos distintos povos que constituem este território.

A cultura indígena não precisa ser resgatada pelos brancos não-indígenas, muito menos docilizada aos parâmetros da sociedade ocidental; a cultura está viva e a perspectiva indígena ressalta isso, na medida em que propõe um culto à vida. Assim, os saberes indígenas tradicionais podem ser tidos como saberes científicos.

Então, na cosmovisão do Bem-Viver se estabelece a possibilidade e a condição de pensar a subjetividade como constelações de pessoas no sentido dos povos comuns e da unidade humano-natureza (CFP, 2019).

O filósofo Ailton Krenak ressalta em entrevista para o programa Roda Viva, que a escrita de pessoas indígenas significa a produção de memórias do ser-coletivo e tal fenômeno de ação política deve ser reconhecido e exaltado pela comunidade popular e acadêmica, uma vez que, a memória e a oralidade são a consciência crítica de uma potência latente do coletivo.

Nesta perspectiva, a população indígena não só são os povos do passado, os povos originários, mas e, sobretudo, são os povos do futuro, os povos *originadores*, pois transmitem outra forma de viver em congruência com a natureza e com o cuidado da vida, buscando o equilíbrio entre o que pode ser retirado e o que deve ser mantido ou reproduzido para a floresta continuar produzindo oxigênio, VIDA.

Referências

Albert B. & Ramos A.R. *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Ed. UNESP/IRD, 2002.

Brasil, *Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999*. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm

Lobo, F. & Pessoa, I. B. *Carta Capital, de 11 de fevereiro de 2004*. Guaranis da Megalópole. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/34904>

Conselho Federal de Psicologia. *Referências técnicas para atuação de Psicólogos (os) com Povos Tradicionais*. Brasília, DF: CFP, 2019. 148 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/CFP_PovosTradicionais_web.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

Kopenawa, D. & Albert, B. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Instituto SocioAmbiental (ISA). <https://www.socioambiental.org/pt-br>. [ver Caderno GUARANI CONTINENTAL, (2016) (disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/guarani-continental-povos-guarani-na-argentina-bolivia-brasil-e-paraguai>.)]

Krenak, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Krenak, A. *A vida não é útil*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Maciazeki-Gomes, Rita Maciazeki. (2020, agosto 21). Ato II do evento *O que Pode a Psicologia Social em meio à Pandemia do Coronavírus?* [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/YIJ_kX2qjHk

Mendonça, T. B. (2020). *Vozes da Floresta - A aliança dos Povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJlh1os4w>

Oliveira, B. P. (2002). *Muita terra para pouco Índio?* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uuNgoEhX3UM&t=1s>

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

Palazuelos Ballivián, J. e A. (orgs.) *Artesanato Kaingang e Guarani. Territórios indígenas Região Sul*. Guia do professor. São Leopoldo: COMIN – Ed. Oikos, 2011.

Roda Viva, (2021). *Entrevista com Ailton Krenak*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BtpbCuPKTq4>.

Schaden, E. *Aculturação indígena*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, USP, 1969.

Schaden, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: EDUSP, 1974.

Capítulo 5

Vidas negras e psicologia social: “lutas antirracistas e resistência quilombola”

identidade
foi uma mulher negra e escritora
de pele e alma como a minha
que me ensinou
sobre os vulcões e as rédeas e os freios
sobre os tumultos dentro do peito
e sobre a importância de ser protagonista
nunca segundo plano

se você encostar a mão entre os seios
vai sentir os rastros de nossas ancestrais

somos continuidade
das que vieram antes de nós
(Ryane Leão)²⁴

1- Introdução

O presente trabalho é um breve relato da minha experiência como uma das convidadas do Núcleo Abrapso SulSul, para participar do projeto: “O Que Pode a Psicologia Social em Meio à Pandemia do Coronavírus?” Para pensar a psicologia social em tempos de pandemia, no dia 11 de setembro de 2020, foi realizado o Ato V do projeto, com o tema Psicologia Social, Lutas Antirracistas e Resistência Quilombola.

Meu nome é Charlene da Costa Bandeira, sou psicóloga recém formada pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Na data ainda era estudante do curso. Sou uma mulher preta, neta de Celina Amaral, filha da Vera e do José e mãe da Ana Luíza, irmã do Charles e da Eliane e companheira do Janderson. Sou uma das lideranças da comunidade quilombola Macanudos, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. No ano de 2015, acessei o ensino superior através do processo seletivo específico para estudantes quilombolas da Universidade Federal de Rio Grande. Fui aprovada para cursar Psicologia e, ainda no primeiro ano do curso, passei a integrar o Coletivo de Negras e Negros de Rio Grande Macanudos, que, em seus oito anos de trajetória, atuou fortemente na luta para implementação das políticas de ações afirmativas na FURG. Desde aquele momento também integrei o Coletivo de Estudantes Quilombolas FURG, formado pelos estudantes das comunidades quilombolas.

A psicanalista Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação*, diz: “Somos eu, somos sujeitos, somos quem descreve, quem narra, somos autoras, e as autoridades da nossa própria realidade.” (2018, p. 28). Dessa forma, faço um breve relato da experiência e descrevo nas próximas linhas um pouco de como foi esta atividade. Seguindo a linha da nossa própria realidade, preciso ainda dizer que talvez o presente trabalho não siga uma lógica fielmente acadêmica em sua construção. Em alguns momentos, pode parecer que o trabalho não se trata de um artigo acadêmico, mas, o que disse e reafirmo é que ele não segue a lógica acadêmica ocidental, que exige colocar

²⁴ Poema de Ryane Leão. Disponível em: <https://quilombocibernetico.home.blog/2019/02/11/a-poesia-de-ryane-leao-identidade-sexualidade-e-solidao/>

normas e padrões em tudo, até mesmo na forma como se fala e como se escreve. Assim, decidi seguir quem sou e misturar a oralidade com a escrita. Fui enviada para a universidade pela minha comunidade, justamente para unir essas duas coisas, sem me esquecer por quais caminhos e com qual propósito eu e os outros estudantes quilombolas chegamos até as universidades. Viemos para validar os saberes quilombolas como ciência, para escrever em livros e artigos, para ampliar o acesso das comunidades às universidades, para mudar não só fisicamente os corpos que ocupam as cadeiras das salas de aula, mas principalmente para mudar a lógica de produção de conhecimento.

Portanto, esta narrativa faz parte desse compromisso, assumido por mim em 2015, quando ingressei por meio do processo seletivo específico para estudantes quilombolas para cursar psicologia. No entanto, mais do que isso, esta narrativa é produção de conhecimento, é ciência e hoje chega através de uma pessoa que por muito tempo esteve no lugar de objeto de pesquisa, mas hoje ocupa o lugar de sujeito. Quando escrevemos em primeira pessoa, sobre nós, muitas portas se fecham, eles dizem: “Muito significativa sua pesquisa, mas não está de acordo com a temática da revista, ficaremos felizes com novas tentativas para submissões.” Eles pensam que não sabemos, mas Kilomba (2018) explica o medo branco a partir do conceito de *repressão* de *Sigmund Freud* - o branco para evitar ter que tomar a consciência de seus atos, cruéis e racistas, por vergonha ou culpa, afasta e mantém distante de sua consciência toda a verdade que possa ser revelada pelo sujeito negro. No entanto, este é um conteúdo latente, permanecendo na consciência e pode ser revelado a qualquer instante. E assim é a academia, afastando toda e qualquer verdade que por nós possa ser pronunciada.

“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir”.

(Emicida, Majur e Pablo Vittar, 2019)²⁵

Trago um trecho da música “AmarElo”, do rapper Emicida, com participação da Majur e a Pablo Vittar. Assim como a música, peço permissão para falar em meu nome, permissão primeiro aos meus ancestrais, depois peço para quem estiver lendo não centralizar no imaginário das minhas cicatrizes, do não humano, falo e escrevo enquanto pessoa e não em nome das minhas cicatrizes, embora elas sempre estejam presentes.

²⁵ Música de Emicida, Majur e Pablo Vittar. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/emicida/amarelo-feat-majur-e-pablo-vittar/>

2- O Que Pode Aprender a Psicologia Social com as Lutas Antirracistas e Resistência Quilombola?

“Falar é existir absolutamente para o outro²⁶”

No dia 11 de setembro de 2020, a palestra foi aberta pela estudante de psicologia da FURG Caroline Amaral recitando o poema “Identidade” de Ryane Leão. Prefiro citar o poema antes do texto, pois em nossos eventos da negritude e quilombola, primeiro pedimos licença aos ancestrais e aos mais velhos e na sequência, já tem uma música, um poema, uma dança, uma oração. Mantemos este costume presente até nos eventos realizados em espaços universitários, para que possamos sentir, para que nosso lado afetivo também esteja lá, integralmente, para que nossa cultura, nossa espiritualidade, nossas crenças e valores também possam seguir sendo ditos, sentidos e valorizados da forma que sempre foram, mesmo que agora alguns de nós falem também em artigos acadêmicos e livros. Bruna Farias, estudante da psicologia da FURG e uma das organizadoras do evento, passou a palavra para a professora Cassiane Paixão, que primeiro agradeceu o convite. Logo perguntou como funcionaria a dinâmica do evento e ressaltou a importância de ter espaços de encontros alternativos, diante das medidas de distanciamento social para contenção da pandemia. Não irei descrever as falas da professora, pois acredito que ela mesma possa querer fazer. Após a sua fala comecei comentando exatamente sobre começo, não é atoa que nosso povo é começo, meio e reinício, não existe fim para nós. Nem mesmo a morte considerada pelo ocidente o final de tudo, para nós é retornar novamente ao início. Mas voltando ao dia 11, falamos primeiro do novo modelo de encontro, que agora se apresenta como modelo necessário para que as coisas continuem acontecendo com segurança, diante da pandemia mundial de covid 19 que afeta todos os países deixando milhares de vítimas fatais. Para que seja possível se encontrar temos como opção apenas o formato online e isso nos confunde, se torna um pouco mais frio, logo surgem as perguntas: quem vai primeiro? é palestra ou roda de conversa? A roda é uma tradição africana, implica em todos estarem em uma mesma posição, desloca o “palestrante” convidado, do lugar de suposto saber, pois na roda todos podem falar a qualquer momento. Falei que mesmo *on-line* precisamos adaptar este encontro de forma que seja parecido com os nossos jeitos negros. A mestra em educação pela FURG, Luciane Avila, fazia parte do coletivo Macanudos e sempre falava sobre nossos jeitos negros com nossos mais velhos falando primeiro, sobre não perder isso, sobre a circularidade de estar em roda. Embora, muitas vezes não se diga que estar em roda é algo nosso e não ocidental.

Dei continuidade agradecendo pelo convite para participar como uma das facilitadoras da discussão, comentei um pouco sobre minha trajetória acadêmica; e minha história na psicologia, que foi atravessada muito mais pela dor do que por outros afetos, outros sentimentos, sobre como eu via *posts* de alguns colegas falando de seus momentos felizes na universidade, o que me fazia pensar, a pessoa fez o mesmo curso, na mesma universidade, com praticamente os mesmos professores, como pode ter sido tão feliz assim? A pergunta sempre foi retórica, pois consigo compreender que quem se é e os caminhos escolhidos durante a graduação, fazem toda a diferença de como será este percurso.

Agradei novamente por estar entre as convidadas, lembrei de quantas aulas já tinha sido convidada a me retirar, pelo simples fato de apontar o racismo no que estava sendo dito. Mas também lembrei e fiz questão de dizer o quanto tenho trabalhado nos últimos anos para transformar essa

²⁶ Fanon, Frantz (1989) *Pele negra, máscara branca*. Salvador: UFBA.

narrativa em algo menos doloroso. Mais exatamente quando comecei a desenvolver meu Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado em 2019, sobre a orientação da professora Geruza D'ávila e co orientação das professoras Leticia Ponso e Cassiane Paixão. O objetivo foi compreender o processo de atribuição de sentidos ao Coletivo de Negros e Negras de Rio Grande Macanudos dentro do espaço universitário. Os resultados da pesquisa mostraram o quanto a atuação do coletivo Macanudos se fez fundamental na construção de uma identidade racial positiva dos estudantes pretos, e como Souza (1983) defende é necessário uma identidade racial positiva de si mesmo e do grupo que pertence para se ter saúde mental.

Os resultados mostraram que a relação com os pares, o conhecimento de uma auto estima positiva, o respeito aos territórios negros e aos mais velhos, o cuidado, o acolhimento e sobretudo a relação de força e irmandade das mulheres negras entranhados na trajetória do coletivo, refletiam em estar com a África dentro da existência do coletivo. A África era o centro de partida e não a escravização, isto refletiu em romper com a lógica colonial e toda sua violência. A partir da pesquisa pude afirmar, como cientista, de acordo com a trajetória desse coletivo, das ações e das estratégias de acolhimento, de reexistência e de pertencimento positivo enquanto sujeito negro, que os sentidos atribuídos ao coletivo pelas próprias integrantes, revelaram-se capazes de ser um fator preponderante na produção de saúde mental das frequentadoras. E neste momento, passei a ressignificar minha trajetória, saía do lugar de quem falava de racismo e dor, para ir para o lugar de quem fala de saúde, de afeto e de amor. Não que o racismo tenha acabado ou deixado de ser mencionado ou considerado, o racismo é um determinante em saúde, mas não pode ser considerado um determinante de negritude. É importante acolher e validar o sofrimento racial, mas também é importante que as pessoas pretas consigam continuar, mesmo que atravessados por esta violência, pois uma das formas de controlar racialmente é exatamente esta, nos imobilizar. Digo isto pela importância, como profissional de psicologia, de acolher o sofrimento gerado pelo colonialismo, nós, pretos, precisamos ainda que atravessados por esta dor continuar e construir estratégias de existir. O quilombo é a estratégia de existir mais concreta e verdadeira do povo preto nas Américas. Como já mencionado anteriormente, chego a Universidade a partir do processo seletivo da FURG realizado em 2014.

Desde 2012, anualmente são escolhidas pelas lideranças das comunidades os cursos que possam dar retorno positivo para os quilombos e que serão ofertados no vestibular. O candidato, para fazer a inscrição para a prova, precisa de uma declaração de pertencimento étnico assinada pela liderança do quilombo. Assim, chegamos a universidade com um enorme compromisso, pois todas as etapas até o ingresso são coletivas e precisam continuar sendo, mesmo depois do ingresso. Na cadeira de um estudante quilombola, não é possível ver a olho nu, mas está presente toda a comunidade. Para mim todo o estudante, seja ele preto, indígena, quilombola ou branco que está na universidade pública deveria ter este compromisso com a sua comunidade e com a sociedade, precisamos romper com o imaginário de tudo no setor público ser de graça, sem custos. Gosto de exemplos e vou citar um: temos alguns professores nas salas de aula, sugerindo aos alunos que a aula deveria ser paga, diante de alguns conteúdos que eles julgam mais importantes: “Anotem o que vou dizer, pois vocês deveriam me pagar por isso”. Acho curiosa a relação que mundo ocidental tem com o dinheiro, o fato do dinheiro não sair diretamente das nossas mãos para as mãos deles pode ser considerado com um não pagamento. Nós pagamos para termos essas aulas, e a nossa comunidade paga por ela, inclusive as aulas e todos os outros custos da universidade pública são pagos por pessoas que provavelmente nunca estarão lá.

Portanto, este professor está sim sendo pago para dar aquela e qualquer outra aula, não digo isso para valorizar a visão capitalista de funcionário e patrão: “Está sendo pago então tem que fazer”, não, longe disso, mas é necessário mudar essa lógica e muitos discursos ainda hegemônicos nos

espaços acadêmicos. Pois, aqueles que financiam estes espaços não estão lá dentro para cobrar esta mudança, mas são os mesmos que quando vão acessar esse investimento através do dispositivo de saúde sofrem racismo e são discriminados. Reafirmo ainda que precisamos defender a universidade pública, o SUS, os setores públicos. Mas também precisamos urgentemente cobrar mudanças, para que os serviços públicos sejam de fato utilizados pela sociedade brasileira, onde mais da metade da população é negra e não projetado para a menor parcela.

Muitas vezes paro para pensar sobre o nosso curso e vou dizer reforma, mas não é esta palavra que gostaria de usar. Reforma me remete às pessoas brancas, que muitas vezes utilizam nossos braços para colher, plantar, arar a terra e colher os frutos, mas não dividem igualmente a safra. Então elas falam: agora vai ter uma reforma e será diferente, teremos direito à nossa parte! Mas na prática seguimos sem uma divisão justa. Porém, na falta de uma palavra melhor no momento, seguirei dizendo, precisamos de uma reforma política na psicologia, na verdade penso que seria necessário destruir e construir novamente, mas como isto me parece impossível, vou defender uma reforma no curso. Existem vários relatos de estudantes adoecidos pela demanda e pela forma como é conduzida a nossa formação. Um curso de psicologia que não consegue escutar seus alunos e os adoecem é um curso de psicologia que falhou no seu objetivo principal.

A psicologia, tem como principal instrumento a escuta, mas não a escuta de todos - a clínica, a dos serviços. A própria academia que forma os profissionais está totalmente construída pela lógica colonial que estrutura o racismo e o preconceito de classe. A academia, muitas vezes e também a clínica adoecem nossas existências. Quando a pessoa fala, ela fala através de palavras, venho de um povo onde a palavra tem muito poder e importância, nosso povo também inventou a escrita, os números e a própria ciência, mas quando roubados pelo ocidente tiveram suas bibliotecas queimadas e seu conhecimento todo roubado (James, 1954).

Hoje se discute sobre taxar ou não os livros, mas a discussão por trás disto é quem hoje acessa os livros e quem vai deixar de acessar se eles custarem mais? É necessário compreender que conhecimento é poder. Os povos antigos também já sabiam disso. Como guardar então nossos conhecimentos? Meu povo guardou através da oralidade, se passa dos mais velhos para os mais novos, os segredos, o sagrado, o conhecimento, a história, a dor, a felicidade ... aquilo que o mais novo não aprendeu morre com o mais velho, retorna junto do mais velho ao barro original, a terra, ao início. A terra para nós é sagrada, a terra é território, o corpo é território e a palavra também. Ficamos adoecidos porque a terra está doente, é necessário curar então o território, a terra é corpo, o corpo é terra e o corpo é a palavra. Na palavra retomamos o nosso cuidado integral e intelectual, na palavra é possível retomar com o cuidado de saúde mental, e se a psicologia tem como principal instrumento a escuta, então ela precisa de uma escuta que reconheça de fato todo este corpo/território.

A saúde mental não pode estar ligada a atenção psicológica individual e médica. O mundo ocidental cria as doenças e exige moeda para o acesso à saúde, ao tratamento da doença que ele mesmo criou. Precisamos enquanto profissionais e profissionais em constante formação questionar isso, a clínica precisa estar em outros moldes, outros espaços e com outros ouvidos. As políticas públicas em saúde mental e em saúde trazem isto, o Conselho Federal de Psicologia também. Como foco especialmente nas práticas do profissional de psicologia, há a responsabilidade desse profissional em oferecer também para a população negra, indígena, quilombola, ribeirinha, povos de terreiro, uma escuta qualificada e acolhedora. O psicólogo precisa estar de fato preparado para atender outros sujeitos que não estejam enquadrados na categoria universal imposta pela cultura hegemônica. De acordo com a Resolução nº 18/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2002).

Sendo assim, o que pode a psicologia social aprender com as comunidades quilombolas em meio a pandemia? Primeiro, que a dinâmica de adoecimento, cura e tratamento da COVID-19 se comporta de uma forma parecida como as comunidades compreendem a dinâmica de saúde/doença. Na comunidade se uma pessoa está doente, todas as outras podem vir a ficar, uma faz parte do todo, não existe só o indivíduo, se uma pessoa está doente todos precisam pelo menos se envolver nos cuidados. Hoje, ainda não temos a cura para o doença, mas a vacina é a saída para controlar a disseminação do vírus, a vacina funciona exatamente como a visão de saúde quilombola; saúde não é propriedade privada, não basta uma pessoa tomar vacina para ficar protegida, é necessário que a maior parte da população esteja protegida para que o indivíduo também esteja e não o contrário. Nas comunidades consideramos esta doença como o adoecimento da terra, a natureza também fica doente e por isso adoecemos. Temos razões espirituais para acreditar nisso, mas não as citarei aqui, não porque não devam ser consideradas, pois quando proponho um modelo de escuta realmente acolhedor, proponho que a espiritualidade precisa também ser ouvida e não patologizada.

A psicologia ainda pode mais, pode reconhecer o outro como sujeito, pode dar mais que voz, dar ouvidos, aqueles que jamais foram escutados longe de seus pares. A psicologia social brasileira, traz para discussão a questão racial de forma mais presente que outras ênfases da psicologia, no entanto, ainda trás como um recorte algo que é central. Não dá para falar de raça, somente no espaço destinado para isso, a questão racial faz parte dos sujeitos, mesmo os brancos, ser branco não é universal, é estar em um lugar, no lugar da branquitude e isto precisa ser dito e incorporado principalmente nas discussões psicológicas. Na psicologia do desenvolvimento, na psicologia jurídica, na psicologia da família, na psicologia do trabalho, na psicopatologia e por aí vai, o marcador de raça precisa ser considerado, não só ele, mas também os marcadores sociais de classe, de etnia, de gênero, de orientação sexual. Isto é respeitar a integralidade e dar por direito ao sujeito um atendimento que respeite a humanidade dele.

Enquanto profissional, decidi fazer minha atuação a partir de uma PsicoQUILOMBologia, atualmente é um espaço de estudo afrocêntrico. “A afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômeno atuando sobre a sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.” (Asante, 2009). A discussão em torno do conceito que dá nome ao espaço se deu com base no próprio significado da palavra Psicologia; palavra de “origem grega” (“*psyché*” - alma, espírito - e “*logos*” - estudo, compreensão), ou seja, voltado para a pesquisa e estudo da psique e da saúde mental quilombola e preta. Sendo assim, é um espaço destinado a estudar a subjetividade, a identidade e as práticas de saúde a partir da população preta e quilombola. O grupo e o conceito foram criados em 2019 pela Bruna Farias e por mim, criamos como um grupo de estudos também pelas normas estabelecidas na academia para definir as coisas. Mas para nós vai muito além de um grupo de estudos, trata-se de uma ferramenta de psicologia, não uma nova teoria, mas sim uma inclusão de epistemologias antes excluídas, centralizadas nos saberes das nossas mais velhas e mais velhos, na produção do conhecimento em saúde aliado aos saberes acadêmicos. O PsicoQUILOMBologia já deu frutos muito importantes, conseguimos criar um convênio do CAP-FURG (Centro de Atendimento em Psicologia) com as comunidades quilombolas para ofertar atendimento psicológico neste período de pandemia. Acompanhei e sigo acompanhando a primeira paciente através deste convênio, sabendo que a construção da clínica é diária, mas que o alicerce dela foi bem assentado, não neguei quem eu sou, nem os saberes de onde vim, também não neguei os saberes ocidentais, não posso fazer como eles e negar tudo que é do outro. Eu soube escutar quem veio antes, meus mais velhos e na psicologia alguns professores e colegas e assim coloquei aos poucos, um pouco de mim na minha prática.

O psicoQUILOMBOlogia é isto, sabemos de onde viemos e para onde queremos ir, mas o percurso estamos nos propondo a fazer, não temos soluções prontas ou respostas para tudo, mas sim questões que possam nos ajudar a sair das caixas, desapegar de convenções, métodos e agires. A psicologia social tem muito a nos ensinar, mas também muito a aprender, precisa primeiramente aprender a nos escutar, a nos ouvir, não só a nós as quilombolas em transição da linguagem da comunidade para a linguagem acadêmica. Mas ouvir aqueles que falam como comecei este texto, com os nossos jeitos negros, escutar aqueles que falam sorrindo, mesmo contando algo ruim, isto não é fuga da realidade, tampouco pensamento desorganizado ou qualquer outro fator para demonstrar que a pessoa não está no seu juízo perfeito. Isto, apenas é um dos jeitos negros de ser, de sorrir apesar da dor, mas são muitos os nossos jeitos negros de ser. A psicologia pode aprender e assim que aprender reconhecer que fomos nós que ensinamos: que pisar na terra é saúde, dançar é saúde, o chimarrão em roda, no final da tarde embaixo de uma sombra, é saúde, o terreiro é saúde, a aldeia indígena e o quilombo são saúde, pois a psicologia não vai dar conta de tudo.

Parabenizo a organização pelo projeto, o primeiro passo é trazer outras pessoas para pensar as problemáticas e as soluções, ao longo dos 10 atos foi o que aconteceu: diferentes pessoas, dos mais diferentes lugares e com diferentes experiências de vida, discutindo o que pode a psicologia social em tempos de pandemia? E é isso que ela pode escutar o outro.

Referências

Asante, M. (2009). Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In Nascimento, E., L. (Ed.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 018/2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 dez. 2002.

Fundação Cultural Palmares. Disponível em http://www.palmares.gov.br/?page_id=52126

James, George (1954). *O legado roubado*. Disponível em <https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/o-legado-roubado-george-g-m-james.pdf>

Kilomba, Grada. (2018) *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó..

Souza, Neuza Santos. (1983) *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Capítulo 6

Do Quilombo eu vim: a criação de uma psicoQUILOMBOlogia como estratégia de aquilombamento e (re)existência de estudantes quilombolas

1-Introdução

Chamo-me Charlene, sou uma mulher preta quilombola, pertencço à Comunidade Quilombola Macanudos, localizada na cidade de Rio Grande. Carrego comigo uma enorme responsabilidade coletiva da qual não me permite realizar escolhas ou desejos individuais, mesmo assim me orgulho muito por ter sido escolhida para cumprir esta missão da qual não posso entrar em grandes detalhes, mas no caminho dessa missão estava o curso de psicologia na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), o qual concluí recentemente. Durante minha trajetória acadêmica plantei coletivamente algumas sementes como as minhas mais velhas me orientaram para que os mais jovens que virão possam agora regar e colher.

Chamo-me Bruna, pertencço à comunidade quilombola São Manoel/Dona Geraldina, localizada na cidade de Piratini/RS. Sou formanda, também em Psicologia, na Universidade Federal de Rio Grande.

Não nos recordamos se foi na acolhida dos estudantes, ou já no prédio do curso que nossos cruzeiros se cruzaram pela primeira vez, uma veterana, muito machucada pelas experiências ali vividas, a outra recém-chegada, com todo um imaginário ainda intacto, mas ambas com o mesmo objetivo: honrar a luta e os sonhos dos nossos mais velhos.

Este ensaio pretende apresentar parte desse sonho quilombola a partir das direções na construção do projeto prático-teórico-pedagógico de ensino *PsicoQUILOMBOlogia - Do Quilombo eu vim* (Farias & Bandeira, 2020), pensado inicialmente por nós duas, alunas do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rio Grande, que acessamos o ensino superior através do vestibular específico quilombola, realizado pela instituição²⁷, mas construído diariamente por muitas outras mãos, acadêmicas ou não.

O projeto foi elaborado em meio à pandemia de Covid-19 e sua construção foi brevemente apresentada no *ATO V - Vidas Negras E Psicologia Social: "Lutas Antirracistas E Resistência Quilombola"*. O evento foi realizado pela Abrapso Regional Sul-sul, participamos, uma como convidada e outra como mediadora e organizadora do evento, na ocasião partilhamos sobre a construção do "*Grupo de Estudos PsicoQUILOMBOlogia - "Do QUILOMBO Eu Vim"*" que estava em processo de estruturação e também sobre este conceito criado por nós.

Essa escrita convida a conhecer um pouco mais sobre o que pode a Psicologia Social em meio ou não a uma Pandemia, a partir de uma *psicoQUILOMBOlogia*, reafirmando nosso compromisso coletivo com nossas comunidades e a construção de saúde, de nós para nós, com nós e por nós.

2- Dos andares em caminhos até então desconhecidos, mas nossos por direito

A FURG foi a primeira instituição de ensino superior no estado do Rio Grande do Sul a implementar políticas de ações afirmativas para estudantes oriundos de comunidades tradicionais

²⁷ EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 2015 ESPECÍFICO PARA INGRESSO DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS de acordo com a Resolução N° 20/2013, de 22 de novembro de 2013 do CONSUN, e a Deliberação n° 110/2014, do COEPEA do dia 17 de outubro de 2014.

quilombolas. Essa política foi pensada e construída junto às comunidades quilombolas do entorno e do coletivo Negras e Negros de Rio Grande Macanudos. Embora a FURG tenha pensado o ingresso e também a permanência estrutural dos estudantes através dos benefícios da assistência estudantil da universidade e da inclusão no SISBP (Sistema de Bolsa Permanência Indígena e Quilombola do MEC) e também pensado a permanência no ensino a partir do projeto de acompanhamento pedagógico da PRAE (Pró-reitoria de assuntos estudantis), isso não foi suficiente para garantir de fato a inclusão dos quilombolas no espaço universitário.

As formas de acesso tornam reais as possibilidades do ingresso, mas a permanência se torna uma etapa mais complexa, a partir do momento em que estudantes com vivências, limitações e necessidades particulares e diversas necessitam ser acolhidos e respeitados em um espaço “construído” de uma forma hegemônica.

Isto porque a ciência brasileira foi construída com base na ciência ocidental, ou seja, a partir da visão do colonizador, formando uma identidade centrada na hegemonia do europeu. As disciplinas, as pesquisas, os estudos, e os referenciais teóricos e metodológicos não contemplam em nada a realidade das nossas comunidades. O currículo foi todo pensado e construído fundamentado numa lógica colonialista tomando o branco europeu como um sujeito universal e detentor de todos os saberes, dessa forma, tudo na academia gira em torno desse ser, deixando às margens todos aqueles que não se parecem com este ser “universal”.

A psicóloga Tainá Amaro (2018) destaca que “considerando-se a lógica colonial e o silenciamento sobre a história que antecede a escravização de pessoas pretas, as Universidades ocidentalizadas e alguns campos de atuação profissional constituem-se como ‘lócus da branquitude.’” A psicologia é uma das principais áreas responsáveis por compreender os processos biopsicossociais, mas também foi se edificando como área do conhecimento embasada na exclusão do “outro”, embora em suas diretrizes atualmente se afirme um compromisso ético e político de combate a todas as formas de preconceito e ampliação de desigualdades. A psicologia brasileira posicionou-se historicamente como cúmplice do racismo, e a produção de seu conhecimento validou-o cientificamente e o legitimou defendendo estereótipos injustificáveis por meio de teorias eurocêntricas e discriminatórias. A psicologia no Brasil tomou como padrão uma realidade social e cultural que não condiz com a realidade brasileira, dessa forma é incapaz de contemplar a diversidade multiétnica e multicultural da nossa sociedade (CFP, 2017, p.75). Sendo assim, as ementas das disciplinas, as bibliografias, as teorias e as temáticas trabalhadas na sala de aula e nos espaços de formação do curso de Psicologia da FURG obedecem a essa mesma lógica de uma Universidade ocidental e eurocêntrica. Contudo, foi esse cenário atravessado e construído pelo racismo científico, estrutural, institucional e epistêmico que os estudantes quilombolas encontraram ao chegar na universidade.

3- A Construção de conhecimento em saúde da população Quilombola não começa na academia

Para a psicanalista Grada Kilomba, autora do livro *Memórias da Plantação - episódios de racismo cotidiano*, “os grupos oprimidos não têm sido nem vítimas passivas nem tampouco cúmplices voluntários da dominação” (2019, p. 49). É impossível negar que os estudantes que entraram através das ações afirmativas étnico raciais sacudiram a estrutura da universidade. No curso de psicologia da FURG, os alunos pretos e quilombolas demonstraram isso: fundaram coletivos, organizações, criaram eventos e espaços de falas, chamaram suas comunidades para assistir seus TCCs, não mais como objetos de pesquisas, mas sujeitos de suas próprias histórias, como defende Kilomba (2018).

Nós, pretos e quilombolas, pertencemos a um povo que precisou aprender a se reconstruir, ainda que muitas vezes a partir da dor. Assim se faz parte de nossa trajetória também no espaço acadêmico, construído pelo sangue e suor dos nossos mais velhos, mas onde eles nunca puderam estar a não ser para servir. No entanto, nós temos a responsabilidade de enxergar a nós mesmos fora da lente colonial, ainda que saibamos construir a partir da dor, muitas das nossas construções partem do amor, do amor entre nós como referencial e esse é o ponto de partida da ferramenta em psicologia que iremos apresentar hoje: uma psicoQUILOMBOlogia, não se trata de uma nova teoria, mas sim de reconhecer epistemologias antes excluídas, incluindo os saberes das nossas mais velhas.

4- Uma “psicoQUILOMBOlogia”

A psicoQUILOMBOlogia é uma ferramenta em fazer saúde, incluindo de fato as demandas, necessidades e saberes plurais existentes em nosso país. Psicologia significa estudo da psique, da alma, da subjetividade, no entanto, como já discutido anteriormente, apenas um determinado tipo de alma foi incluído nesse estudo como padrão de saúde, enquanto que todo o restante, na medida que se apresenta, é visto como fora da norma, portanto passível de ser patologizado e distante do padrão de humano. A psicoQUILOMBOlogia centraliza entre as palavras estudos e alma a palavra quilombo. Quilombo carrega uma significação forte e coletiva, foi historicamente conceituada como lugar de escravos fugidos (Goulart, 2013). No entanto, tal definição nunca correspondeu a tal realidade. Quilombo é existência, é coletividade, é acolher o outro ainda que diferente. Quilombo é saúde, é pertencimento, é espiritualidade. O quilombo é oralidade, é o respeito à palavra, respeito à história de cada um, como nos ensina Beatriz Nascimento, o quilombo é um lugar de sabedoria e de paz é uma possibilidade nos dias de destruição (Nascimento, 2018).

Rompendo com a lógica colonial que colocou nossas comunidades à margem dos espaços legitimados a serem produtores do conhecimento e através deste conhecimento ousou patologizar nossas filosofias de vida. Assim nasce a psicoQUILOMBOlogia, uma possibilidade de existir de cuidar da saúde mental das pessoas, não apenas a partir dos saberes adquiridos na academia, mas principalmente a partir dos saberes das pessoas que construíram a academia, a partir dos saberes das milhares de comunidades que há séculos não se limita a resistir, mas forjam sua existência neste mundo.

5- O grupo de estudos de psicoQUILOMBOlogia

Quando criamos o conceito a ideia era aquilombar a ele práticas de ensino, pesquisa e extensão, mas os moldes em que se apresenta a academia não permitiam isso, também não permitiam nossa autonomia formal na criação de um projeto (Farias, et. al, 2020). Sendo assim, convidamos algumas docentes para se responsabilizarem pelos projetos e assim torná-los “válidos” na academia, visto que apenas técnicos ou docentes podem inscrever projetos na instituição.

Optamos, então, por criar o grupo de estudos de psicoQUILOMBOlogia para demarcar território e, na medida que conseguíssemos avançar, reestruturar ele e também a QUILOMBOteca, criada em 2019, quando sediamos em Pelotas, enquanto representação estudantil do sul do Brasil o II Encontro Nacional de Estudantes Quilombolas, mas ainda não tínhamos formalizado no papel sua existência.

Uma vez criados, também solicitamos para que eles fossem inscritos nos editais de bolsa PDE/EPEC (Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante/Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura) da universidade, ambos foram contemplados com uma bolsa cada um. Compreendendo

seus papéis nesta construção, as professoras seguiram o nosso acordo e passamos a gerenciar e decidir sobre nossas atuações a partir dos projetos.

No grupo de estudos foram realizados sete encontros, com um número expressivo de inscitos. Esses encontros virtuais acabaram permitindo que pessoas de diversas universidades e estados do Brasil pudessem participar, ampliando de diversas formas a discussão que queríamos semear. Estudamos autores como a professora quilombola Givânia Maria da Silva, o professor Molefi Kete Asante, a psicanalista Grada Kilomba e a também psicanalista Neusa Santos Souza. Estudamos também um dos textos que utilizamos como referencial na escrita de criação do projeto, texto esse do Professor Abrahão de Oliveira Santos, o qual recebemos como convidado junto de sua família no último encontro de 2020.

Não podemos esquecer-nos de dizer que tivemos a felicidade de contar no primeiro encontro com convidadas como a psicóloga quilombola Elisângela Severo Lopes e com a Psicóloga Tainá Valente Amaro, ambas egressas da FURG e com uma bonita trajetória no curso e isso é quilombo, celebrar e partilhar o conhecimento e a vivência.

Dentro desses sete encontros estudamos os textos: *“Afrocentricidade - notas de uma posição disciplinar”* de Molefi Kete Asante, juntamente com o texto *“O que é Quilombo?”* da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Passamos para o estudo de alguns capítulos do livro *Memórias da plantação* de Grada Kilomba dos quais a *“Introdução - Tornando-se sujeito”*, o capítulo 1 *“A Máscara”*, capítulo 2 - *“Falando no centro, descolonizando o conhecimento”*, e o capítulo 13 *“Cura e transformação”* foram debatidos. Já na participação do professor doutor Abrahão de Oliveira Santos conversamos sobre seu texto *“O enegrecimento da psicologia: indicações para formação profissional”* onde sua frase *“A psicologia que nos esqueceu não nos interessa”* nos marcou muito ao vir de encontro a vários posicionamentos dos estudantes negros presentes na academia e, nos encaminhando para a finalização do semestre letivo de 2020 (e do edital EPEC) da FURG passamos a estudar o livro *Tornar-se Negro* da psicanalista Neusa Santos Souza onde conseguimos estudar a *Introdução*, o capítulo 2 *“Antecedentes Históricos da Ascensão Social do Negro Brasileiro/A Construção Emocionalidade”*, o capítulo 3 *“O Mito Negro”*; o capítulo 4 *“Narcisismo e Ideal do Ego”* e finalizamos com o capítulo 5 *“A História de Luísa”*.

Embora buscamos nos colocar no lugar de não só falar de nossas dores, debater sobre a realidade traumática que vem das memórias da escravização do povo negro, através dos textos, o grupo de estudos psicoQUILOMBologia teve na fala de seus participantes, além de identificação com o tema (e uma sensibilização por parte dos colegas não-negros) houve uma ressignificação deste. Muitos foram às lágrimas (incluindo nós) ao compartilhar com o grupo seus próprios episódios de racismo cotidiano e como se deu esse trauma em sua vida. Uma das participantes disse: *“eu li o livro (Memórias da Plantação) todo e chorei em todos os capítulos”*. O encontro após o dia da Consciência Negra foi, digamos, o mais pesado, pois passamos esse dia num misto de revolta e indignação com o acontecimento do Carrefour, no qual João Alberto foi espancado e sufocado até a morte. Naquele momento ler sobre o racismo era uma ferida aberta e sangrando em cada aluno negro ali presente, um trauma violento no meio de tantos traumas violentos que vivemos só por nascer negro...

Não há no mundo um pobre coitado linchado, um pobre homem torturado, em que eu não seja assassinado e humilhado.

(Aimé Césaire, Et les chiens se taisaient).

...como Aimé Césaire, esse era o nosso sentimento naquele dia, de dor, de decepção e de raiva. Mas, ao mesmo tempo, cada encontro se tornou um espaço de acolhimento e aquilombamento, sem julgamentos, de partilha e de afetos, uma rede onde não nos sentíamos sós e nos sentíamos capazes de romper com a lógica colonial saindo da margem e adentrando o centro, não como algo passageiro, mas nos fixando e promovendo mudanças significativas não só na FURG, mas em cada espaço que os participante daqui em diante adentrarem, abrirão portas, levando outros, sendo porque nós fomos.

Um dos nossos colegas e participante do grupo de estudos, o psicólogo Uilames Lazaro da Silva, nos honrou com a escrita de seu trabalho de conclusão de curso baseado em sua experiência em nosso grupo. No trabalho ele relata que:

Todas as vezes em que acessei o Google Meet e solicitei permissão para entrar no Grupo de Estudos PsicoQUILOMBOlogia, eu me senti subvertendo a tentativa de uma conversão intelectual ao eurocentrismo e paralelamente, me reconectando às raízes africanas e às(aos) minhas(meus) irmãs(os). Naquele espaço preto, construído sob a chancela da academia, fruto de um Projeto que passou por todos os crivos e rigores acadêmicos para a sua (r)existência como coletivo acadêmico, todos nós tínhamos as nossas falas e ancestralidades validadas. Seguramente, não estávamos direcionando as nossas falas para o centro acadêmico. [...] Um espaço epistemologicamente transgressivo, com temas, paradigmas e metodologias empretecidas. Ali, nós éramos o nosso próprio afrocentro, confrontando as relações desiguais de poder científico da academia (SILVA, 2020).

Para nós, mais que um grupo de estudos, o psicoQUILOMBOlogia nos permitiu mais do que sonhar, mas também ir além, não só inspiramos colegas, mas mostramos caminhos os quais não foi passar pela academia aceitando o imposto, transgredimos, não nos convertemos, embranquecemos ou nos deixamos ser apagados, forjamos nossa existência coletiva, com os nossos saberes, nossos jeitos e nossos costumes.

6-(Em) Caminhos...

Ao se dispor a construir uma psicoQUILOMBOlogia, honramos nossos mais velhos, nossos ancestrais e os próximos que virão. Continuamos com o convênio com Centro de Atendimento em Psicologia (CAP-FURG) com as comunidades quilombolas onde os estagiários do curso podem ofertar atendimento psicológico virtualmente às comunidades quilombolas neste período de pandemia, considerando nossas demandas em saúde mental, onde eu Charlene com a supervisão da professora Daniela Delias que junto comigo pensou o convênio, atendi a primeira pessoa que chegou através deste e hoje como psicóloga continuo acompanhando esta paciente até o dia em que ela decida não querer mais estar em terapia.

Eu Bruna sou atualmente estagiária no CAP também estou acompanhando uma paciente quilombola. Sabemos que a saúde mental quilombola não pode ser construída apenas individualmente e/ou no espaço da clínica, mas também sabemos que a clínica precisa descer do seu pedestal elitista e chegar até nossas comunidades e assim estamos aos poucos tentando o fazer na prática.

Hoje estamos reestruturando totalmente o psicoQUILOMBOlogia, espero que, em breve, tenhamos mais histórias para partilhar. Agradecemos aos colegas e as professoras que estiveram conosco até aqui, seguiremos plantando sementes e ajudando a cultivar as que já foram plantadas. Somos os Sonhos dos Nossos Ancestrais Nesta Terra e por eles continuaremos a florescer.

7-Referências

- Amaro, T. V; Alves, M. C; Molon, S. I. (2018). *Trajetórias e (re)existências de mulheres pretas psicólogas*. In: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Núcleo de Relações Raciais [livro digital]: percursos, histórias e movimentos. Núcleo de Relações Raciais, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul.
- Asante, M. K. (2009). *Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar*. In: Nascimento, E. L. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro.
- Conaq. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negros Rurais Quilombolas. <http://conaq.org.br/quem-somos/> .
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações Raciais: Referências Técnicas Para Atuação De Psicólogos/Os*. Disponível Em: https://Site.Cfp.Org.Br/Wp-content/Uploads/2017/09/Relacoes_raciais_baixa.Pdf
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados Da Terra*. Editora Civilização Brasileira S.A.
- Fanon, F. (2007). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Ufba.
- Farias, B. R. et al. (2020). *Grupo De Estudos Psicoquilombologia: Uma Estratégia De Aquilombamento*. Anais Da 19ª Mostra De Produção Universitária. Estado do Rio Grande Do Sul. Rio Grande.
- Farias, B. R. & Bandeira, C. C. (2020). *Grupo De Estudos De Psicoquilombologia: “Do Quilombo Eu Vim”*. Projeto De Ensino – Departamento De Psicologia Vinculado Ao Instituto De Ciências E Humanas E Da Informação - Ichi, Da Universidade Federal Do Rio Grande – Furg.
- Fundação Cultural Palmares. Disponível Em: http://Www.Palmares.Gov.Br/?Page_id=52126
- Goulart, T. E. S. (2013). *Identidade Negra E Quilombola No Rio Grande Do Sul: Estudo De Caso Sobre A Primeira Comunidade Quilombola De Rio Grande*. Xxvii Simpósio Nacional De História. Natal/RN.
- James, G (1954). *O Legado Roubado*. Disponível em: <https://Afrocentricidade.Files.Wordpress.Com/2016/04/O-legado-roubado-george-g-m-ja> Mes.pdf. Acesso Em: 11/04/21.
- Kilomba, G. (2018) *Memórias Da Plantação: Episódios De Racismo Cotidiano*. Editora Cobogó.
- Nascimento, M. B. (2018) *Beatriz Nascimento, Quilombola E Intelectual: Possibilidades Nos Dias Da Destruição*. Diáspora Africana: Editora Filhos Da África.
- Santos, A. O. (2019) *O Enegrimento Da Psicologia: Indicações Para A Formação Profissional*. Revista De Psicologia, Ciência E Profissão, Vol.39, Brasília.
- Silva, U. L.. (2020). *Relato De Experiência De Uma Psicologia Afrocentrada Sob A Perspectiva Da Escrivência Do Grupo De Estudos Psicoquilombologia: “Do Quilombo Eu Vim”*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Psicologia Vinculado Ao Instituto De Ciências E Humanas E Da Informação - ICHI, da Universidade Federal Do Rio Grande – FURG. (Não publicado).
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se Negro: As Vicissitudes Da Identidade Do Negro Brasileiro Em Ascensão Social*. Rio De Janeiro: Edições Graal.

C a p í t u l o 7

**Psicologia Social e Arte:
Notas breves sobre algumas inquietações,
em tempos de pandemia**

Introdução

A pandemia causada pelo novo coronavírus configurou-se como tragédia para a humanidade. Para nós, no Brasil, trata-se de uma tragédia sem precedentes, seja pelo número de vítimas (cerca de 698 mil, quando da publicação deste texto, em dados oficiais), seja pela violência e incompetência do governo federal na gestão 2019-2022 que contribuiu, desastrosamente, com sua inércia, inoperância e negacionismo, para aumentar os indicadores de vidas perdidas.

E o que fizemos nós, profissionais da psicologia, diante desse quadro? O que pode a psicologia social em um contexto de pandemia? Essas perguntas vêm sendo, de certo modo, respondidas por colegas de várias instituições através de pesquisas e ações de acolhimento, de enfrentamento ao luto, de promoção à saúde, entre outras (ver por exemplo Peixoto et al, 2020; Spink, 2020; Quadros, Cunha e Uziel, 2020; Rente e Mehry, 2020).

Com o número crescente de publicações sobre a pandemia e estratégias para seu enfrentamento, vimos que a psicologia brasileira vem respondendo, através de investigações e de práticas variadas, aos desafios impostos pela situação de calamidade sanitária, ainda sem perspectivas de findar a curto e médio prazo. Participa a psicologia, por conseguinte, como ciência e profissão, do esforço coletivo em prol de respostas ao que se apresenta como tragédia recente.

Há registros de outros eventos sanitários semelhantes que incidiram sobre várias regiões do planeta, em diferentes tempos, provocando mortes de forma descontrolada, como, por exemplo, a epidemia da peste bubônica, no século XIV, ou a da cólera, no século XIX. Porém, o que estamos testemunhando, neste início do século XXI, é um evento que nos desafia como até então só era imaginado em filmes de ficção científica. A humanidade tal como a concebemos, com seu projeto de desenvolvimento acelerado, extrativista, está em questão. O que foi construído em termos de conhecimentos, de valores que edificam relações e modos de vida balizados por um ideário de progresso contínuo, avesso a quaisquer limites e barreiras, nos coloca em situações difíceis. Andamos, ao que parece, sobre um tênue fio que está se esgarçando de forma descontrolada.

Georges Didi-Huberman diz que

O fio é algo muito simples: uma linha no espaço. Mas é também algo de muito complexo: um novelo, um emaranhado. O fio sustenta a estrutura (teia de aranha, cordame, rede de ligaduras), mas pode também se desfiar e, de repente, se romper. Ele se junta (fiação, malha) ou se alinha (laço, franja, trança). Ele traça um destino (as Parcas), nos aprisiona (amarras, laços) ou se divide em quatro (racionalizações, argúcias, subterfúgios). Guia-nos para o melhor (Ariadne, curso d'água) ou nos extravia para o pior (cipós, cardos). O fio liga, encadeia e dá curso. Ou, ao contrário, corta, afia, amola e faz romper. O fio está sempre por um fio” (Didi-Huberman, 2019, p.31/32).

Que fio é esse sobre o qual nos equilibramos? Que fios elegemos para nos sustentar? Para qual direção nos guia? Com qual velocidade? O que fazemos para nos mantermos sobre esse fio? Quanto nos custa sustentá-lo e sustentarmo-nos como coletivo sobre suas tênues fibras?

O fio esticado com precisão e de direção certa, promessa do ideário iluminista que balizou a instituição de separações entre verdades e crendices, certezas e incertezas, respostas e inquietudes, está por um fio. E estamos todos, com nossas diferenças e diversificadas condições, na berlinda,

lutando para nos situarmos diante de um cenário de ilusões perdidas, sujeitados a desmandos e improbidades várias de quem aproveita o momento crítico para deixar passar o tropel. De que modo respondemos, na condição de profissionais da psicologia, e mais especificamente da psicologia social, a essa condição adversa que afeta a todos, todas e todes? De que forma nos posicionamos diante de um cenário de projetos adiados e ilusões perdidas?

A ciência do século XXI prontamente se mobilizou para enfrentar o coronavírus, e continua arduamente a buscar formas de combater suas variantes e efeitos. Travam, cientistas de todo o mundo, uma luta com o inimigo invisível, porém o que dificulta ainda mais esse combate é ter que se proteger e defender de quem deveria estar ao seu lado.

O que temos assistido cotidianamente é a um cenário em que a descrença e negacionismos de variadas ordens obliteram os esforços de cientistas e os conhecimentos historicamente produzidos nas últimas décadas e séculos relativos às questões virais. Por outro lado, conhecimentos do campo das ciências humanas e sociais, que denunciam o impacto maior de tragédias como essa sobre populações vulnerabilizadas e empobrecidas, estão mais uma vez se confirmando, embora continuem sendo desconsiderados pelas políticas de enfrentamento da crise.

Essa é outra tragédia para a qual não podemos, na condição de profissionais da psicologia social, silenciar. Se reconhecemos a pandemia da Covid-19 como tragédia humanitária, e é necessário que o façamos, isso não nos abstêm de reconhecermos outras tragédias com as quais temos convivido cotidianamente e cujos ecos remontam aos primórdios do que conhecemos como civilização. Uma convivência cunhada sob a égide do ocultamento e da negação, da produção de esquecimentos seletivos e do apagamento de rastros de histórias outras. Se silenciamos diante de violências cotidianas que não nos atingem diretamente, de certo modo somos partícipes da possibilidade de sua perpetuação. Parafraseando Angela Davis (2017), é preciso afirmar: não basta não sermos autores/as de violências, urge que sejamos antiviolença e que lutemos contra violências, contra o que avilta a própria existência, de todes e de cada um/a.

Populações vulnerabilizadas e empobrecidas: A quem me refiro? Provavelmente não a quem lê ou a quem tem acesso e condições de ler estas linhas...

Afinal, apesar das políticas de inclusão instituídas por governos de esquerda nas universidades públicas brasileiras (sim, é necessário relembrar que ações afirmativas ganharam o escopo que hoje têm com a ascensão ao poder federal do Partido dos Trabalhadores, atualmente sob a conveniente mira da oposição raivosa que se projetou eleitoralmente com discursos de ódio, assentes em uma suposta possibilidade de instituição de um regime comunista no país... Comunista é palavra originária do latim *communis*, que se refere ao comum, universal, ao partilhado... E quem pode odiar e temer o que é defendido como possível para todes? Quem se opõe, e por que, a uma sociedade igualitária? Esta sucessão de pensamentos, podem dizer, ficaria melhor em nota de rodapé, ou mesmo retirada daqui. Mas prefiro mantê-la no corpo do texto, ainda que em parênteses, para que possa produzir ecos; para que possa mover o pensamento em direções outras. Quiçá para que possa produzir alguma afecção), apesar das bem-sucedidas políticas de inclusão que vêm sendo adotadas nas universidades brasileiras, estas são insuficientes para fazer frente ao quadro crônico de desigualdades que institui hierarquias abissais no corpo social. São necessárias ainda muitas ações e políticas de promoção de equidade racial, de gênero, de geração, renda... É preciso que estiquemos o fio sobre o qual nos equilibramos para direções outras. Ou talvez seja o caso de multiplicá-lo, diversificá-lo, substituí-lo.

A luta contra violências de variadas ordens, as quais incidem muito mais sobre alguns corpos (predominantemente de jovens, pretos, pobres, imigrantes, deficientes, velhos/as etc.) do que

sobre outros (de quem se reconhece como branco ou se beneficia de seus privilégios), é uma luta de todes que se importam com a vida em sua diversidade e com as possibilidades de diferir. É uma luta de quem se importa com a construção de um mundo por vir, como nos ensina Ailton Krenak (2019); ou de um mundo em que caibam muitos mundos, segundo Casé Angatu e Ayra Tupinambá.

No Brasil, essa luta conta com a força de psicólogos/as sociais vinculados à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) que vêm, há várias décadas, denunciando violências de classe, de gênero, étnico-raciais e tantas outras, bem como contribuindo para criar ferramentas de trabalho que nos permitam cultivar uma terra outra, em que as sementes germinadas e os frutos advindos sejam partilhados e possíveis a todes. A luta por um é a luta por todes, e a luta por todes não pode prescindir de nenhuma vida, não pode abrir mão de uma vida digna em comum.

Nessa luta sem fim, é preciso ocupar lugar na trincheira e nos posicionarmos diante de um fogo cruzado cujas balas provêm de variadas direções, por vezes de onde sequer poderíamos imaginar. Não há garantias e certezas nessa luta, mas há possibilidades de parcerias em prol de conquistas que possam ser usufruídas tanto por quem se posiciona de um lado, como de quem está do lado contrário. A luta em prol de uma sociedade justa, da garantia de direitos e de uma vida digna para todes é intensa e contínua. Requer esforço coletivo.

E de que armas dispomos para essa luta sem tréguas? Temos várias, aparentemente frágeis e insignificantes, porém potentes em seus efeitos. A escrita é uma das que mais tenho apreço. Não a escrita formatada pelas regras da boa produção acadêmica, aquela valorada pelas métricas de avaliação de qualidade de periódicos científicos, mas sim a escrita poética que também é possível na academia. Uma escrita que cada vez mais tem conseguido se entranhar pelas fissuras que foram cunhadas com cinzéis delicados por mãos habilidosas de colegas sensíveis, como a prof. Tania Mara Galli Fonseca. Com maestria e delicadeza, Tania produziu pequenas aberturas que se nos apresentam como convite para que nos embrenhemos pelas veredas dos possíveis, proliferando ranhuras, alargando horizontes, multiplicando sentidos, produzindo fissuras outras. Sua escrita-arte, preñe de imagens metafóricas, se apresentam como dispositivos a engravidar leitores/as do desejo de contrapalavrear, de responder, de criar.

Sigo seus passos. Entretecer arte e ciência, escrita e vida, vem sendo uma constante em minha trajetória acadêmica, há tempos. Interlocutora em projetos de pesquisa e extensão (ver por exemplo Zanella, 2010; 2017; 2020), a arte agora se apresenta com mais intensidade nestes últimos anos em que posso me dedicar à força das cores, ao desafio das linhas e formas, às interrogações dos conceitos. Assumo a arte em sua potência de fazer ver, desver e transver, de fazer ouvir o silenciado ou negado, de sentir e sintonizar com possibilidades outras do próprio corpo, e de provocar o pensar a partir de diferentes ângulos e angulações, de pontos - e linhas - de vista.

Tenho aprendido com a arte, cada vez mais, a me constituir outra, e se é possível alguma resposta à desafiadora pergunta que me foi feita – “O que pode a Psicologia Social em Meio à Pandemia do Coronavírus?” -, é com a arte que posso tecer uma aproximação, ainda que tênue, a alguma possibilidade de resposta. A fim de contribuir com esse processo, assumo a arte em sua potência de fazer ver, desver e transver, de sentir e sintonizar com possibilidades outras do próprio corpo, para mover meu pensamento e construir alguma possibilidade de resposta a esses desafios. Diálogo com obras de Nuno Ramos e o Teatro da Vertigem, bem como de Caetano Dias e Rosana Paulino. São obras que denunciam e anunciam, no meu entender, alguns possíveis para a situação em que nos encontramos, respostas abertas como toda obra de arte.

Marcha à Ré

Carros andando em marcha à ré na principal artéria econômica da megalópole brasileira.

Cidade corpo com o sangue correndo lentamente, em sentido contrário, numa pequena, porém imponente, porção de seu território.

Som de respiradores mecânicos.

A agonia de pacientes internados em UTIs, com seus corpos invadidos pelo coronavírus que se espalha e transmuta em velocidade estonteante, transladada para o asfalto, através do som mecânico e reiterado de respiradores, aparelhos que fazem aquilo que não mais é possível aos pulmões contaminados.

Na contramão. Em ritmo lento, os carros se movem em marcha à ré.

A velocidade lenta da agonia levada para a procissão a que ninguém quer se juntar.

Mesmo os incautos.

O contrassenso dita o rumo da procissão maquínica, que finaliza em um cemitério. Não qualquer, simplesmente a mais antiga necrópole em funcionamento na maior cidade do país.

Como epílogo, o som do hino brasileiro, entoado ao contrário por um trompetista.

A marcha à ré traz como em seus derradeiros acordes o avesso da melodia triunfal, entoada por um instrumento de sopro que rasga o silêncio da noite.

Enquanto a estranha melodia provoca ouvidos incautos, assistimos ao desenrolar de um tecido branco sobre toda a extensão do portão de entrada da morada dos mortos. Nesse pano, a imagem de uma mulher, traçada em poucas linhas.

Reprodução de um desenho da Série Trágica, obra do artista brasileiro Flavio de Carvalho, trata-se de uma das imagens da série composta por 9 desenhos em carvão da agonia de sua mãe no leito de morte. Trazida para a performance, a imagem, assim como os sons e ritmos, homenageia as vítimas da pandemia do Covid-19 sob um hino às avessas de um país que se move em marcha à ré.

A performance em questão, acessível em seus registros imagéticos pelas vias digitais (Nunes, 2020), pode ser lida em várias camadas de sentidos. Literalmente, a marcha à ré diz do movimento dos carros, da marcha que possibilita o recuo necessário quando se quer fazer mover o automóvel para outra direção. Mas é também – e a performance visibiliza isso – metáfora para o que estamos vivendo como país: uma marcha à ré na política de direitos; uma marcha à ré no projeto democrático; uma marcha à ré na luta contra violências, o que abala as perspectivas de superação do fosso abissal em que vivemos. Um fosso que secularmente separa pessoas em razão de demarcadores sociais da diferença, como classe, gênero, sexualidade, raça, religião, geração, entre outros.

A pandemia acentuou o processo político de marcha à ré que o país vive com intensidade desde o impeachment midiático-empresarial da presidenta Dilma Rousseff. Um processo em ritmo antagônico à marcha de carros da performance realizada na Avenida Paulista: se a performance é lenta, seguindo o ritmo da agonia das pessoas internadas nas UTIs de hospitais de todas as regiões do país, a marcha à ré do país é acelerada como o são as práticas avessas ao debate democrático e à garantia de direitos.

A impossibilidade de apresentar a performance planejada para a Bienal de Berlim de 2020 em virtude da pandemia de Covid-19 provocou o artista Nuno Ramos a propor esse trabalho, em

parceria com o Teatro da Vertigem. A performance, filmada para ser levada como vídeo ao evento internacional de artes – um vídeo-resposta do artista ao desafio imposto pela pandemia -, nos oportunizou acessá-la de casa, com o simples recurso de um aparelho celular.

Sobre sua produção, Nuno Ramos diz o seguinte: “No Brasil, a gente está assistindo a uma marcha triunfal da violência e do descaso [com o coronavírus], acho que o que propomos com a performance é uma pequena reversão dessa energia” (entrevista concedida a Garcia, 2020).

O que pode a psicologia social contra essa marcha triunfal?

Delírios de Catarina



Figura 1: Obra “Delírios de Catarina”. Artista: Caetano Dias. Foto de Andrew Kemp. Fonte: <https://artillerymag.com/axe-bahia/>

“Delírios de Catarina”. Eis o título da obra do artista Caetano Dias que integrou a primeira Trienal de Artes em 2014, na cidade de Sorocaba, São Paulo. A obra é composta por 70 cabeças confeccionadas com 500 quilos de açúcar fundidos em moldes de silicone e gesso, as quais se encontram assentadas sob uma bancada de trabalho em madeira com torno de ferro e uma mesa em estilo colonial manuelino²⁸.

O título e as peças que compõem a obra fazem referência à história do Brasil, tanto pregressa como presente, e de certo modo à história das Américas de modo geral. Falam de acontecimentos

²⁸ O estilo manuelino foi desenvolvido durante o reinado de Dom Manoel I, entre 1491 e 1521, em pleno auge da expansão marítima. O estilo manuelino foi revivido no século XIX e, com a vinda da família imperial para o Brasil, constituiu-se como um dos símbolos do apogeu da colonização portuguesa (Pinheiro, 2015).

que marcaram a trajetória de países que foram edificados com a violência da colonização europeia e a tragédia da escravidão que nos conecta, inexoravelmente, ontem e hoje, ao continente africano.

Laurentino Gomes, em sua pesquisa sobre a história da escravidão, apresenta informações que possibilitam compreender a dimensão dessa tragédia:

O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio. Recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América... O Brasil foi também a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativo no continente americano, em 1888. (Gomes, 2019, p.24)

A violência da colonização europeia está explicitada em toda a obra de Caetano Dias. O estilo português e os materiais com que a mesa foi confeccionada, uma mistura de sangue de boi e resina, a evidenciam. Uma mesa que sequer admite sob seus pés o conjunto de cabeças negras e mestiças que se encontra empilhada, no chão, na contiguidade. O sangue do animal que tece a mobília amalgama o suor do esforço das pessoas que a produziram e outras que serviam cotidianamente àqueles e àquelas que sentavam à mesa, seja para refeições ou para decisões que incidiam sobre as vidas de todos/as.

As cabeças de açúcar localizadas após a bancada de trabalho estão distanciadas dos corpos que as sustentavam. Decapitadas, simbolizam a violência que separou vidas negras de seus países de origem, de suas tradições e laços societários, para colocá-las, escravizadas, à serviço do projeto colonial. Cabeças em um continente, corpos em outro, separados por milhares de quilômetros de águas salgadas que serviram de jазigo para quem não conseguiu completar a travessia, acometido por doenças que os levaram a óbito antes de chegar ao Novo Mundo.

As cabeças de açúcar apresentam em seus traços faciais e em suas diferentes tonalidades as mesclas entre europeus, africanos e indígenas constituintes da população brasileira. Rememoram também a violência da colonização europeia sobre os povos originários, tanto do Brasil como dos demais países das Américas. Os indicadores populacionais não deixam dúvidas sobre o caráter genocida do projeto colonizador: atualmente o Brasil é o segundo país do continente com o menor número de indígenas (0,5%); o México, por sua vez, tem a maior população indígena das Américas, porém em números relativos o percentual é também baixo (15%)²⁹ (Pimentel, 2020).

A mescla interétnica das cabeças de açúcar também rememora as ondas de migrantes europeus trazidas para o Brasil visando a ocupação do território e o “embranquecimento” da população. É enaltecido, esse projeto embranquecedor, no próprio título da instalação, Delírios de Catarina, o qual faz alusão ao fracassado projeto de pacificação e apagamento da truculência do projeto civilizatório europeu, cunhado sob a égide da escravização e subjugação de culturas e cosmovisões à lógica europeizante. Catarina, no caso, é a indígena da etnia tupinambá Catarina Alvares Paraguaçu (1503-1583), oferecida como esposa ao naufrago português Diogo Alvares Correia (1475-1557), conhecido como Caramuru (Bezerra, 2018). Constituiu o casal, com o batismo de Catarina, a primeira família católica do país, o que alimentou na índia tupinambá o delírio da convivência pacífica entre europeus e povos originários. Delírio, certamente, pois a miscigenação não garantiu a superação da violenta desigualdade racial e social que perdura no país, produzindo seus nefastos efeitos.

²⁹ Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16378-povos-ind%C3%ADgenas-das-am%C3%A9ricas,-ontem-e-hoje-2>

Da memória e das sombras, as Amas



Figura 2: Obra “Da memória e das sombras: as Amas”. Artista: Rosana Paulino. Fonte: <https://www.rosanapaulino.com.br/>

A barbárie da escravidão é também rememorada na obra da artista brasileira Rosana Paulino. Convidada em 2009 para expor seu trabalho em um antigo casarão situado em um Parque Ecológico na cidade de Campinas, São Paulo, ao visitar o local a artista descobriu que seu subsolo havia sido palco de uma senzala. A obra “Da memória e das sombras: as Amas” foi então concebida para esse espaço e ali instalada. A figura 2 apresenta um detalhe da obra: mãos negras saem de buracos nas paredes sem reboco e seguram fitas brancas de cetim, a compor uma sequência ondulada por toda a extensão das paredes. A cor branca das fitas relembra o leite de mulheres negras escravizadas, o qual alimentou os filhos e filhas da Casa Grande, e as mãos destituídas de corpos e rostos, a invisibilidade das amas de leite e sua importância na edificação da sociedade brasileira.

Casa grande, no Brasil, refere-se às residências dos senhores de engenho de cana de açúcar, principais importadores de africanos escravizados no início da colonização portuguesa. As senzalas, por sua vez, eram os locais destinados aos negros e negras que ali descansavam, sob chão batido, após longas e extenuantes jornadas de trabalho. Essas jornadas incluíam o trabalho tanto na lavoura como o serviço doméstico, no interior das casas grandes. Além da limpeza da casa, da confecção de alimentos e do cuidado das roupas, o que incluía o lavar e passar, às mulheres negras escravizadas eram delegados os cuidados das crianças. A elas cabia a amamentação dos filhos e filhas dos senhores de escravos, atividade que lhes destinava a alcunha de Amas de leite.

Essa condição da mulher negra escravizada no Brasil colonial é problematizada na obra da artista brasileira Rosana Paulino. Propriedade dos mercadores e senhores de escravos, essas mulheres eram tratadas como coisa, objetificadas. Costumavam ser apartadas dos próprios filhos para que o leite produzido fosse destinado exclusivamente à prole das casas grandes. Seus serviços de amamentação eram alugados por seus senhores, consistindo essa prática em mais uma das tantas violências que caracterizaram o trato e comércio humano no Brasil escravista (Barbieri & Couto, 2012).

Ao chamar a atenção para a condição das mulheres negras escravizadas e para a violência que incide sobre mulheres desde os primórdios da humanidade, interseccionando marcadores de raça, gênero e sexualidade sob o jugo de uma sociedade de “mando masculino concentrado” (Schwarcz, 2019, p.194), Rosana Paulino visibiliza uma outra dimensão do problema, que diz respeito às violentas relações de gênero e sexo.

Sobre tragédias de ontem e hoje...

A colonização europeia na América Latina e Caribe, iniciada na virada do século XV para o XVI, deixou marcas em nossos modos de ser e viver que perduram até hoje. No projeto colonizador, a escravidão assumiu proporções gigantescas:

nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos (Atlântico e Índico), quatro continentes (Europa, África, América e Ásia) e quase todos os países da Europa e reinos africanos, além de árabes e indianos que dele participaram indiretamente (Gomes, 2019, p.25-26)

Os efeitos da tragédia da escravidão persistem até hoje. Perdura no Brasil um disseminado sistema escravocrata que se sustenta e que mantém, a partir de diferentes estratégias e mecanismos repressores, a desigualdade social, educacional, econômica e cultural. A pobreza a que estão subjugadas pessoas em todos os continentes, tanto do terceiro como do primeiro mundo; as condições precárias e aviltantes de trabalho, análogas às dos períodos de auge do tráfico negreiro; as explorações de variadas ordens e a naturalização da branquitude, com suas nefastas repercussões nos processos de subjetivação: eis alguns dos resquícios da herança escravocrata que balizam as relações sociais no contemporâneo e que estão sendo agravadas com a pandemia do COVID-19.

Pesquisa realizada por Domenech et al (2020) evidencia que o risco de morrer por COVID-19 pode ser:

até 10 vezes maior entre indivíduos residentes de bairros mais vulneráveis da mesma cidade, e que negros têm chance 62% maior de ser vítimas do vírus. Esses efeitos contextuais, impactando todas e todos pela degradação da estrutura pública, mas de forma mais severa os menos favorecidos, pode ser uma explicação plausível de por que o aumento nas taxas de incidência e mortalidade no período avaliado foram maiores em estados mais desiguais (e menores ou quase estáveis em estados menos desiguais). (Domenech et al, 2020, p.10)

Estudo realizado pelo CEBRAP em São Paulo (Marinho et al, 2020), por sua vez, evidencia que o impacto maior da pandemia está diretamente relacionado aos indicadores de desigualdade social e racial. Se condições precárias de vida predominam entre a população negra no Brasil, sobre ela incide, com maior letalidade, o vírus e seus efeitos. E dentre essa população, o estudo evidencia que o excesso de mortalidade é quase quatro vezes maior entre jovens negros do que entre jovens brancos. É, portanto, maior o número de mulheres negras que perdem seus filhos para a pandemia, em comparação com mulheres brancas. Quatro vezes maior.

Com esses indicadores é possível afirmar que continuamos assistindo à violenta separação entre mulheres e seus filhos, entre corpos e territórios, em alusão às obras de Caetano Dias e Rosana Paulino: com a pandemia do coronavírus, com a Marcha à Ré a que temos sido arrastados/as, famílias perdem entes queridos sem a possibilidade de velar seus mortos, de uma despedida tal como historicamente aprendemos a confortar nossos corações. Entre famílias pobres e negras,

essa realidade tem sido estatisticamente maior, a perpetuar sofrimentos que remontam distantes tempos, lugares e condições.

Sobre o que pode a arte...

Toda obra de arte, independente da forma como enforma seu conteúdo – seja uma peça teatral, uma dança, um romance, uma música, uma performance, uma instalação, uma fotografia, entre outras – pode vir a produzir conexões, através do seu vivenciamento por parte de quem com elas estabelece alguma relação. Isso porque toda arte está inexoravelmente amalgamada à própria vida, tanto pregressa quanto por vir.

Por mais distante e ficcional que possa parecer em relação ao existente, uma obra de arte é produzida necessariamente no diálogo com as condições do presente e as experiências e conquistas do passado que as possibilitaram e que compõem a polifonia de vozes sociais constitutivas das existências singulares e coletivas. Uma polifonia marcada por tensões entre essas vozes, sendo algumas delas subjugadas por outras através de práticas de dominação e suas violências explícitas e implícitas.

Essas práticas se inscrevem tanto na esfera macropolítica quanto micropolítica, constituindo um tecido comum alicerçado, na sociedade em que vivemos, em um inconsciente colonial, como se refere Frantz Fanon (2020), em obra publicada originalmente em 1952, ou colonial-capitalístico, segundo Suely Rolnik (2019).

O inconsciente colonial capitalístico diz respeito à política de inconsciente dominante sob a égide do capitalismo mundial integrado, neoliberal financeiro, “à qual atravessa toda sua história, variando apenas suas modalidades junto com suas transmutações e suas formas de abuso da força vital de criação e cooperação” (Rolnik, 2019, p.36). Há que se resistir a essa política, a esse regime de inconsciente que reduz a potência de criação e oblitera as possibilidades de invenção de mundos outros. Uma política que é implacável com todos/as/es, porém que revela sua face mais cruel com populações e grupos sociais subalternizados, ao acentuar as desigualdades social e racial.

Resistir à política de inconsciente dominante exige “um trabalho de experimentação sobre si que demanda uma atenção constante” (ibid, p.37). Não há prescrições de como fazê-lo, mas as 10 sugestões apresentadas por Rolnik no cartão postal que acompanha seu livro contribuem para a compreensão do que se faz necessário para uma contínua descolonização do inconsciente:

1. Desanestesiarmos a nossa vulnerabilidade às forças;
2. Ativar o conhecimento ecoetológico e expandi-lo ao longo de nossa existência;
3. Desbloquear cada vez mais o acesso à experiência tensa do estranho-familiar;
4. Não negar a fragilidade;
5. Não interpretar a fragilidade deste estado instável e seu desconforto como algo ‘ruim’;
6. Não ceder à vontade de preservar formas de existência;
7. não atropelar o tempo da imaginação criativa;
8. Não abrir mão do desejo em sua ética de afirmação da vida;
9. Não negociar o inegociável;
10. Praticar o pensamento em todas as suas funções (Rolnik, 2019, anexo).

As sugestões apresentadas pela autora nos possibilitam compreender o modo como as políticas de subjetivação dominantes se inscrevem em nosso próprio corpo, em nossa consciência e em nosso inconsciente, e alguns caminhos para a elas resistirmos. Elas alertam para o necessário deslocamento em relação aos instituídos, àquilo que reduz a potência de criação. Chamam a atenção para o modo como nos posicionamos e àquilo que valoramos em nossas vidas. E o que estamos aqui a pensar é sobre a vida em sua pluralidade, e ao mesmo tempo na vida enquanto potência de diferir.

Vivemos em um fluxo incessante de acontecimentos, posicionando-nos axiologicamente a cada momento. Isso significa, bakhtinianamente falando, que vivemos e agimos em um “mundo saturado de valores, no interior do qual cada um dos nossos atos é um gesto axiologicamente responsivo num processo incessante e contínuo” (Faraco, 2003, p.23). A nossa própria existência, por conseguinte, se insere num elo infundável e complexo em que nossas ações, gestos, ditos e silêncios, enfim, a nossa própria presença no mundo, se configura como uma resposta a situações e ao mesmo tempo como abertura a respostas outras.

Desse fluxo de acontecimentos não nos apartamos, ainda que seja possível e necessário, em alguns momentos e condições específicas, empreendermos um movimento de distanciamento em relação à eventicidade da existência, em relação àquilo que se encarna em nossos pensamentos, gestos, em nossas ações, em nosso corpo como um todo, para descolonizar o nosso inconsciente. Se Sueli Rolnik chama a atenção para o praticar o pensamento como estratégia nessa direção, a experiência com obras de arte se apresenta como importante dispositivo para esse movimento.

E o que pode a psicologia social em tempos de pandemia?

Retomo a pergunta que me foi feita e sobre a qual tergiversei, tanto em minha fala no evento do Núcleo Sul Sul da Abrapso como neste texto. Rodear, ladear, bordejar, contornar, evitar, fugir, hesitar, subterfugir... Vários são os sentidos que a palavra tergiversar evoca, apresentados em dicionários, e para o qual acrescento enrolar, enovelar, enosar.

Não há respostas simples e nem diretas para perguntas complexas. Não há um único caminho para desenrolar o fio de uma meada. Não há respostas singulares que não sejam coletivas, ou, em outras palavras, que produzam efeitos para além das vidas particulares. Somos sujeitos em relação.

Como temos respondido a essa realidade adversa que afeta a todos/as/es? Certamente, cada pessoa tem criado, a partir de suas condições e possibilidades, modos de enfrentamento à pandemia e de seus efeitos indesejados. Há que se reinventar, cotidianamente, e isso descobrimos com a urgência de quem avidamente procura, em solo desértico, um veio d'água para aplacar a sede de horas e horas sob o sol escaldante.

Tal como a água necessária à própria existência, a arte tem sido um oásis nesses tempos sombrios em que somos instados a nos isolar, a evitar contatos físicos e a reinventar modos de trabalhar e conviver. Música, poesia, literatura, artes visuais, dança, teatro... Várias têm sido as linguagens artísticas que nos acompanham cotidianamente, com o recurso de dispositivos midiáticos variados, contribuindo para amenizar os dissabores produzidos pelas ausências, ativando paixões alegres e nos conectando com possibilidades de não padecer.

Mas há que se ter em vista que a importância da arte vai muito além do que tem sido invocado nestes tempos sombrios. Se prazer, alegria, alívio, catarse (no sentido aristotélico) são sentimentos comumente associados às experiências com obras de arte, há muitos outros que podem emergir do encontro com produções artísticas, bem como transformados na experiência estética de sua apreciação. Isso porque uma obra de arte, sensivelmente vivenciada, pode imprimir-se na alma de expectadores/as e, “de modo indelével, deixar marcas inapreensíveis, porém eternamente ativas, ferir de uma vez por todas o coração com a dor de um encanto até então nunca visto” (Vigotski, 1999, p.2).

Em variados tempos e espaços, independente das linguagens e temáticas com as quais trabalham, bem como das escolas e tendências artísticas com as quais se identificam e dialogam, artistas têm se dedicado a provocar, com suas obras, esse movimento nas pessoas que com elas

venham a estabelecer alguma interlocução. Intencionalmente ou não, têm contribuído para tensionar questões caras a cada um de nós e à humanidade de modo geral. Eis a potência da arte que as obras apresentadas neste texto possibilitam visibilizar.

O dramaturgo que trabalhou com Nuno Ramos na criação de *Marcha à Ré*, ao responder sobre a obra, afirma: “É como se a performance ajudasse a instaurar um afeto de solidariedade dentro de uma sociedade cada vez mais anestesiada. Me aprimorando um pouco do que Judith Butler e Vladimir Safatle tem falado: a solidariedade se torna um afeto revolucionário” (entrevista concedida a Garcia, 2020).

Talvez seja essa a resposta que apresento, com a arte, à pergunta sobre o que pode a psicologia social em tempos de pandemia, e no meu entender, em outros tempos também: ajudar a instaurar afetos de solidariedade, a produzir afecções e conexões que nos movam em direção à construção de respostas, que nos sensibilizem para o acolhimento e criação de mundos possíveis e plurais, para todos, todas e todes.

Referências

- Angatu, Casé Anga & Tupinambá, Ayra (Santos, Vanessa Rodrigues). (2019). Decolonialidades Indígenas. In: Frederico Alves Costa e Marcos Ribeiro Mesquita. (Org.). *Psicologia Política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos*. v. 01. Ed. Macéio: Edufal - Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2019, p. 231- 241.
- Barbieri, Carolina Luiza Alves & Couto, Márcia Thereza. (2012). As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. *Cadernos de História da Ciência*, 8(1), 61-76. <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/pdf/chci/v8n1/v08n01a02.pdf>
- Bezerra, Juliana. (2018). *Caramuru*. <https://www.todamateria.com.br/caramuru/>
- Davis, Angela. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- Demenech Lauro Miranda; Dumith, Samuel de Carvalho; Vieira, Maria Eduarda Centena Duarte & Neiva-Silva, Lucas. (2020). Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. *Rev. bras. epidemiol.* [Internet]. 2020 [cited 2021 May 21] ; 23: e200095. <https://doi.org/10.1590/1980-5497202000095>.
- Dias, Caetano. (2017). Delírios de Catarina [Instalação]. Fotografia de Andrew Kemp, <https://artillerymag.com/axe-bahia/>
- Didi-Huberman, Georges. (2019). *Sobre o fio*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.
- Fanon, Fraz. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu Editora (1ª edição de 1952).
- Faraco, Carlos Alberto. (2003). *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba/PR: Criar Edições.
- Garcia, Giulia. (2020). Brasil em marcha à ré. <https://artebrasileiros.com.br/por-ai/marcha-a-re-teatro-da-vertigem-nuno-ramos-bienal-de-berlim/>
- Gomes, Laurentino. (2019). *Escravidão Volume I: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Krenak, Ailton. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marinho, Fátima et al. (2020). Disparidades raciais no excesso de mortalidade em tempos de Covid-19 em São Paulo. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Informativo-8-Disparidades-raciais-no-excesso-de-mortalidade-em-tempos-de-Covid-19-em-Sa%CC%83o-Paulo_final.pdf
- Paulino, Rosana. (2009). Da memória e das sombras: as Amas [Instalação]. <https://www.rosanapaulino.com.br/>
- Peixoto, Adriano de Lemos Alves, Vasconcelos, Eveli Freire de, & Bentivi, Daiane Rose Cunha. Covid-19 e os Desafios Postos à Atuação Profissional em Psicologia Organizacional e do Trabalho: uma Análise de Experiências de Psicólogos Gestores. *Psicol. cienc. prof.*, 2020, vol.40, e244195. Epub December 11, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244195>
- Pinheiro, Paula Moura. (2015). *Nemanuelino ou o revivalismo português do século XIX*. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/nemanuelino-ou-o-revivalismo-portugues-do-seculo-xix>

Pimentel, Márcia. (2020). *Povos indígenas das Américas, ontem e hoje*. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16378-povos-ind%C3%ADgenas-das-am%C3%A9ricas,-ontem-e-hoje-2>

Quadros, Laura Cristina de Toledo, Cunha, Claudia Carneiro da, & Uziel, Anna Paula. (2020). Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020016. Epub September 04, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240322>

Rente, Maria Angelica de Melo, & Merhy, Emerson Elias. (2020). Luto e não-violência em tempos de pandemia: precariedade, saúde mental e modos outros de viver. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020007. Epub September 04, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240329>

Rolnik, Suely. (2019). *Esferas da Insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 Edições.

Spink, Mary Jane Paris. (2020). “Fique em casa”: a gestão de riscos em contextos de incerteza. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020002. Epub September 04, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32239826>

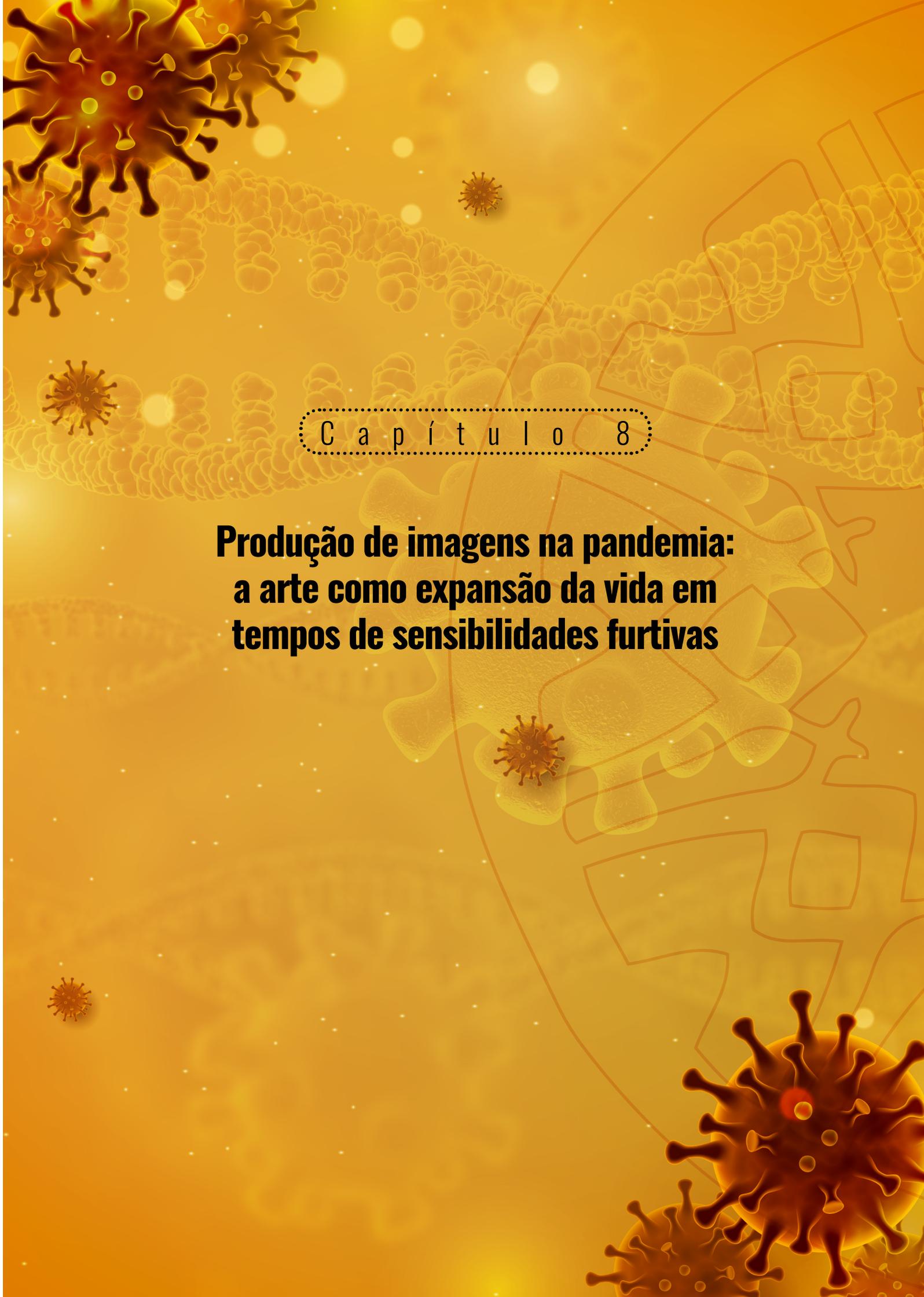
Schwarcz, Lília Moritz. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Vigotski, Lev Semionovith. (1999). *A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes.

Zanella, Andréa Vieira. (2010). Psicologia social... arte... relações estéticas... processos de criação...: fios de uma trajetória de pesquisa e alguns de seus movimentos. In: Andréa Vieira Zanella; Kátia Maheirie. (Org.). *Diálogos em Psicologia Social e Arte*. 1ed.Curitiba: CRV, 2010, v. 1, p. 29-38.

Zanella, Andréa Vieira. (2017). *Entre Galerias e Museus: Diálogos metodológicos no encontro da Arte com a Ciência e a Vida*. 1. ed. São Carlos: Pedro & João, 2017.

Zanella, Andréa Vieira. (2020). *ArteUrbe: jovens, oficinas estéticas e cidade*. Curitiba: Appris.



Capítulo 8

**Produção de imagens na pandemia:
a arte como expansão da vida em
tempos de sensibilidades furtivas**

Introdução

Acordar muito cedo, buscar uma xícara de café que permita enfrentar o novo dia ou acalantar o cansaço do corpo pela noite mal dormida ou pelo sono escasso. Assim começa o dia. Um dos primeiros efeitos da pandemia de covid 19 foi a alteração do sono. Para alguns, pelo isolamento social ou pela forma homogênea como os dias e as horas iam sendo passados na convivência já tão familiar. Para outros, pelo medo do trabalho presencial necessário e perigoso, que expõe quem trabalha, ao vírus. Noites mal dormidas dominaram nossos dias, por dias, marcando nosso corpo de memórias não ditas, de excessos que poderão transbordar, esperamos, em dias de sono mais tranquilo.

Nós, que seguimos trabalhando em trabalho remoto há mais de 400 dias, pelo menos, seguimos nossas noites mal dormidas, com nossos olhos já habituados à luz que emana de nossas telas cotidianas, com o nosso corpo que reclama das marcas dos movimentos repetitivos, que nos limitam e tornam mais rígidos os músculos mais sacrificados. Nos vemos nas telas, olhamos para nós mesmas, como nunca. Nos vemos todos os dias, na tela-espelho, que nos mostra as marcas do tempo no corpo: o cabelo que grisalhou, a falta daquela caminhadinha básica que nos faz sentir seres bípedes, novamente. As cadeiras vão sendo incrementadas ao longo do tempo e as estantes de livros vão se afirmando como as molduras das nossas telas. As espécies companheiras que estão habitando conosco, como nunca, este ecossistema que se formou em torno do vírus. Na tela, os encontros e desencontros, as caixinhas pretas com bolinhas de fotos sorridentes ou com letras que nos convidam à imaginação: JT... Já Tive, Juntos Teremos, Je T'aime, letras bastante eurocêntricas. Poucas palavras latino-americanas se escrevem com elas. Letras que evocam o nome de um primo querido, que faleceu de covid, na juventude de seus sessenta e poucos anos... E pensar que são só letras...

Aos poucos, o pó vai se acumulando pela casa e o trabalho vai se impondo neste território doméstico. O pijama que, antes da pandemia, era a pele que recobria nosso corpo recarregando as energias, foi dando lugar às vestimentas típicas de trabalho remoto. No meu caso, especificamente, a blusa mais arrumadinha, por vezes um colar que possa aparecer no enquadre da câmera, uma calça “de humanas” e as meias, que ganharam autonomia e não mais dependem de seus pares. A pandemia de coronavírus e as outras tantas que ela trouxe, impactaram nosso cotidiano intensamente. Esta é uma narrativa da experiência de uma trabalhadora-professora remota, cuja produção é lidar com distâncias, inventar caminhos digitais que provoquem aprendizagens e aproximações para forjar estratégias de formação em psicologia. Também é, em certa medida, arrebentar as telas que já nos habitam e nos mostram a nós mesmas, como livros em uma estante digital, como janelas de um prédio de apartamentos, como roupas no armário organizado ou como peças em exposição no comércio local. Telas-espelho. O espelho de Narciso, mito ocidental, masculino e perigosamente autocentrado e o espelho de Oxum, que me foi apresentado por estudantes no grupo de pesquisa e pelo estudo de Cibele Bitencourt da Silva (2020). Espelho de Oxum, feminino, estratégico e que dobra a imagem em reflexão, movimento e defesa. Espelho este que é, também, uma arma. Conheço ainda muito pouco sobre Oxum, mas sei que ela vê além de sua própria imagem no espelho. Nos nossos espelhos-tela, nossa “própria” imagem depende dos recursos técnicos do objeto-espelho que nos distorce, deforma, faz incidir a luz sobre nossos corpos para poder mostrar nosso reflexo como “nossa” imagem. Nos transformamos em imagens através da tela-espelho, como imagem técnica, fotográfica, videográfica, que nos enquadra no passar destes dias de trabalho pandêmico

(2021). Tela-espelho, arma que faz refletir e reflexiona, dispositivo que faz concentrar os raios de luz, produzindo calor e inscrevendo-se nas superfícies de contato. E assim, transformadas, andamos por aí como seres-imagens em telas-espelho pelos celulares, pelos computadores e por outros dispositivos técnicos de relacionamento. Andamos por aí como imagens nômades, sem sair do lugar. Paradoxos destes tempos em que nos experimentamos, como quem trabalha remotamente.

Pensar a partir dos cotidianos, abrir as frestas da complexidade de nossas experiências constitui o estudo da psicologia social do trabalho, cais onde ancoo minha tela-espelho, no barco escritório-casa que navega por esses mares pandêmicos, nesta cidade a que atribuo, um mar. Esta forma de pensar a psicologia tem o cotidiano como objeto de sua curiosidade. Coutinho, Oliveira & Sato (2016, p. 293) nos mostram que “é no cotidiano que a vida acontece”, assim como De Certeau (2008), ao nos convidar para cotidianos que se inventam, que se fazem nas práticas anônimas e tácitas, que gritam insurgentes, nos silêncios. Vem do pensamento feminista negro, o olhar para as resistências cotidianas de mulheres negras, onde o viver – e, também, o estar viva - é um ato de resistência às políticas de morte que têm os corpos negros como alvo preferencial. Debulhar esses cotidianos traduzidos em oralidades múltiplas, nem sempre disciplinadas na discursividade acadêmica, é alvo desta curiosidade. Silvia Rivera Cusicanqui, que nos acompanha nestas reflexões, reafirma a importância das imagens nos caminhos que se fazem entre a oralidade e a escrita, no modo como ela concebe imagens e que tão bem descreve Belén Ciancio (2017), ao narrar sua experiência no “taller de sociología de la imagen” promovido por Silvia. Rivera Cusicanqui “*traza con palabras, gestos e imágenes una mirada que invita a ver las omisiones, los rastros y las huellas perdidos.*” (Ciancio, 2017, p.230). Navego, ainda, acompanhada de Foucault e Deleuze (1988) na operação de abrir as imagens, certa de que fazem muito sentido todas as críticas feitas a estes autores, desde um ponto de vista descolonial. Com certeza, eles nos acompanham não aos moldes de buscar um conceito universalizante, mas de abrir, provocar as superfícies enrijecidas pelos poderes instituídos e dar vazão ao que estes poderes querem aprisionar. Ver-se, também e sempre, como pessoa branca, a produzir superfícies endurecidas de conhecimento e de poder e problematizar essa condição, como ato contínuo da crítica.

Assim, o convite é navegar pelas linhas que costuram, ou melhor, alinhavam, as relações entre as palavras e as imagens, as narrativas visuais e as narrativas escritas. Através de um breve ensaio, que busca mostrar um pouco do que procuramos trabalhar-pesquisar enquanto oficinas de produção de imagens, que possam atravessar as telas-espelhos de nossos cotidianos e nos convocar a outros olhares. Inicialmente, uma pequena apresentação de autores que nos acompanham e alguns estudos já realizados no Núcleo de Estudos em Imagem, Trabalho e Subjetividade (NEITS). Na sequência, um experimento com a produção de narrativas visuais e escritas para pensar estes tempos de pandemia e de trabalho remoto, para abrir as imagens e os cotidianos para os inenarráveis que habitamos nas frestas e nas fissuras, como mundos em construção e plenos de seu inacabamento.

Por fim, e como último apontamento nesta introdução, vale reafirmar que toda escrita, nestes tempos, está marcada pela pandemia. No caso brasileiro, marcado pelo negacionismo como política governamental de enfrentamento da pandemia, assim como marcado pela política de destruição do Estado, da natureza e do patrimônio público, somente para identificar alguns alvos da política de destruição que funciona como estratégia de governo em nosso país. Nosso corpo-país ardia em fogo, fazendo ouvir a voz da morte da floresta e dos seres vivos que, ali, habitam. Nosso corpo-nação, entendendo que a nação preexiste às formulações legais que constituem um país, adoecia e morria, sob o impacto do coronavírus, da destruição e da banalização da morte. Também sob o impacto da economia que vem antes da vida, como bem formulam os preceitos neoliberais de alto impacto a que estamos submetidos. Mas nosso corpo-nação também fez muito pela sua sobrevivência, fazendo brotar ações colaborativas, criando laços de solidariedade e crian-

do estratégias de resistência, ainda que marcado pela perda, pela banalização do sofrimento, pela falta de perspectiva. Justamente aí reside nossa potência para reerguermos um país a partir destas cinzas. Em algum momento, faremos o luto de nossas tantas mortes e, como nação, faremos valer a vida e a tomaremos nos braços com a delicadeza silenciosa, que pede passagem nestes tempos de sofrimento. Na falta de palavras, escreveremos de alguma forma, com suor e sangue, como já nos ensinou Conceição Evaristo (2016)

1. Sobre palavras e imagens

Diz-se da arte como a possibilidade de inventar mundos e, nestes tempos, poderíamos afirmar sua potência de produzir vida. Nas músicas que embalam nossas escritas, nos traços que compõem nossas formas de registrar nossos dias, ao mesmo tempo, tão iguais e tão diferentes. A arte foi companheira cuidadosa nos momentos de tristeza e de solidão. Como produção técnica, produziu e protagonizou encontros em tela, fazendo ver que nossos afetos estavam vivos e fez brotar sensibilidades ofuscadas pela homogeneidade e pela dureza das experiências. Para Reis e Zanella (2014, p. 100), ao pensar os entrelaçamentos entre vida e arte através de Bakhtin, *“a arte não é mimesis, não visa à reprodução da vida, mas à sua transformação: ela não duplica a vida, mas a multiplicação de diversas formas e para direções variadas.”* Esta potência da arte de inventar mundos é a proposta a partir da produção de narrativas imagéticas e escritas, problematizando nossos cotidianos e os visíveis que ficcionalizam nosso viver. Para Foucault (2009), a ficção implica em *“mostrar o quanto é invisível a invisibilidade do visível”* (FOUCAULT, 2009, p. 225). Foucault não fala de ficção, como *“tornar visível o invisível”*, mas, sim, de tensionar o que se invisibiliza sob efeito de poder, como o racismo e os afetos na racionalidade científica moderna, por exemplo. Ainda bastante marcado pela ótica da visibilidade, o autor opera no sentido de abrir as visibilidades a partir do corte que expande, que deixa transbordar as imanências e sensibilidades outras. Lages Silva (2014), tomando a ficção no âmbito da genealogia foucaultiana, propõe a ficção como recurso metodológico para a ciência, expandindo a noção de utopia e abrindo-se para a potência da invenção. Para ele, *“ficcionalizar é recordar o caráter excedente desmedido do inútil, do extravagante, do estético”* (Lages Silva, 2014, p. 558).

Tomamos aqui, a produção de imagens como forma de estratégia-denúncia dos invisíveis das imagens, jogando com os conteúdos visuais e buscando tensionar as fronteiras que o definem. Seria, de certa forma, olhar através do conteúdo visual organizado fotograficamente, provocando aberturas à imaginação, à memória e a outras visibilidades. A proposta é olhar para o *“fora”* da fotografia, tomando sua concepção e conceito e, da mesma forma, para o que não se vê, para os afetos que restam silenciosos nas imagens, a provocar afecções transcendentais, que podem apontar ao vigor e força do punctum que nos atravessa e fere, tal qual propunha Barthes (1984). Como flechas, palavra-figura que Foucault (1988) propõe em *“Isto não é um cachimbo”*, cujos percursos configuram linhas que ligam palavras e imagens, para criar linhas de similitude, para além da semelhança e da representação. Palavras, aqui não tomadas como imagens aos moldes da arte do grafite ou dos diagramas, por exemplo, mas no limite da sua expressividade, enquanto figuras e metáforas. São linhas de provocação e de encontro nos limites das suas fragilidades: imagens e palavras se encontram nas suas fronteiras.

No NEITS, temos tomado as palavras e as imagens como questão através de diferentes perspectivas: as imagens como rastros, inspiradas por Susan Sontag (2004) ou dos *vagabundos fotográficos* (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 296) que vão tomando as imagens como bitácora para orientar o percurso, tendo a produção de imagens como um acompanhante a registrar o cotidiano, tal qual propõe a autora. Dentre os importantes estudos produzidos neste grupo, pode-se apontar o

Heinze (2015) e de Dias, Zanella e Tittoni (2017) que trabalharam com oficinas de fotos e memórias, construindo a partir de registros fotográficos produzidos anteriormente à pesquisa. Também apontamos os estudos de Tittoni, Dias, Trein e Prudente (2017) que relatam experiências de oficinas fotográficas com profissionais da saúde e da assistência social, tendo como referência a produção de imagens fotográficas e a noção de fotografia expandida. Ainda sobre oficinas de fotografias apontamos os estudos de Tittoni, Castro, Papini e Isopo (2017) sobre oficinas de produção das palavras como imagens e o estudo sobre cidade e memória que, aos moldes benjaminianos, tomam a deriva como processo e pontuam as marcas de destruição de uma comunidade urbana por um grande complexo hidroviário na cidade de Porto Alegre (Farias, Goulart, Barros e Tittoni, 2020). Estes estudos nos fizeram produzir estratégias de intervenção fotográfica, para abrir as imagens cotidianas, provocar os olhares institucionalizados e as ficções que produzimos como modos de viver e habitar os mundos. Encarando a discussão sobre o trabalho das mulheres na pandemia, realizamos um estudo com narrativas de mulheres neste período, buscando a singularidade das experiências cotidianas e as imagens-figuras expressivas deste trabalho (Castro, Bottega, Detoni e Tittoni, 2020). Durante a pandemia, o Núcleo organizou o livro digital *Entrenós: palavras que me lembram: escritos de pandemia* (Tittoni, Silva, Alves, Goulart e Castro, 2021) que articula imagens e narrativas das experiências na pandemia, expandindo nossa produção para o espaço digital e acoplando às escritas e imagens, conteúdos sonoros e vídeos. Esta experiência expandiu, em muito, nossa forma de experimentar as relações entre palavras e imagens através da produção de outras linhas, outros fluxos e outras aberturas.

2. Um exercício: abrindo os cotidianos de trabalhos remotos

Desenvolvido durante a quarentena da pandemia de covid-19, o Covid-Art Museum é um museu totalmente virtual e colaborativo. Ele foi criado por Emma Calvo, Irene Llorca e José Guerrero, artistas espanhóis que fazem a curadoria das obras, tomando como referência obras produzidas durante a pandemia e que possam expressar os sentimentos que estamos vivenciando neste período. O site do Covid Art Museum <https://www.covidartmuseum.com/> é um documento sobre nosso tempo de pandemia aberto e colaborativo e percorrer suas imagens provocou o breve experimento aqui apresentado. Também a página do Instagram @reliquia.rum, proposta por Débora Diniz e André Navarro, tem nos acompanhado nestes tempos pandêmicos, na sua tarefa delicada de criar um relicário para as vidas das mulheres mortas pela covid 19. Ao atravessar as formas de expressão estatísticas com as histórias das vítimas, fazem dos depoimentos um documento precioso, que revigora a potência da oralidade na produção da memória social.

Linhas de duas mãos, tomamos como consigna explorar imagens do cotidiano e construí-las em planos distintos, deslocá-las em termos da produção das imagens ou do tratamento das fotografias para outros planos de referência de modo que indicassem sobre os incômodos que os acoplamentos entre trabalho e vida doméstica, entre as distâncias e as aproximações estavam provocando. Seria uma narrativa de incômodos cotidianos trazidos pelo trabalho remoto na pandemia. Os recursos técnicos para produção e manipulação das fotografias foram mínimos - fotografias captadas por câmera de celular e produção de efeitos via software já integrado ao equipamento, para que os cotidianos se pudessem retratar na precariedade técnica de quem fotografa, deixando à vista aquela que experiencia aquilo mesmo que está sendo registrado.

a) *Ver e tocar*

Covid Artemuseum



Figura 1 - Alexis Mckeown (@alexismckeown)

Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKY_Nw2jV-T/



Figura 2 -Fotografia da autora

Adorei o Covid Art Museum. Roubei uma foto. Não para mim, mas para mostrar, para conversar. No início da pandemia queria fotografar a ferida e a prisão. Tomei as mãos, que tanto me fascinam pelos seus múltiplos fazeres, pelo trabalho que está sempre ali, na espreita de uma mão-imagem que se apresenta, por acariciar e bater, por mostrar e esconder. Por ser o suporte do jogo de cama de gato tão importante para Donna Haraway e para nós. Porque estão aprisionadas a um digitar sem fim nestes tempos de trabalho remoto. Prisões de vidro, que deixam ver, mas não tocar.

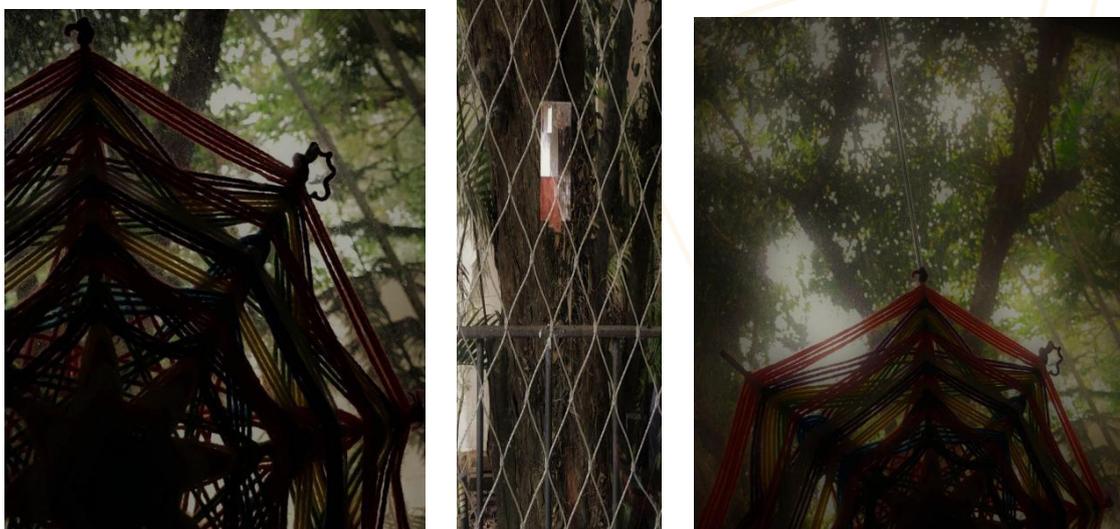
b) Misturar, Compor Acoplar



Figura 3 – fotografias da autora

*Estou tentando fazer estas coisas virarem uma. Compondo coisas em **uma** imagem. Como estes tempos que não cabem no espaço e duram, duram, duram. Velocidades múltiplas: dias lentos, horas rápidas. Frutas sairão das cestas como fotografias, a abrir caminhos entre palitos de fósforos espalhados sobre a caixa vazia que vai se fazer abertura de luz e compor uma cena antiga, a descrever o encontro da luz com o papel fotográfico - a fotografia. Sementes de palavras se espalham na tela vazia. O começo da escrita é a tela vazia e a memória cheia, porque é a vida que escreve.*

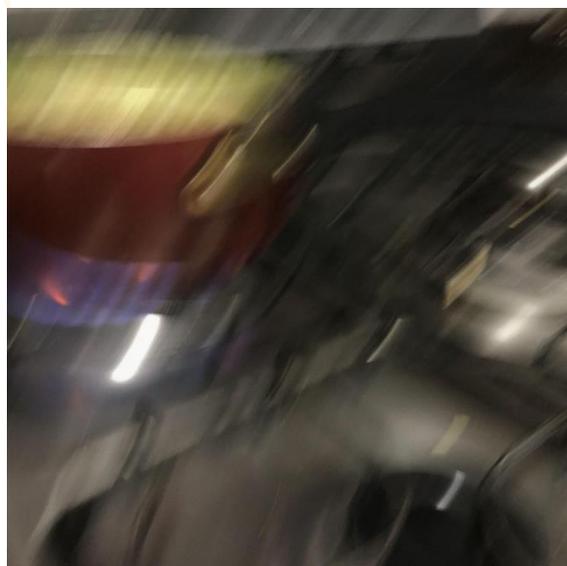
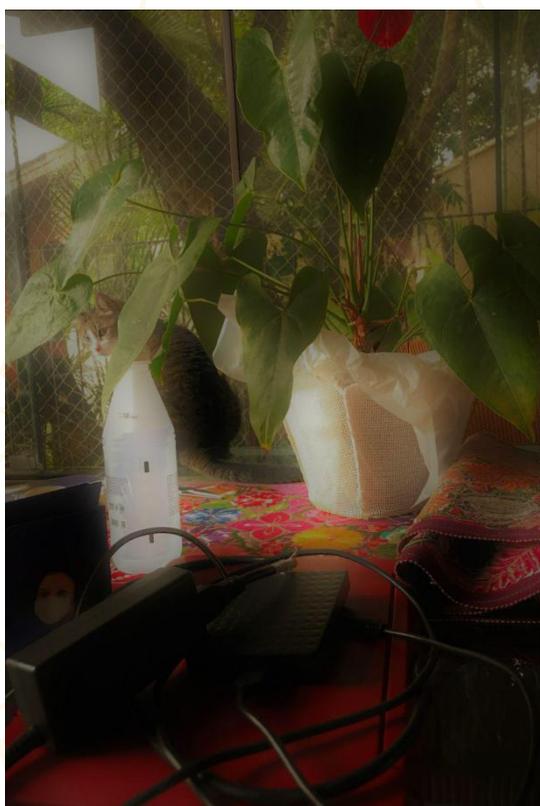
c) Frestas



Figuras 4,5 e 6 – fotografias da autora

Olhar o mundo pelas frestas, como se a vida não fosse assim, sempre. Frestear. Aqui, nas frestas que a mandala carregada de afeto e da artesanaria da filha, fazem muito mais do que deixar ver. Mostram. Os fios entrelaçados criam as imagens, contornando os visíveis. Criam bordas e forjam desenhos nas paisagens infinitas. Vão desenhando o olhar. Existem frestas nestes tempos difíceis. É preciso olhar de pertinho, deixar-se tocar pela luz que vence as tramas e as linhas confusas. Aquecer-se no calor do sol e dos afetos que nos espreitam, pelas frestas.

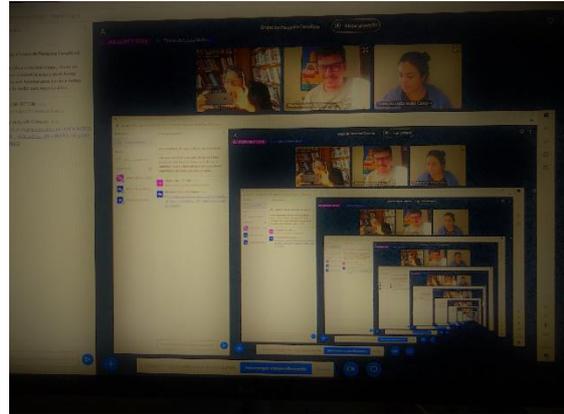
d) O tudo, o fora e os lugares



Figuras 7 e 8 – fotografias da autora

Sei pouco do tudo, como Manoel de Barros, mas ando sentindo a sua presença nestes dias de pandemia e trabalho remoto. Algo que afeta a tudo ao mesmo tempo, e de forma tão desigual. Sinto um “tudo” que me incomoda pelo que esconde, mais do que mostra. Estou em casa, em trabalho remoto, álcool gel, máscaras. Pessoas trabalham na rua, enfrentam a pandemia por necessidade, por sobrevivência. Trabalhadores da saúde. O trabalho doméstico matou a primeira vítima de covid no Brasil e seguiu seu curso de morte tirando mais vidas de mulheres, negras, trabalhadoras domésticas, do que outras vidas. Não é um “tudo”, nem nunca será numa sociedade desigual e injusta. Do “fora” também sei pouco, sempre que o prendo, me escapa. Estar dentro do fora, prisão inexorável da modernidade e seus opostos. Aqui dentro, estou “por fora”. Os lugares se confundem, as coisas ganham autonomia e passam a habitar espaços estranhos na casa. Cada vez mais, a casa é um escritório. Sinto falta da casa.

e) A tela-espelho



Figuras 9 e 10 – fotografias da autora

Passo muito tempo à frente do computador. A alegria do encontro, mesmo em tela, não resolve. Fico emocionada se, por alguma razão, encontro alguém na rua de carne e osso. Outra pessoa, multidimensional. O olhar se enquadra, entre livros e referências e nos traga para dentro da tela. Fico sem palavras para falar destas imagens. Como se não soubesse, ainda, o que dizer disto tudo. Eu, imagem. Todo dia, dia todo. Todo mundo imagem. O excesso do olhar, a falta de tocar.

f) Máscaras



Figuras 11 e 12 – fotografias da autora

Eduardo Galeano lembra, no seu livro O Caçador de Histórias que “Na África negra, as máscaras são as verdadeiras caras. As outras caras se escondem, as máscaras deletam.” Fazendo relações de associação e similitude, longe de pensar em contextualização e comparação, pensei nas nossas máscaras de pandemia. Elas deletam e mostram a verdadeira cara, a preocupação com a comunidade,

com a vida em sociedade. Por vezes mostra também, a cara da sociedade. O que pode a máscara em um ônibus lotado? Desmascara.

g) Algumas aberturas, para o começo de um final

E um “depois” já se enuncia como desejo e uma certa possibilidade, faz lembrar uma cena do filme Nomadland, onde Fern - na interpretação de Francês McDormand - visita a sua antiga casa. Nesta cena, o passado se esfuma, se materializa em lembranças, se desconecta dos elementos físicos onde se agarrou intensamente enquanto um presente vivido. E a vida segue. Um retorno, na nossa pandemia bem pouco nômade, é para outro lugar. Assim, com os dois pés fincados no chão e o desejo de uma mochila cada vez mais leve das imposições capitalistas do consumo e da produção, ensaiamos retornar para um mundo outro. Um mundo ainda por vir. Imaginemos.

3. Para finalizar, algumas considerações sobre a pergunta que disparou as escritas deste livro: o que pode a Psicologia Social em meio à pandemia do Coronavírus?

Para finalizar, o último café. A aceleração do trabalho – intenso, sem pausa, em telas que se sucedem – contrasta com a sensação de que a vida anda devagar... melhor seria, de vagar. Mas não. E o pior é a sensação de que estão sendo tantas as destruições vividas que estamos ficando com medo de seguir adiante. Tal estado, por vezes, entendido como paralisia, está cheio de afetos aprisionados, de emoções à flor da pele, de frases não ditas, de suspiros e de pensamentos calados. Está cheio, também, de saudades. Estamos, portanto, em movimento, ainda que impedidos de andares longínquos nestas tantas barreiras que se formam para nós, brasileiros. A Psicologia Social Crítica Latino-americana, este cais onde ancoramos nossas diversas formas críticas de pensar a psicologia social, nasce de tempos intempestivos, de imposição de silêncios, de ditaduras e de resistências. Um passado bem presente. Tempos em que os covardes matam e os corajosos morrem. Estes tempos marcaram a Psicologia Social Crítica com o desejo de transformação, de provocar estas formas institucionalizadas de poder e fazer abrir, entre as frestas e as lutas, possibilidades de utopia, de invenção de mundos pelos quais valesse a pena (mesmo) lutar. Martín-Baró, em texto publicado após o seu assassinato, pergunta qual o trabalho de profissionais da psicologia centro-americanos e ele mesmo responde, indicando que o saber psicológico deve estar a serviço da construção de uma sociedade em **que** “o bem estar dos menos, não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos” (Baró, 1996, p. 23). Os sistemas de opressão mostraram outras caras, algumas novas e outras velhas conhecidas. Modificam-se e exigem uma constante posição crítica e um reposicionamento do ponto de nosso ponto de vista. Vemos despontar com força e vigor a discussão sobre o patriarcalismo, que evoca a luta feminista; sobre o racismo, que dá visibilidade às resistências do movimento negro, que sempre existiram. As articulações de raça, gênero e classe, interseccionadas, como sistema de opressão que atinge mais fortemente às mulheres negras, compõem saberes de enfrentamento do racismo nas suas mais distintas formas. Provocam as epistemologias eurocêntricas e exigem por o corpo e não só “a mente” em luta. A Psicologia Preta. Exigem que as pessoas brancas combatam a sua branquitude. Profissionais da psicologia enfrentam os desafios LGBTQI+ provocando os modos de concepção da sexualidade e da família, que sustentam o saber psicológico tradicional. Profissionais da psicologia indígenas mostram novas psicologias que brotam dos saberes ancestrais. Profissionais da psicologia se envolvem diariamente nestas lutas e fazem dela, conhecimento. Inúmeros. Fazem vibrar as perspectivas epistemológicas eurocêntricas, dando vida aos percursos deixados no esquecimento, às histórias de luta escondidas no fundo da gaveta da história. Pode muito a Psicologia Social em tempos de pandemia, agitando os

novos ventos e produzindo novas questões. Criando utopias, reinventando-se. Pode mostrar que a vida não parou de pulsar, apesar da morte estar sendo imposta como regra de vida, e está exigindo sua defesa. Bebo o último gole do café e me vem à mente um novo começo, como os poemas de regresso de Geni Guimarães, livro que comprei, ainda com cheiro de novo. Penso em um poema seu, que tanto gostei, e acho que ele pode finalizar este texto. Porque não é para finalizar, mas para pensar novos caminhos.

Enquanto posso pensar,
 escrevofalo.
Tiro as amarras dos nervos
e as sustento em fogo brando.
 Poefação
 minhas histórias,
dou aos meus netos, Zumbi
com seus feitos de bravura e glória.
Enquanto posso pensar,
 falescrevo,
 reencarnando Mandela,
 pintando uma nova tela
para enfeitar os peitos dos meninos.

(Geni Guimarães, 2020, Poemas do Regresso)

Referências Bibliográficas

- Martín-Baró, Ignacio (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27
- Barthes, Roland. (1984). *A câmera clara*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira.
- Castro, Thiele Costa Muller, Bottega, Carla Garcia; Detoni, Priscila Pavan; Tittoni, Jaqueline (2020) Em tempos de Coronavírus: home office e o trabalho feminino *Revista Norus-novos rumos sociológicos*. V.8.n.14.
[HTTPS://DOI.ORG/10.15210/NORUS.V8I14.20017](https://doi.org/10.15210/NORUS.V8I14.20017)
- Certeau, Michel (2008). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. 15ª ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Ed.Vozes.
- Ciancio, Belén. (2017) El taller de sociología de la imagen de Silvia Rivera Cusicanqui. *Revista Língua & Literatura*.v 19.n 33. <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/2630>
- Coutinho, Maria Chalfin, Oliveira, Fábio de, & Sato, Leny. (2016). Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. *Psicologia USP*, 27(2), 289-295. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140053>
- Rivera Cusicanqui, Silvia (2015) *Sociología de la imagen: ensayos* . - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Tinta Limón.
- Deleuze, Gilles.(1988).*Foucault*. São Paulo : Brasiliense.
- Dias, Lucia Ruidit; Zanella, Andrea Vieira; Tittoni, Jaqueline (2017). Oficinas de fotografia na pesquisa-intervenção: construção de coletivos de trabalho *Revista Nupem*, v.9(16). p. 158-174
<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/issue/view/16>
- Evaristo, Conceição (2016). *Olhos d'água / Conceição Evaristo*. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- Farias, Mauricio; Goulart, Marilu; Barros, Helena Soares e Tittoni, Jaqueline.(2020) *Cidade e Memória: rastros de vida em uma ilha em transformação* In: Zanella, Andrea (org). *Arte e cidade, memória e experiência* .Teresina : EDUFPI.
- Foucault, Michel.(2009) *Ditos e Escritos III. Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Guimarães, Geni (2020). *Poemas do regresso*. Rio de Janeiro : Editora Malê.
- Heinze, Rossana Bogorny (2015) [Dissertação]. *Transversalizando práticas: trabalhando em uma assessoria jurídica universitária em direitos sexuais e gênero*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre : UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/130521>
- Lages Silva, Rodrigo. (2014) *A ficção: uma aposta ético-política para as ciências*. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. esp.,p. 577-592.
<http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1327>

Machado, Fabiane Konowaluk dos Santos. Trabalho pandêmico (2021) In: Tittoni, Jaqueline; Silva, Aline Kelly; Alves, Camila Pereira; Goulart, Marilu; Castro, Thiele da Costa Muller (Org). Entrenós: palavras que me lembram: escritos de pandemia. Porto Alegre : UFRGS

www.Ufrgs.br/NEITS

Reis, Alice Casanova e Zanella, Andrea Vieira (2014). Arte e vida, vida e(em) arte: entrelaçamentos a partir de Vygotsky e Bakhtin. Revista Psicologia Argumento., Curitiba, v. 32, n. 79, p. 97-107, Supl 1. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20463/19721>

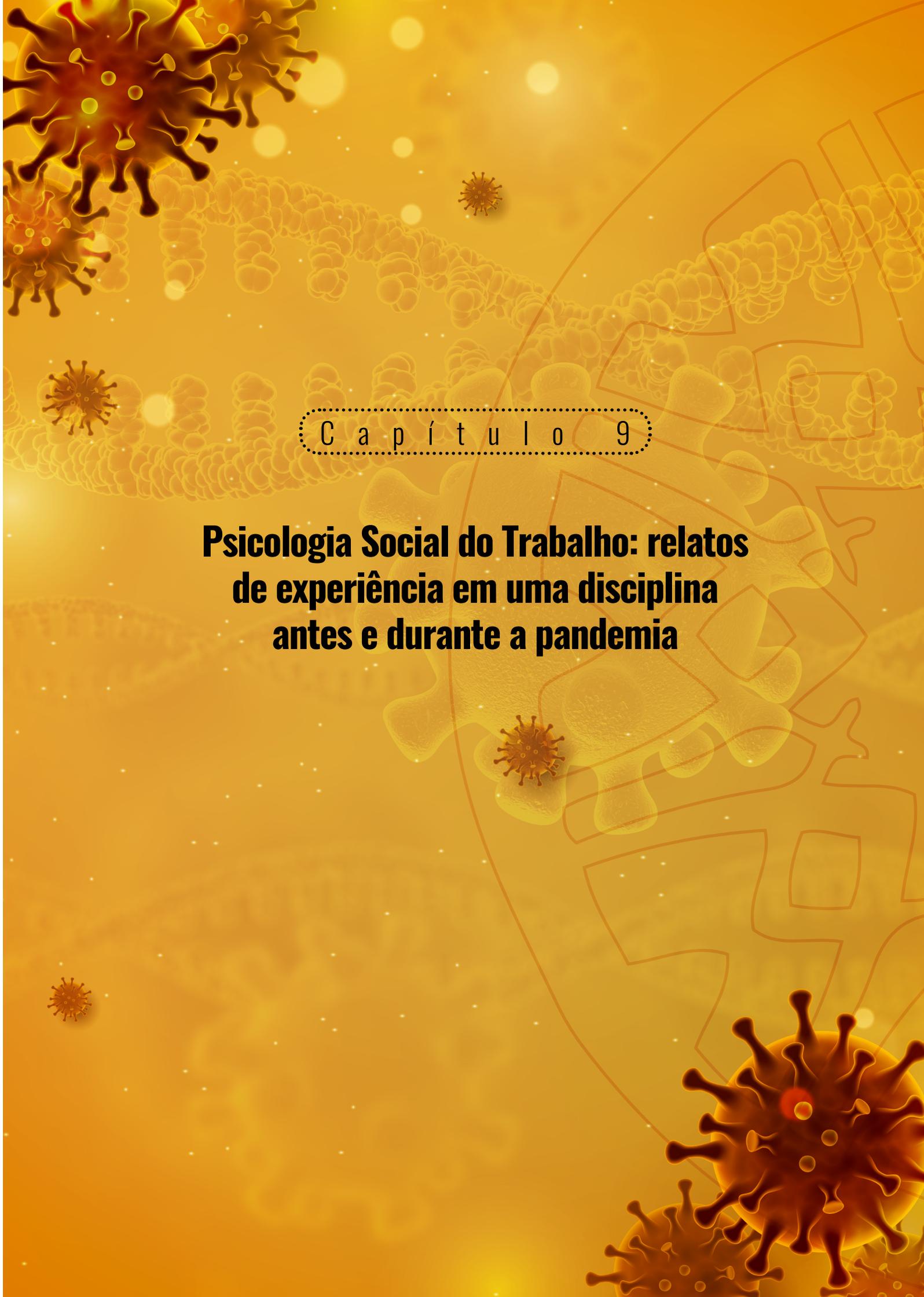
Silva, Cibele Bitencourt. (2020) (Dissertação) Os espelhos de Oxum. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tittoni, Jaqueline; Silva, Aline Kelly; Alves, Camila Pereira; Goulart, Marilu; Castro, Thiele da Costa Muller (Org) (2021) Entrenós: palavras que me lembram: escritos de pandemia. Porto Alegre : UFRGS.

www.ufrgs.br/NEITS

Tittoni, Jaqueline., Dias, Lucia Ruduit, Trein, Anna Luisa, Prudente, Jessica (2017). O trabalho como arte: Invenção e criação nos modos de trabalhar. Psicoperspectivas, 17(1), nn-nn. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol17-issue1-fulltext-869>

Tittoni, Jaqueline; Castro, Diego Drescher de; Papini, Pedro; Isopo, Rodrigo. Operações no fio do fragmento: fotografar, escrever e cortar. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2017. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27942>

The background is a warm, golden-yellow color with a subtle, glowing texture. It features several stylized, dark brown virus particles with prominent spikes, scattered across the frame. A faint, light-colored outline of a world map is visible in the background, centered behind the text. The overall aesthetic is clean and modern, with a focus on the theme of the pandemic.

Capítulo 9

**Psicologia Social do Trabalho: relatos
de experiência em uma disciplina
antes e durante a pandemia**

1 - Introdução

A construção desse capítulo foi inspirada no objetivo do presente livro, que é o de registrar a realização do projeto de extensão “O que pode a Psicologia Social em meio à pandemia do novo coronavírus?”, organizado no início da pandemia por docentes e discentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) por meio dos encontros no Núcleo Sul Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Esse núcleo reorganizou-se no XX Encontro Nacional da ABRAPSO, na assembleia da regional sul de novembro de 2019, realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na cidade de São Paulo.

No projeto de extensão foram organizados dez atos divididos em dois blocos, cuja síntese dos primeiros encontros foi publicada por Maciazeki-Gomes et al. (2021). Cada encontro síncrono aconteceu e foi gravado por meio da plataforma *Google Meet* e posteriormente publicado na página do *Facebook* do Núcleo Sul Sul da ABRAPSO. Para cada encontro foram convidados docentes, discentes e outros/as trabalhadores/as, em especial aqueles atuantes na área da saúde, para juntos pensarem nas possibilidades de atuação da Psicologia Social em meio à crise sanitária que tomou o mundo e, de forma peculiar, nosso país.

No dia 16 de outubro de 2020, para o Ato VIII, intitulado “Psicologia Social do Trabalho”, foram convidadas as pesquisadoras Maria Chalfin Coutinho e Marcia Hespanhol Bernardo, ambas professoras aposentadas, respectivamente, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). O conteúdo do referido encontro foi disponibilizado no site do *Facebook* do Núcleo Sul Sul da ABRAPSO³⁰ e pode ser brevemente descrito como uma introdução à Psicologia Social do Trabalho, incluindo algumas possibilidades de atuação nesse campo, em especial, na área de Saúde do Trabalhador. Sugerimos a leitura de Coutinho, Bernardo e Sato (2017), Bernardo, Sousa e Garrido Pinzón (2013) e Bernardo, Sousa, Garrido Pinzón e Souza (2015) para situar o campo e suas intervenções³¹.

O que ensejou a proposta para a discussão realizada no Ato VIII foi a presença, no Curso de Psicologia da FURG, da disciplina denominada “Psicologia Social do Trabalho”. Assim, apresentaremos no presente capítulo relatos da experiência pedagógica na referida disciplina antes e durante o ano de 2020, primeiro ano da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Tais relatos são fundamentados em nossas experiências como docentes desse componente curricular integrante do curso de Psicologia da FURG, lotado no Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI).

A seguir, apresentaremos o contexto de criação da disciplina de “Psicologia Social do Trabalho” na FURG e também uma reflexão sobre como as discussões no referido componente curricular direcionam as possibilidades de estágios obrigatórios e de pesquisas na área, no contexto desta Universidade para, posteriormente, comentar sobre nossas experiências docentes nas primeiras e últimas turmas, inclusive na pandemia. Ao final, teceremos algumas considerações.

³⁰ A gravação do encontro pode ser acessada em <https://www.facebook.com/108633094183353/videos/1380768662314251/>

³¹ Em relação ao livro de Coutinho, Bernardo e Sato (2017) foram publicadas duas resenhas, a saber, de Pereira (2020) e de Pulido-Martinez (2020).

2 Antecedentes à criação da disciplina de Psicologia Social do Trabalho na FURG

Antes de descrevermos como a disciplina foi criada na referida Universidade, consideramos importante apontar o que entendemos por Psicologia Social do Trabalho. Recorremos à metassíntese realizada por Bastos e Oliveira (2019), pois os autores realizaram um registro do desenvolvimento dessa disciplina no Brasil por meio do acervo de artigos da revista “Cadernos de Psicologia Social do Trabalho” (CPST), criada em 1998 pelos servidores docentes e técnicos vinculados ao Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Para os autores:

As bases da PST, conforme a CPST, colocam-se para fora do emprego, sem perdê-lo de vista como umas das formas de trabalhar. Ampliam a complexidade do mundo do trabalho, incluindo o trabalho informal, autônomo, “os bicos” e “as virações”. O foco nas várias formas de criar e exercer o trabalho mostra uma ruptura com a preocupação excessiva da psicologia com o mundo do emprego e recoloca a discussão de outras formas de inserção no trabalho e na economia.

Por estar além do emprego, outras leituras e ferramentas também tiveram de ser construídas no desenvolvimento da PST. A leitura próxima a outras ciências sociais e à medicina social da América Latina demonstram o esforço de ampliar a compreensão de trabalho, superando a experiência do emprego e da relação “empregador-empregado”. Os estudos em Saúde do Trabalhador, Autogestão e a Economia Solidária tomam espaço nesse esforço (Bastos & Oliveira, 2019, p. 14).

Com base no artigo de Bastos e Oliveira (2019), e também na experiência discente do segundo autor deste texto, graduado pelo Curso de Psicologia da USP em 1999, podemos relacionar esse campo de estudos e práticas com as atividades acadêmicas realizadas no curso de Psicologia da USP, tal como a publicação de artigos resultantes das atividades do estágio vinculado à disciplina teórica “Psicologia Social do Trabalho e dos Processos Organizativos” pois, em suas primeiras edições, a revista CPST buscava publicar os resultados das “mini-pesquisas” solicitadas aos alunos no âmbito do estágio realizado em articulação entre docentes e técnicos do CPAT no IP-USP.

Uma importante articulação relacionada à história dessa disciplina foi também a criação do Grupo de Trabalho (GT) “Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade” no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) em seu XI Simpósio. Conforme pontuam os integrantes do GT, o grupo:

[...] emerge a partir das preocupações de diversos pesquisadores com fenômenos e problemas do trabalho e dos processos organizativos que se apresentam na contemporaneidade no contexto de uma sociedade de capitalismo periférico. Os objetos de pesquisa têm sido construídos pelo olhar de uma tradição crítica da psicologia social, a qual acolhe diversas perspectivas teórico-metodológicas (Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade, 2006, p. 271).

Outra situação que antecedeu a criação dessa disciplina na FURG foi a experiência docente do segundo autor deste texto como professor assistente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre os anos de 2008 e 2010. Naquele momento o “Núcleo 4”, que aglutina as disciplinas e o estágio em Psicologia do Trabalho, já era composto por três disciplinas - “Psicologia Social do Trabalho”, “Saúde do Trabalhador” e “Psicologia Organizacional” - e pelo “Estágio em Psicologia do Trabalho”. Na PUC-SP, à época, os/as estudantes cursavam todo o “Núcleo 4” em apenas um semestre, durante o qual tinham simultaneamente as três disciplinas teóricas e o estágio específico. O plano de trabalho do estágio podia ser vinculado a qualquer das três abordagens

teórico-metodológicas apresentadas pelas três disciplinas, o que variava sobretudo conforme as instituições, organizações e/ou movimentos sociais que recebiam os/as estagiários/as.

Deste modo, desde a década de 2000 alguns cursos de graduação em Psicologia, tais como os da USP e da PUC-SP, já ofertavam disciplinas que vislumbravam o trabalho sob a perspectiva dos trabalhadores, para além do emprego, partindo de algumas categorias teóricas da Psicologia Social, como apontamos anteriormente. Por outro lado, ainda hoje essa perspectiva teórica e metodológica não está presente em muitas universidades.

3 O contexto e a criação da disciplina Psicologia Social do Trabalho na FURG

Na FURG, a proposta para criação do curso de Psicologia foi aprovada no “Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, disposto na Deliberação nº 022/2005 de 11 de novembro de 2005” (FURG, 2012, p. 6). Tendo a primeira turma do curso iniciada em 2007, trata-se, portanto, de um curso recente quando considerada a realidade da formação em psicologia no Rio Grande do Sul, estado em que localizam-se cursos de psicologia pioneiros, como o da PUC-RS, criado em 1953, ou ainda o da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), criado em 1973. Destaca-se ainda que o curso da FURG é ofertado predominantemente no período vespertino-noturno.

Quando da criação do curso de psicologia, o estudo da categoria trabalho estava vinculado à disciplina obrigatória “Psicologia das Organizações e do Trabalho” e a duas optativas: “Orientação Profissional” e “Relações Humanas no Trabalho”.

Na segunda versão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso (FURG, 2012) e em sua implementação por meio do disposto na Deliberação nº 04/2013 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA), a disciplina “Psicologia das Organizações e do Trabalho” foi desmembrada em outras duas, “Psicologia das Organizações” e “Psicologia Social do Trabalho”, ambas obrigatórias. Nessa reforma curricular foram adicionadas ao PPP as optativas “Psicologia e Saúde do Trabalhador” e “Economia Solidária e Desenvolvimento Local”, e mantidas as duas preexistentes: “Orientação Profissional” e “Relações Humanas no Trabalho”.

Na última alteração curricular do curso, enfim, podemos observar a mudança do caráter da disciplina de “Psicologia das Organizações”, que então se tornou optativa (FURG, 2017).

É importante dizer também que, no Quadro de Sequência Lógica (QSL) do curso, a disciplina de “Psicologia Social do Trabalho” ficou localizada no primeiro semestre do quarto ano da formação, junto com o estágio obrigatório em “Psicologia Social”, e antecedendo um semestre da disciplina de “TCC - Psicologia I (projeto)”, na qual os estudantes elaboram seus projetos de TCC. Essas são informações importantes para que possamos estabelecer algumas relações com as produções monográficas e com a realização dos estágios na área do trabalho, conforme mencionaremos a seguir.

4 Relatos de experiência antes da pandemia

A primeira experiência docente nessa disciplina ocorreu após a primeira reforma curricular no PPP do curso, que entrou em vigor em 2012 (FURG, 2012), quando, como dissemos anteriormente, o componente curricular foi inserido no QSL do curso de graduação como elemento obrigatório da formação. A ementa dessa disciplina segue a mesma desde sua origem: “Estudo da participação do trabalho (com a linguagem e a cultura) no processo de hominização; da divisão social do trabalho nos processos de diferenciação social; socialização secundária e formação das identidades sociais e discussão sobre a “função psicológica do trabalho”” (FURG, 2020a).

A primeira oferta da nova disciplina ocorreu em 2012 tendo por objetivo, mencionado no plano de ensino, “apresentar e discutir o trabalho como fenômeno psicossocial central na mediação indivíduo-sociedade e, portanto, como objeto de estudo da psicologia social”. Este objetivo orientou a organização de um conteúdo programático fundamentalmente teórico, embasado sobretudo na filosofia política, no interacionismo simbólico e na sociologia do conhecimento. As aulas foram organizadas em duas unidades, uma sobre a participação do trabalho -acompanhado da linguagem- nos processos de hominização, e outra sobre a centralidade do trabalho nos processos de diferenciação social, individuação por socialização e produção das identidades sociais, finalizando com a discussão sobre a função psicológica do trabalho.

Ainda no decorrer da primeira oferta, contudo, esse objetivo mostrou-se insuficiente perante o desafio de formar de psicólogos/as capazes de compreender não apenas como o trabalho participa da produção da subjetividade, mas também como as transformações em curso no mundo do trabalho contemporâneo condicionam este processo. Tal percepção levou à proposição do “projeto de ensino” nomeado “Histórias do trabalho e de trabalhadores da região sul do RS”, integrado à disciplina e realizado no decorrer dela, consecutivamente com as aulas teóricas, ou seja, a primeira parte da aula era dedicada à apresentação e discussão do conteúdo programático e a segunda parte ao desenvolvimento do “projeto de ensino”.

Nas primeiras ofertas da disciplina, entre 2012 e 2014, para a realização do “projeto de ensino” foi solicitado aos discentes que se organizassem em trios, definissem “temas” que correspondiam a categorias profissionais de seu interesse, revisassem a literatura e levantassem fontes históricas e documentais (jornais locais, registros públicos etc.) e, finalmente, fizessem “mini-pesquisas” empíricas de acordo com as possibilidades de aproximação, convívio e entrevista. Naquelas primeiras turmas foram retratadas diversas categorias profissionais presentes na região sul do RS e também algumas relacionadas às atividades pesqueira e portuária em Rio Grande. Foram apresentados trabalhos sobre faroleiros, estivadores, práticos, pescadores artesanais e também sobre agricultores/as, comerciantes, cuidadoras/es, professoras/es, trabalhadoras domésticas etc. Contudo, como a escolha da categoria profissional dava-se no início do processo, sem considerar a viabilidade do acesso aos trabalhadores, alguns grupos conseguiam conversar, conviver ou entrevistar trabalhadores e outros não. O que levou a uma revisão na metodologia do projeto.

Nas ofertas subsequentes, entre 2015 e 2017, o “projeto de ensino” foi alterado para a “História de vida de trabalho de trabalhadores da região sul do RS”. Tratou-se de uma mudança sutil mas que possibilitou pré-definir um método de trabalho empírico para as duplas de discentes, qual seja, a realização de entrevistas de longa duração sobre a “história de vida de trabalho” de pessoas idosas, preferencialmente familiares dos estudantes que já estivessem aposentados/as. Essa opção facilitou o acesso aos trabalhadores entrevistados e resultou em entrevistas realizadas em tempo hábil para que fossem apresentadas e discutidas em sala de aula, o que concretizava, exemplificava e enriquecia o debate conceitual.

Devido à tramitação do processo de redistribuição (transferência) do professor Egeu Esteves para a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, em 2018 a disciplina de PST foi planejada em conjunto e ministrada pelo professor Fábio Dal Molin. Para essa edição foram acrescentados novos objetivos à disciplina: apresentar as distintas abordagens da Psicologia Social do Trabalho, a partir de uma análise histórica do desenvolvimento do campo, em uma perspectiva crítica; entender os processos de socialização e os fenômenos psicossociais relacionados, com a formação das identidades, as instituições e os papéis sociais; compreender o papel da memória social na socialização e no enraizamento; e apresentar casos de pesquisa e intervenção em Psicologia Social do Trabalho. As aulas foram organizadas em três unidades: “O campo e as raízes da psicologia social”; “Interação

simbólica e socialização no contexto laboral”; e “Interação social e condição humana”. Por fim, a disciplina foi dividida em dois momentos, teórico e prático-vivencial, na qual foi realizada a atividade de entrevista de “História de Vida de Trabalho” com depoentes aposentados ou em processo de aposentadoria, além de trabalhadores informais ou em profissões “novas” ou “não convencionais”.

Também em 2018, a professora Geruza D’Avila ingressou na FURG, assumindo as disciplinas relacionadas ao trabalho. Nesse período, também conseguimos solicitar à Biblioteca Central da FURG a compra dos livros que levam o nome da disciplina.

Assim, em 2019, após a troca de docentes, a disciplina de PST foi realizada no primeiro semestre e organizada em três unidades programáticas. Na primeira unidade as temáticas foram: “Conceituando a categoria trabalho; A divisão social do trabalho; O mundo do trabalho na contemporaneidade”. Na segunda unidade programática estudamos “A relação subjetividade e trabalho; Identidade e participação no trabalho; Práticas cotidianas e processos de significação; “A função psicológica do trabalho” e as demais clínicas do trabalho” e, finalmente, na terceira unidade os conteúdos foram “Trajetórias laborais nos diversos contextos (urbanos; rurais); Trabalho e Gênero; Saúde do/a trabalhador/a e Saúde Mental e Trabalho”. Foram solicitadas três avaliações, um exercício a partir das entrevistas descritas em Patto (2009); uma prova individual e a elaboração de um projeto de pesquisa e/ou intervenção na área, em grupo. Alguns estudantes dessa turma buscaram relacionar seus projetos de TCC aos conteúdos da disciplina e, três estudantes realizavam seus estágios em uma escola municipal, sempre integrando aspectos laborais em suas práticas.

5 Relatos de experiência durante a pandemia

Em 2020, realizamos duas aulas presencialmente e, em seguida, as atividades acadêmicas foram suspensas devido à crise pandêmica face ao novo coronavírus. Nesse período buscamos enviar materiais para os estudantes matriculados, mas era tudo muito incerto quanto à retomada das atividades híbridas ou presenciais. Por outro lado, reorganizamos as reuniões para o formato remoto - antes presenciais na recém inaugurada sala do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito (NETCOS)³². As pesquisas foram adaptadas para o modelo remoto e, seis trabalhos de conclusão de curso foram gestados nesse período, sobre Economia Solidária, Educação de Jovens e Adultos e Saúde do Trabalhador, entre outros, predominando os percursos qualitativos de investigação. Destacamos também a viabilidade de um estágio obrigatório realizado junto a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) vinculado à Secretaria do Município de Saúde (SMS).

Em julho de 2020, a FURG aprovou a Deliberação 23 (FURG, 2020b) sobre as atividades acadêmicas em período emergencial. As atividades da disciplina foram retomadas em 14 de setembro de forma remota, com auxílio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle. Os encontros síncronos continuaram ocorrendo uma vez por semana em período noturno via *Google Meet* e os materiais foram disponibilizados ao AVA para que os/as estudantes pudessem acessá-los. No formato remoto, a disciplina contou com a participação de duas monitoras e de uma estagiária de docência³³, o que permitiu ampliar a comunicação entre discentes e a docente.

³² O NETCOS é coordenado pela profa. Maria Chalfin Coutinho (UFSC) e vice-coordenado pela primeira autora do presente capítulo. O Núcleo começa a fazer parte das atividades acadêmicas da FURG em 2018, quando seu regimento é aprovado na Universidade (FURG, 2018).

³³ Agradecemos a participação das monitoras Caroline Sebage Pereira e Rhândrea Lucas da Silveira e, da estagiária de docência, Graziela Rodrigues, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FURG, em sua primeira turma. Todas as estudantes são integrantes do NETCOS.

Em maio de 2021 a FURG aprovou o calendário do ano letivo (FURG, 2021) e, nesse sentido, as aulas da próxima turma da disciplina de Psicologia Social do Trabalho iniciaram em junho e seu encerramento previsto para outubro. Nestes quatro meses de aulas, a disciplina se manteve em formato remoto, alternando encontros síncronos e atividades assíncronas, tais como as leituras, produção escrita, visualização de vídeos e documentários produzidos por grupos de pesquisa desta e de outras universidades, como, por exemplo, o Laboratório de estudos e pesquisas Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (TraMPos/USP)³⁴ e o Grupo de Pesquisa Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GPTM) da Universidade de Campinas (UNICAMP)³⁵.

A expectativa para a nova turma é de que possam ser retomadas as produções escritas e orais sobre o trabalho no cotidiano dos/as estudantes, numa perspectiva aproximada com o projeto anteriormente mencionado sobre a “história de vida de trabalho”. Essa turma também contará com a presença de um monitor que auxiliará quanto à comunicação entre a docente e os/as discentes e quanto ao processo de aprendizagem dos mesmos. Ainda que o formato remoto tenha uma série de limitações - que escapam do escopo deste capítulo, é essa a possibilidade que se apresenta neste momento pandêmico.

6 Relatos de experiência na Residência Multiprofissional e Saúde da Família

Antes de finalizar o breve relato, gostaríamos de incluir nossa atuação junto ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) da FURG, “uma pós-graduação lato sensu com caráter marcadamente extensionista” (Esteves, 2018). A primeira autora ingressou na RMSF em 2020, ano da pandemia e, o segundo autor deste capítulo foi docente até abril de 2018. Nessa pós-graduação houve a possibilidade de conhecer a realidade dos/as trabalhadores/as da área da saúde, assim como alguns trabalhadores/as do território em que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) atua. Alguns trabalhos produzidos em conjunto com os/as residentes denotam a abertura para apresentar e discutir a Psicologia Social do Trabalho, em especial, num dos módulos do componente curricular que problematiza o Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2020, houve a oportunidade de ministrar a aula “Organização do Trabalho e Gestão do SUS”, discutindo tais temáticas com os/as residentes sob a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. Nesse mesmo ano, o projeto para o trabalho de conclusão de residência ocorreu de forma coletiva entre os três núcleos profissionais, Psicologia, Educação Física e Enfermagem, aproximando os/as docentes e profissionais de distintas áreas e dialogando sobre a categoria trabalho, considerando que o projeto versa sobre a saúde dos trabalhadores da ESF no município.

7 Algumas considerações

Ao retomarmos o contexto de criação da disciplina, sua implementação e relações com outras atividades acadêmicas, refletimos sobre a relevância desse campo de estudos para a formação em Psicologia. Desde o primeiro oferecimento da disciplina de Psicologia Social do Trabalho, em 2012, vários discentes buscaram continuar seus estudos e aplicar o que aprenderam a realidades laborais locais e/ou desenvolver pesquisas na área, ainda durante a graduação, em projetos de Iniciação Científica ou de TCC, ou posteriormente, em projetos de mestrado e doutorado.

³⁴ Maiores informações disponíveis em <http://www.ip.usp.br/site/laboratorio-de-estudos-e-pesquisas-sobre-trabalho-movimentos-sociais-e-politicas-sociais-trampos/>

³⁵ Maiores informações disponíveis em <https://www.mundodotrabalho.ifch.unicamp.br/pt-br>

Como exemplos de relações tecidas pelos docentes da disciplina de PST e outros dispositivos pedagógicos do curso, podemos citar amplamente a aproximação dos docentes da disciplina: com a supervisão de estágios específicos (obrigatórios), com a realização de projetos de extensão, e com a orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Do lado dos discentes, pôde-se recuperar a relação entre os temas trabalhados na disciplina de PST e os temas escolhidos para os trabalhos de conclusão de curso. A listagem de TCCs orientados pelos docentes da disciplina, em seu período de atuação na FURG, ajuda a evidenciar o nexos presente nas escolhas dos discentes:

1. Vivian Walter Einhardt. **Análise Sócio-Técnica de uma Metalúrgica**. 2011.
2. Fernanda Czarneski Borges. **Concepções de profissionais, usuários e familiares sobre um projeto de rádio e jornal no CAPS Conviver - Rio Grande**. 2012.
3. Lauro Miranda Demenech. **Análise Sócio-Técnica da organização do trabalho em uma empresa produtora de arroz**. 2013.
4. Dímitri Fossati. **Discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho**. 2014.
5. Marlon Freitas de Campos. **Trabalho, risco de desemprego e sofrimento: uma discussão sobre o caso dos trabalhadores da FAHERG**. 2014.
6. Paola Nunes Goularte. **História de vida e de trabalho: Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Artesanais Profissionais da Vila São Miguel (COOPESMI)**. 2014.
7. Mayara Galvan dos Santos. **A relação entre trabalho e sofrimento psíquico sob a perspectiva de usuários e ex-usuários de um centro de atenção psicossocial**. 2015.
8. Charlene da Costa Bandeira. **Coletivo Macanudos: espaço de acolhimento e resistência. ?sobrevivências? dos alunos negros no espaço universitário**. 2019.
9. Sandra Rodrigues Ongaratto. **Trajetória de vida laboral de um estudante da Educação de Jovens e Adultos**. 2020.
10. Claudia Mara Amaral da Silveira. **Vó Celina Macanuda: síntese biográfica a partir do relato de experiência na presidência da Comunidade Quilombola Macanuda**. 2021.
11. Maiara Vilas Boas Morciani. **Agente Comunitário de Saúde e suas ações na pandemia do Covid-19 no Município de Rio Grande**. 2021.
12. Daiane Melissa Flores Bibiano Pires. **Histórias de Vida e a constituição da Economia Solidária no município de Rio Grande**. 2021.
13. Rhândrea Lucas da Silveira. **Os sentidos atribuídos à relação do trabalho com o processo saúde-doença pelos profissionais que atuam na Atenção Básica, na Estratégia em Saúde da Família, em Rio Grande/ RS**. 2021.

Como pode ser observado, os trabalhos com essas temáticas iniciam em 2011, ano seguinte ao ingresso na FURG do primeiro professor da disciplina, e ganham diversidade temática em 2014, dois anos após o início da disciplina de PST. Há um intervalo entre 2016 e 2018, período de transição entre os docentes da disciplina. E há uma rápida retomada de trabalhos na temática em 2019, no ano seguinte ao ingresso da segunda professora da disciplina.

8 Considerações finais

Com tudo isso, esperamos que outros/as acadêmicos/as do Curso de Psicologia da FURG possam desenvolver estudos e intervenções na área de Psicologia Social do Trabalho, ampliando a divulgação da disciplina nesta e em outras universidades. Outra importante expectativa é que se possam tecer redes de relações sociais na Psicologia em diálogo com outros campos do saber. Uma possibilidade seria ampliar as discussões realizadas na disciplina para outros cursos de graduação, refletindo sobre as possíveis contribuições e interlocuções do/a psicólogo/a social do trabalho para outras áreas do conhecimento. Essa seria uma proposta de ensino necessária para dialogar sobre as “Profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo” (Antunes, 2018, p. 31). No Brasil, por exemplo, além das reformas trabalhista (Brasil, 2017) e previdenciária (Brasil, 2019), outras tantas transformações vêm ocorrendo, ao mesmo tempo que imperam os desafios impostos pela pandemia, como expõe Antunes (2020).

Além das propostas de pesquisa e de ensino destacadas, há possibilidade também da criação de projetos de extensão e de estágios curriculares na área. Como mencionado anteriormente, no ano de 2020, em meio à pandemia, o acadêmico Mattheus Pessano realizou estágio obrigatório junto a VISAT, numa primeira oportunidade de intervenção em Saúde do Trabalhador sob a forma de estágio no curso. Outras atividades como esta poderão ser elaboradas na intenção de ampliar o alcance das discussões e intervenções realizadas neste campo de estudos. Para finalizar nosso capítulo, gostaríamos de retomar as palavras de Antunes (2018, p. 23):

Ficam muitas indagações a que *O privilégio da servidão* procura oferecer respostas. Que estranho mito foi esse do fim do trabalho dentro do capitalismo? Terá sido um sonho eurocêntrico? Por que o labor humano tem sido, predominantemente, espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização, numa era em que muitos imaginavam uma proximidade celestial? E mais: por que, apesar de tudo isso, o trabalho carrega consigo coágulos de sociabilidade, tece laços de solidariedade, oferece impulsão para a rebeldia e anseio pela emancipação? (grifos do autor).

Referências

Antunes, Ricardo. (2018). *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo. (2020). Capitalismo virótico: um sistema destrutivo que só será superado através das lutas sociais, diz Ricardo Antunes. *Democracia e Mundo do Trabalho*. <https://www.demdebate.com.br/capitalismo-virotico-um-sistema-destrutivo-que-so-sera-superado-atraves-das-lutas-sociais-diz-ricardo-antunes/>

Bastos, Juliano Almeida e Oliveira, Flávia Manuella Uchôa de (2019). Cadernos de Psicologia Social do Trabalho: metassíntese da produção publicada em duas décadas. *Psicologia e Sociedade* [online]. 31 <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31214493>

Bernardo, Marcia Hespagnol; Sousa, Caroline Cristiane de; Garrido Pinzón, Johanna & Souza, Heloisa Aparecida de (2015). A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre possibilidades de intervenção. In Maria Chalfin Coutinho, Odair Furtado & Tânia Regina Raitz (Orgs.). *Psicologia Social e trabalho [recurso eletrônico]: perspectivas críticas*. Coordenadores da coleção Ana Lúcia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. Florianópolis: ABRAPSO Editora/Edições do Bosque CFH/UFSC. pp. 16-39.

Bernardo, Marcia Hespagnol; Sousa, Caroline Cristiane de & Garrido Pinzón, Johanna (2013). Psicologia Social do Trabalho: Possibilidades de intervenções. In Marcia Hespagnol Bernardo, Raquel de Souza Lobo Guzzo & Vera Lucia Trevisan de Souza (Orgs.). *Psicologia Social: perspectivas críticas de atuação e pesquisa*. Campinas: Alínea.

Brasil (2017). Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm

Brasil (2019). Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. *Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm

Coutinho, Maria Chalfin; Bernardo, Marcia Hespagnol & Sato, Leny (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

Esteves, Egeu Gómez (2018). *1o colocado no Processo Seletivo de Redistribuição nº 01/2017 da Unifesp. TEMA: Políticas Urbanas*. Universidade Federal de São Paulo. Campus Zona Leste da UNIFESP. https://www.unifesp.br/campus/zonaleste/images/campus_zona_leste/documentos/Artigos/Destaque/Not%C3%ADcia%20primeiros%20aprovados/entrevista_egeu.pdf

Maciazeki-Gomes, Rita de Cássia; Cardoso, Jackson Pereira; Silva, Andressa Silveira da Silva; D'Ávila, Geruza Tavares & Silva, Édio Ranieri da (2021). Das imagens nos cinco Atos de "O que pode a Psicologia Social em meio à pandemia do Coronavírus?". *Expressa Extensão*, 26 (1), 475-482. <https://doi.org/10.15210/ee.v26i1.19691>

Patto, M. H. S. (Org.) (2009). *A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pereira, Maristela de Souza (2020). A Psicologia Social do Trabalho como campo de práticas, saberes e resistências. Resenha. *Psicologia & Sociedade*, 32. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32i192604>

Pulido-Martinez, Hernán Camilo (2020). “Psicologia Social do Trabalho”: una intervención para el mundo laboral en América Latina. Resenha. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23 (1), 109-114. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p109-114

Trabalho e processos organizativos na contemporaneidade, Grupo de trabalho (2006). Histórico, propostas e objetivos, produção e avaliação, in: Koller, Silvia Helena; Trindade, Zeidi Araujo; Toneli-Siqueira, Maria Juracy; Guzzo, Raquel Souza Lobo; LoBianco, Anna Carolina (orgs). *11o. Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp* (Anais). pp. 271-274. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2012). *Projeto Político Pedagógico do curso de Psicologia*. Rio Grande: Pró-Reitoria de Graduação. https://psicologia.furg.br/images/ppp_psico_2012.pdf

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2013). Deliberação 4. *Dispõe sobre alterações curriculares no curso de Psicologia*. <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/5-camara/2013/deliberacao-004-2013>

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2017). Deliberação 60. *Dispõe sobre alteração curricular no curso de Psicologia*. https://psicologia.furg.br/images/deliberacao602017_alteracao_curricular.pdf

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2018). *Regimento do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito (NETCOS)*. https://psicologia.furg.br/images/NETCOS_Regimento_revisado.pdf

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2020a). Plano de Ensino. Psicologia Social do Trabalho - código 10495. Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI).

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2020b). Deliberação 23. *Dispõe sobre as Diretrizes Acadêmicas Gerais para o ensino de graduação durante o período emergencial*. <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2020/deliberacao-023-2020>

Universidade Federal do Rio Grande [FURG] (2021). Deliberação 12 de 7 de maio de 2021 do Conselho De Ensino, Pesquisa, Extensão E Administração. *Dispõe sobre o Calendário Emergencial 2021 – 2022*. <https://conselhos.furg.br/deliberacoes/coepea/pleno/2021/deliberacao-012-2021>

Capítulo 10

**Reflexões trans em escritas pandêmicas:
um breve diálogo com a Psicologia Social**

“Bom é ser anjo, sem gênero, etnia, sem rótulos....

Etiquetar é invenção humana, não basta ser humano, temos que rotular.”

João W. Nery

*Renato Monteiro³⁶
Alexandra Costa.*

Introdução

Este texto surge do diálogo que ocorreu em um dos encontros virtuais realizados pelo Núcleo Sul Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) a fim de pensar “O que pode a psicologia social em meio a pandemia de coronavírus?”. Naquela oportunidade, conversamos sobre a transgeneridade a partir do projeto de extensão universitária TransGarçonne da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)³⁷.

A proposta desta reflexão, desenvolvida por duas pessoas trans - Alexandra Costa (mulher trans intersexo) e Renato Monteiro (homem trans), é realizar um diálogo trazendo breves referências sobre a transgeneridade, baseando-se, sobretudo, nas trajetórias e vivências pessoais enquanto pessoas trans em meio à pandemia de covid-19.

O texto se organiza em três dimensões: a primeira se detém no entendimento da transgeneridade considerando o momento político e o acesso às trans tecnologias, a segunda dimensão enfoca as questões éticas do profissional de psicologia e o sofrimento psíquico no contexto da pandemia de covid-19. A terceira traz reflexões sobre a complexidade da constituição identitária das pessoas trans considerando feminilidades e masculinidades, bem como a questão da “passabilidade” e o problema do binarismo de gênero.

1. Transgeneridade: a transgressão das normas binárias de gênero

Inicialmente, buscamos apresentar um panorama sobre a transgeneridade tecendo um ponto de partida comum. Para isso, nos debruçamos sobre a palavra trans e termos correlatos buscando justificar a perspectiva que adotamos, ainda que seja evidente a diversidade de concepções dentro do contexto das vivências trans e concepções científicas sobre o assunto. Em seguida, traçamos algumas ponderações sobre a transgeneridade no atual momento político do país, que tem se caracterizado pelo recrudescimento conservador. Apontamos o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma conquista social, sinalizando o potencial uso das trans tecnologias como mecanismo para a obtenção de qualidade de vida e para a redução do sofrimento psíquico.

Há um relativo consenso no uso do termo pessoa “trans” enquanto categoria capaz de englobar diferentes expressões identitárias, tais como travesti, mulher transexual e homem trans

³⁶ Dedico este texto à Cláudia Magalhães Cereto, psicóloga que me acompanha na descoberta de ser (a)gente no mundo.

³⁷ O projeto TransGarçonne (@transgarconne) é coordenado pelos professores Renato Monteiro e Breno Cruz (UFRJ). O TransGarçonne é um curso de educação profissional gratuito voltado para pessoas trans, que tem como objetivo contribuir para o fortalecimento de trajetórias de vida e de trabalho, visando a ampliação do potencial de empregabilidade no mercado de Gastronomia, mais precisamente, para atuação no setor de atendimento em hotéis, bares e restaurantes.

(Carvalho, 2018), ainda que cada uma dessas identidades guarde especificidades. Neste capítulo, adotamos o termo trans por considerá-lo mais abrangente, entendendo como parte desta categoria as diferentes formas de identidade de gênero que transgridem o sistema hegemônico binário cis-normativo, incluindo as pessoas não binárias, a-gêneras, intersexo, gênero fluido, entre outras expressões de gênero. Há de se considerar ainda, como atenta Almeida (2012), que a transexualidade é uma experiência identitária complexa que limita a definição de um conceito universal, sendo atravessada por diferentes marcadores sociais no contexto da interseccionalidade.

A sociedade ocidental moderna se organizou em torno da binaridade de gênero. Ao nascer e sermos socializados, devemos obrigatoriamente nos identificar enquanto “homem” ou “mulher” tomando como parâmetro a binaridade cisgênera. O termo trans funciona como um guarda-chuva para as identidades que divergem (transgridem) do sistema normativo de gênero que se consolidou ao longo do tempo. A estrutura cis-normativa impõe a cisgeneridade como o padrão socialmente aceito. Naturalizado enquanto norma, ser cis se torna a única forma credível de existência de gênero. Se pensada através da crítica à racionalidade ocidental moderna (Santos, 2008), poderíamos associar a cisnormatividade à existência de uma monocultura de gênero que coloca no lugar da não existência outras identidades de gênero que são tornadas invisíveis ou desviantes. Assim, oculta-se, uma ecologia das formas de ser (a)gente no mundo.

O termo trans (pessoa transgênera) advém do latim e significa lado oposto, algo que está além; enquanto o termo cis (pessoa cisgênera) diz respeito ao mesmo lado, a conformidade (Lanz, 2017). A química utiliza o latim cis e trans nas nomenclaturas das moléculas orgânicas. Os isômeros são substâncias orgânicas que apresentam a mesma fórmula molecular, porém características estruturais diferentes, como em relação à posição que os átomos ocupam em uma cadeia. No caso dos cicloalcanos, o isômero cis, por exemplo, é aquele em que os substituintes (átomos ligados à cadeia cíclica) estão do mesmo lado do anel, enquanto que no isômero trans os substituintes ocupam posições contrárias, um está acima e outro está abaixo. Neste caso, não há julgamento ético ou moral. Podemos considerar ainda que a posição alternada (e não eclipsada) dos isômeros trans tendem a gerar uma menor tensão no anel (angular, de torção e esférica), sendo os isômeros trans moléculas mais estáveis!

Se na química somos moléculas trans mais estáveis, na sociedade ocidental nos tornamos outsiders! Precisamos desnaturalizar a suposta conformidade estabelecida de que a pessoa que possui determinado órgão sexual, reprodutivo ou condição genética, necessariamente pertence ao gênero que socialmente lhe é atribuído ao nascer em função de marcadores biológicos, tais como: vulva/útero/xx = mulher e pênis/próstata/xy = homem. Essa equação não fecha!

Tanto a palavra “transexual” quanto “transgênero” utilizam o prefixo “trans” (tra-, tras-, tres-), que advém do latim “através de, para além de” (Cunha, 1986, p. 781). O uso do termo transexual nos soa demodê diante do acúmulo de discussões que perpassam o tempo presente, pois se refere a um termo que se constitui a partir do “sexual” limitado ao sexo, aos caracteres biológicos, o que nos leva a preferir o termo transgênero, colocando em relevo o gênero em sua dimensão cultural. Em suma, concordamos com Letícia Lanz (2017) que entende a pessoa transgênera como aquela que transgredir as normas do dispositivo binário de gênero, pautado na imagem tradicional do que é ser homem/mulher ou masculino/feminino.

As pessoas trans são dissidentes de gênero se consideramos como critério de classificação a existência de uma monocultura cisgênero-normativa, pois de fato não possuímos nenhuma inconformidade, o que existe é o argumento reducionista de que certas características biológicas correspondem linearmente a determinado gênero. Desta forma, a identificação com o gênero que difere do que é preconizado pelo “cis-tema” ideológico como normal produz historicamente a

leitura de nossos corpos como o que deve ser estirpado em razão de ameaçar uma suposta ordem natural. Atravessar a fronteira política do gênero em “uma sociedade dominada pelo axioma científico-mercantil do binarismo de sexual” pode significar cruzar um dos maiores desafios postos pela humanidade:

Um processo de redesignação de gênero numa sociedade dominada pelo axioma científico-mercantil do binarismo sexual, onde os espaços sociais, trabalhistas, afetivos, econômicos, gestacionais são segmentados em termos de masculinidade ou feminilidade, de heterossexualidade ou homossexualidade, significa cruzar aquela que talvez seja, junto com a raça, a mais violenta das fronteiras políticas inventadas pela humanidade (Preciado, 2020, p.33).

Diante dos grandes e pequenos desafios, a atuação da/do profissional de psicologia deve estar atenta a utilização dos termos, pois a adoção do termo “transexual”³⁸ reforça a patologização das pessoas trans. Nesta perspectiva, a pessoa transexual pode ser entendida como “indivíduo movido pelo transexualismo”, pelo “desejo que leva o indivíduo a querer pertencer ao sexo oposto, cujos trajes pode, até, adotar, além de esforçar-se tenazmente no sentido de se submeter a intervenção cirúrgica visando a transformação sexual (Ferreira, 2004, p.1976). Nota-se que esta definição, da terceira edição do dicionário Aurélio, não reflete os avanços percorridos nas últimas décadas pelos estudos de gênero, ainda que possa nos dias de hoje corresponder a concepção - desatualizada e desconectada da ciência - da qual compartilham alguns psicólogos.

As pessoas trans não apresentam necessariamente o desejo de dispor de uma genitália diferente da que possuem, tampouco de realizarem intervenções hormonais ou cirúrgicas, não sendo as características biológicas que definem o gênero, como observou Judith Butler sobre o caráter performativo do gênero e as normas regulatórias que reiteram a lógica hegemônica do sistema cisgênero-heteronormativo.

Desde muito cedo (pessoas trans e travestis), nos deparamos com diversas incertezas sobre o futuro, quando decidimos assumir e publicizar um gênero diferente daquele que nos foi atribuído ao nascer com o qual fomos socializados. O percurso pode ser doloroso, implica comumente em frustrar expectativas criadas em torno da nossa identidade de gênero, quiçá desde o “chá de revelação”. Este ritual misógino se assenta em “revelar” aos familiares e amigos, portanto, à sociedade, o gênero do recém-nascido a partir da identificação de seu órgão genital, o que diz muito sobre as expectativas que somos condicionados a corresponder desde a mais tenra idade.

Apesar das pessoas trans sempre terem existido, é cada vez mais comum identidades transgêneras se assumirem publicamente, tensionando as normas de gênero vigentes na sociedade (Lanz, 2007). Para a cartunista Laerte Coutinho, estaríamos vivendo no Brasil um despertar para a transgeneridade, um momento de queda dos véus, que se revelam identidades por muito tempo escondidas e invisibilizadas.

1.1 Entre avanços e retrocessos: das trans tecnologias ao “kit gay”

Recentemente, temos observado no Brasil o recrudescimento de uma onda conservadora de cunho moral que pode ser entendida em parte como uma resposta que emerge do ressentimento contra alguns avanços sociais adquiridos nas últimas décadas, como os pertinentes às questões

³⁸ Harry Benjamin foi um dos sexólogos pioneiros nos estudos sobre transexualidade, e chegou a estabelecer uma escala para definir “variâncias” da transexualidade, incluindo seis tipos: pseudo travesti, travesti fetichista, travesti verdadeiro, transexual não cirúrgico, transexual de intensidade moderada e transexual de alta intensidade (Carvalho, 2018).

LGBTQIAP+. Essa onda conservadora pode ser observada, sobretudo, a partir das jornadas de junho de 2013, do *impeachment* da presidente Dilma Roussef em 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república em 2018. A pesquisa realizada por Vieira Júnior e Pelúcio (2020) sobre as *fake news* (notícias falsas), que ocorreu entre 2015 e 2018, mostra a criação de um contexto no qual se espalhou um pânico moral assentado na ideia do medo e do abalo das estruturas hierarquizadas de gênero.

As estratégias analisadas, a partir do uso das mídias sociais, demonstraram a difusão do ressentimento e do ódio, sendo produzidos e replicados *memes* (textos sucintos de caráter humorísticos) sobre “ideologia de gênero”. Nessa perspectiva, a transgeneridade era vista como uma ameaça que deve ser rejeitada, quando não eliminada, a fim de se preservar a saúde social. Os estudos de gênero (teoria *queer* e estudos feministas) eram atacados e deslegitimados por meio de uma onda anti-intelectual e negacionista, capaz de transformar a política de educação para inclusão de gênero e sexualidade nas escolas em “kit gay”. Nesse processo, os autores observaram um movimento no qual se impõe o dever da purificação moral que passa a ser justificável como forma de realizar uma limpeza social. Assim, a existência de pessoas trans passa a ser demonizada e perseguida, sendo “autorizada” a eliminação do que corresponde a uma suposta ameaça à ordem social, percebida como homogênea e ordenada.

É possível que conquistas como a institucionalização do processo transexualizador pelo SUS tenha contribuído para aquecer o caldo conservador, negacionista e anti-intelectual observado por Vieira Júnior e Pelúcio (2020). Segundo Barbosa (2013), a partir dos anos de 1970, e sobretudo, nos anos de 1980, ocorreu a primeira cirurgia de transgenitalização no Brasil realizada pelo Dr. Roberto Farina. A prisão do médico, por lesão corporal, foi relatada por João W. Nery em seu livro “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”, onde conta as dificuldades para realização da cirurgia de transgenitalização, que foi interrompida em uma de suas etapas devido à prisão do médico acusado de mutilação (Nery, 2017).

João Nery nasceu em 1950 e se tornou uma das figuras mais importantes do ativismo social brasileiro. Seu legado é inegável para o entendimento da construção das masculinidades brasileiras, sendo uma referência para muitos homens trans e pessoas trans masculinas. Apesar de uma história cheia de percalços devido a busca por vivenciar o seu gênero de forma plena, em sua narrativa é possível encontrar leveza, sendo dotada de um humor inteligente e sensível, além de realizar uma crítica atenta ao momento histórico.

João era psicólogo e lecionava quando se tornou clandestino de si mesmo, pois com as transformações corporais assumiu de vez a identidade masculina, perdendo a credencial que lhe permitia atuar profissionalmente. Em seu livro, relata que, na primeira aula com as turmas, tinha que dizer em alto e bom tom o seu nome, Joana, na época. Era uma forma de se resguardar, para que não restasse a menor dúvida entre os alunos quanto à forma de tratamento, já que a expressão de gênero masculina poderia lhe deixar em situações embaraçosas na estrutura formal de ensino.

Recentemente, a publicação do livro póstumo “Velhice Transviada” conta um pouco de suas memórias enquanto “transvelho”, bem como a de outras pessoas “transidosas”, trazendo relatos e entrevistas marcantes de uma geração. Se João W. Nery tivesse nascido décadas mais tarde, poderia ter vivido de forma plena a profissão que escolheu como psicólogo e professor. João abriu caminhos, reinventou o paradigma. Sem dúvida nenhuma, é urgente, precisamos ler João!

É possível que as novas gerações não tenham o mesmo interesse pela realização de processos transexualizadores como a cirurgia genital, uma vez que o debate de gênero avança na sociedade evidenciando que não são as características morfológicas o que nos torna homem ou mulher,

havendo inclusive outras possibilidades entre os extremos como as pessoas não binárias. A busca pelo processo de transgenitalização, que marcou a jornada de João W. Nery, foi autorizado apenas em 1997 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), estando inicialmente restrito a alguns hospitais universitários do país (Carvalho, 2018). Em 2002, o CFM passou a permitir a cirurgia de transgenitalização feminina - a neocolpovulvoplastia (cirurgia de construção de vulva) - e a masculina - neofaloplastia (cirurgia de construção do pênis) - em qualquer instituição pública ou privada de saúde, desde que seguissem um programa rígido de seleção realizado por uma equipe multidisciplinar (Barbosa, 2013).

Pensando as diferentes experiências de transexualidade, é possível identificar alguns tensionamentos em torno das narrativas biomédicas adotadas pelo SUS, que se baseiam nas resoluções do CRM e nos critérios do CID e do DSM³⁹. Como aponta a pesquisa de Borba (2016), as experiências trans nem sempre correspondem ao padrão prescrito nos protocolos, o que faz com que as pessoas trans aprendam a vigiar e monitorar ações, discursos, corpos e gestos. Isso porque, para ter acesso à terapia hormonal, e/ou às cirurgias de redesignação sexual, é necessário que a pessoa seja considerada apta ao processo transexualizador, devendo se enquadrar no modelo de transexual esperado para aprovação no diagnóstico. Dessa forma, para ter o acesso à saúde garantido, o processo transexualizador, na perspectiva foucaultiana, disciplina e pune performances que contradizem ao padrão esperado pela equipe, fazendo com que as pessoas trans busquem se enquadrar na imagem do que seja ser um “transexual verdadeiro”.

É importante enfatizar que nem toda pessoa trans possui disforia em relação a genital, variando de pessoa para pessoa a relação que estabelece com o próprio corpo, como também o interesse de fazer uso de hormônios ou de realizar cirurgias. Apesar dos protocolos adotados pelas equipes multiprofissionais buscarem garantir que não haverá arrependimento da cirurgia, uma vez que pode se tratar de um procedimento invasivo e irreversível, devemos sublinhar que as únicas pessoas que podem de fato atestar a transexualidade (de si mesmas) são as próprias pessoas trans.

Neste contexto, é relevante o papel que pode desempenhar o acompanhamento psicológico para que a pessoa trans tome uma decisão amadurecida acerca do acionamento das trans tecnologias, como também, e talvez - principalmente, para que a pessoa consiga desenvolver mecanismos para lidar com as transformações advindas do processo de assumir um gênero considerado desviante pela sociedade, reconfigurando questões inerentes à vida como ocorre com qualquer outra pessoa cisgênera que realiza mudanças estruturais.

De todo modo, a possibilidade do acesso ao processo transexualizador - quando a pessoa deseja fazer uso das trans tecnologias, pode representar um significativo impacto na redução do sofrimento psíquico. As transformações obtidas não se limitam ao corpo, contribuem para melhorar a relação consigo atuando tanto na dimensão psíquica quanto social, na forma como a pessoa se vê e passa a ser vista pela sociedade, o que se traduz em um ganho significativo na qualidade de vida das pessoas trans. Devemos considerar ainda que o uso das trans tecnologias pode favorecer a redução de situações de risco, como no caso da expressão andrógina de gênero denunciar de forma mais proeminente a condição de desviante da norma, agravando a condição psíquica das pessoas trans diante do medo de sofrerem agressões como no caso do estupro corretivo, por exemplo. Enfim, é importante que o acompanhamento psicológico atue de modo a contribuir para que a pessoa

³⁹ As resoluções do CRM são baseadas em diagnósticos psiquiátricos pautados pelos critérios da OMS em seu Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) e pela Associação Americana de Psiquiatria em seu Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM).

trans tome uma decisão autônoma e consciente sobre o uso - ou não uso, das trans tecnologias, entendendo que não são as transformações corporais que definem o gênero.

2. Transgeneridade e a pandemia de covid-19

Apresentamos a seguir questões relativas à ética na atuação do profissional de psicologia, buscando pensar os desafios para o atendimento de pessoas trans em determinados contextos. Buscamos pontuar desdobramentos da pandemia de covid-19 na intensificação do sofrimento psíquico, sobretudo, em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

Muitos usuários(as) trans que chegam aos serviços de saúde se encontram em condição de vulnerabilidade psíquica, física e social, expressando intenso sofrimento, o que demanda acesso à assistência psicológica e social. Apesar da grande dificuldade de acesso e da limitação de recursos, a terapia hormonal e/ou a cirurgia de redesignação sexual permite a construção de uma rede de reconhecimento (Borba, 2016).

Neste sentido, podemos destacar a relevância da Resolução nº 1 de 29 de janeiro de 2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que se posiciona em relação aos princípios éticos e as condutas profissionais da/do psicóloga/o com vistas à reparação da transfobia e do preconceito. Entretanto, apesar da importância desta publicação, muitos profissionais de psicologia não têm acesso a ela ou possuem a crença de que o tratamento de pessoas travestis e trans seja o mesmo conferido às pessoas homoafetivas, deixando de levar em consideração potenciais riscos e situações de vulnerabilidade comuns em determinados contextos.

A criação de uma resolução dedicada às pessoas trans e travestis pode estar relacionada ao fato de estarem mais suscetíveis à violência e às condições que reforçam estigmas e estereótipos. A resolução veta práticas patologizantes e terapias de reversão de gênero, ou seja, entende que a transgeneridade não tem cura, pois não se trata de uma doença. A transexualidade rompe com os níveis de normatividade na medida em que abandona o eu normativo e transgride o que se entende como fator biológico de gênero. A patologização e as técnicas psicológicas de reversão de gênero acentuam o sofrimento psíquico. Por isso, a referida resolução busca salvaguardar não somente o respeito à identidade de pessoas trans e travestis, como também potencializa a criação de uma rede de atendimento e de proteção que contribui para a inclusão social.

Ao afirmar o compromisso ético-político do profissional de psicologia, o CFP reprova qualquer atuação que sobreponha opinião à ética profissional. Na prática, condena a atuação profissional que se norteia por ideologias pessoais, a exemplo de convicções de cunho religioso, que tendem a aumentar significativamente o sofrimento psíquico de pessoas trans e travestis.

Em um momento no qual vivemos a pandemia de covid-19, a sociedade experimenta algo que a comunidade trans em situação de vulnerabilidade sempre experienciou: a reclusão e a exclusão social. A pandemia tende a expor de forma mais veemente a fragilidade da saúde mental das pessoas trans devido ao aumento da crise econômica, do desemprego, da disseminação do vírus, da falta de vacinas, etc. O caos engendrado pela decadência política que se instalou no país tem autorizado o negacionismo que se reflete na inoperância das ações de políticas públicas na área da saúde durante a pandemia de covid-19. A falta de perspectiva reforça a atmosfera de pânico e medo, que transcende as barreiras do coletivo para a dimensão individual e subjetiva.

No que se refere ao isolamento social causado pela pandemia de covid-19, tem aumentado significativamente o tempo de convivência familiar. Neste contexto, as pessoas trans que dependem de seus familiares e que compartilham a mesma residência passam a estar mais expostas a diferentes

formas de preconceito e de violência. A não aceitação da identidade de gênero na família intensifica o sofrimento psíquico, não restando muitas opções para as pessoas trans sem fonte de renda que não seja sair de casa, se colocando em uma situação de extrema vulnerabilidade nas ruas.

O alto índice de desemprego, aliado à perspectiva da transfobia estrutural, contribui para que a população trans, principalmente as mulheres trans e travestis, se exponham a trabalhos noturnos na rua. O trabalho sexual comumente impõe a quebra das barreiras de proteção sanitária, como o distanciamento social e o uso de máscara, aumentando os riscos de contágio pela covid-19. Com a pandemia e as dificuldades de acesso ao serviço de saúde para o tratamento hormonal, cresceu a hormonização por conta própria, o que conseqüentemente aumenta os riscos à saúde da população trans mais vulnerável. Essas situações são mais comuns do que podemos imaginar.

Neste sentido, a psicologia social tem um papel fundamental a desempenhar, compreendendo as trajetórias de vida de indivíduos e grupos historicamente excluídos, problematizando a construção social da transgeneridade e contribuindo para a emergência de paradigmas que re-signifiquem a atuação dos profissionais de psicologia.

3. Desconstruindo gêneros: identidades trans para além do padrão

Por fim, buscamos traçar algumas reflexões sobre a construção e desconstrução de identidades de gênero, iniciando com as identidades travesti e mulher trans, e em seguida, abordamos a “passabilidade” e a binaridade de gênero.

3.1 Identidades femininas de gênero: travestis e mulheres trans

Existe um intenso debate sobre as identidades femininas de gênero, que se concentra normalmente na problematização do que é ser travesti e mulher trans no contexto da transgeneridade. Apesar de diferentes esforços, ainda é difícil oferecer uma definição do que é ser mulher trans e o que é ser travesti, pois a forma como cada uma se percebe depende exclusivamente de si. Nessa tentativa, é importante pontuar que a travesti não é aquela que usa a genitália para se prostituir por estar confortável com o próprio órgão genital, assim como a mulher trans não é aquela que odeia o próprio órgão genital e se desespera tentando pagar por algum procedimento estético.

O termo travesti é muito antigo, de origem latino-americana, sem tradução fora da América Latina. Sua origem no Brasil remonta a existências e resistências como a de Xica Manicongo, travesti que viveu como escrava no período colonial brasileiro. Já o termo mulher trans é recente, seu uso acabou, de certa forma, higienizando a identidade da travesti, colocando-a nos papéis binários de gênero. Travesti não é homem vestido de mulher, não é homem que performa experiências de mulher. Travesti é uma identidade feminina que não deveria ser encarada como pejorativa. Travesti não é uma personagem, não é alguém que se veste de algo. Travesti é uma identidade que resiste politicamente, que se reconstrói mediante ao caos, que exerce cidadania pelo simples fato de existir. Travesti é democracia, não é arte para entreter os outros, mas sim uma filosofia que cada travesti carrega, uma identidade única que cada travesti conhece e consegue definir, experienciar e viver, assim como a mulher trans.

A identidade feminina não necessariamente está ligada ao fato de ser mulher, mas sim de se descobrir dentro da feminilidade. A *drag queen* não é travesti, embora a *drag queen* (a exemplo de Pablo Vittar e Gloria Groove) experimente a feminilidade de forma artística, não necessariamente se encontra dentro dela o artista quando está fora dos palcos. Logo, ser travesti não é uma expressão artística.

Mediante tudo isso, podemos concluir que o que diferencia a mulher trans da travesti é que enquanto a primeira está dentro da binariedade (mulher = gênero feminino), a segunda não se enquadra na binariedade. Existem travestis que se enxergam como mulheres, existem travestis que se enxergam como mulheres trans e travestis ao mesmo tempo, ideia comportada no termo “transvestigênera” - criado por Érika Hilton e Indianare Siqueira. Existem travestis que se identificam apenas enquanto travestis. Não é porque a travesti não se vê necessariamente como mulher que não será tratada no feminino. Sendo uma identidade feminina devemos sempre dizer “a travesti”, “uma travesti”, pois ela não é um homem.

O porquê de adotar as especificidades da identidade de gênero travesti é pessoal e exclusiva de cada pessoa que se vê travesti. O porquê de adotar as especificidades de identidade de gênero mulher trans é pessoal e exclusiva de cada pessoa que se vê como mulher trans. A mulher trans não é mais legítima que a travesti por buscar o padrão binário. A travesti não é mais engajada politicamente que a mulher trans por ser a travesti um patrimônio transgênero histórico e cultural. Ambas estão transcendendo as lacunas da cisheteronormatividade. Ambas estão em seu lugar de fala e direito. Ambas estão quebrando padrões. Ambas estão sendo vítimas de ataques transfóbicos. Ambas resistem. Logo, merecem tratamento e respeito igual e equilibrado. Vale lembrar que graças às travestis que resistiram e lutaram no passado que pessoas trans podem usufruir hoje de suas identidades.

A ideia da travesti pode significar um terceiro gênero, como entende a psicóloga travesti Jaqueline Gomes, não é uma forma de excluir as travestis do círculo transgênero ou agir de forma seletiva, mas sim de potencializar uma identidade que tem mais de 500 anos de história, de luta e de engajamento em movimentos sociais.

3.2 A “passabilidade” e a desconstrução do binarismo de gênero

Uma das principais demandas dos movimentos internacionais de pessoas trans foi a despatologização da transexualidade enquanto transtorno mental. Em junho de 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) realizou mudanças significativas na Classificação Internacional de Doenças. O CID-11 deixou de classificar a transexualidade como transtorno mental. Assim, o “transexualismo” passou a ser classificado como “incongruência de gênero”, no capítulo das “condições relacionadas à saúde sexual”. Nesse sentido, é importante pontuar que a incongruência ou inadequação de gênero só faz sentido quando vista a partir da perspectiva cis-normativa. Neste paradigma - dispositivo de biopoder - homens são exclusivamente pessoas que possuem pênis e mulheres pessoas que possuem vulva, quando sabemos que o gênero é performativo, construído culturalmente, não devendo ser reduzido ao aspecto biológico.

Neste sentido, poderíamos imaginar o que aconteceria se quando ao nascer a identificação destas características fisiológicas não levasse a determinação do gênero, sendo o gênero identificado pela própria pessoa ao longo de seu processo de socialização. Diferente dos entusiastas do caricato “chá de revelação”, alguns familiares têm tido o cuidado de não associar a criança a cores ou brinquedos socialmente relacionados a determinado gênero, ainda que o gênero obviamente não possua cor.

Nery (2011) também relata a experiência da trans paternidade. Quando o filho confessou que preferia ficar na biblioteca ao invés de jogar futebol, e lhe perguntou se isso era coisa de veado, João respondeu que “homem não tem que gostar de futebol, nem mulher gostar de boneca. Que ser corajoso é poder demonstrar afeto e dizer o que pensa”. Assim, ia percebendo que não era igual aos outros, “não gostava de futebol nem mijava comigo. Sabia que podia chorar e manifestar suas

emoções. Não era alto nem sabia bater”. E conclui: “ensinei que o importante é o diálogo, melhor que a porrada. Sua vantagem era que as meninas o adoravam, era o preferido para conversar porque elas se sentiam compreendidas” (pp. 269 - 273).

Para falar das expectativas geradas desde a gestação, como responder à pergunta tão esperada durante o exame de ultrassonografia: - É menino ou menina?. A resposta “possui pênis” ou “possui vulva” evita reforçar a associação linear entre as características morfológicas e o gênero, como preconiza a ginecologista e obstetra Mariana Ferreira (@marimari_ferreira). No processo de socialização é importante que a família esteja aberta para acolher a criança, pois as expectativas criadas em torno do gênero podem gerar intenso sofrimento.

Paul B. Preciado nos conta que durante alguns anos transitou em um espaço no qual hoje denominamos “gênero fluido”. À fluidez choca-se com a dificuldade social de aceitar um corpo fora do binário sexual, e completa: “Não sou um homem, Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês” (2020, p.28).

Situar-se em uma expressão de gênero que negue a binaridade, que esteja na fronteira e entre os extremos, pode trazer mais riscos do que quando se define um gênero: masculino ou feminino, que se realiza a dita “transição” - uma viagem que não precisa mais ser solitária, como a de João, mas que talvez permaneça inconclusiva. A necessidade de uma “decisão” binária de gênero - homem ou mulher - é incapaz de comportar a complexidade da condição humana de gênero.

Segundo Almeida (2012), a terapia hormonal potencializa a “passabilidade”, termo que se refere à não identificação social da pessoa como transgênera, ou seja, favorece à leitura social da pessoa trans como cisgênera. A terapia hormonal e a retirada das mamas nos homens trans tornam o corpo mais próximo das expectativas sociais, o que contribui para evitar situações de violência. O resultado da terapia hormonal nos homens trans, devido ao uso da testosterona, costuma apresentar melhores resultados quando comparado ao mesmo processo realizado pelas mulheres trans, que fazem uso de anti-androgênicos e estrogênicos. Para o autor, o acesso a melhores resultados em relação a “passabilidade”, no caso dos homens trans, contribuiria para a invisibilidade, afastando-os da luta política, como o desejo de se tornarem mais um na multidão, tendo como consequência o fato das mulheres trans se sentirem mais solitárias na luta coletiva.

Na busca pela “passabilidade”, muitas mulheres trans desejam quebrar os ossos do pé para calçar tamanhos menores, raspam os ombros para deixar de ter as costas largas, prendem o volume dos testículos e ficam por horas sem urinar, gastam rios de dinheiro para realizar laser e encerrar os pêlos da barba; enquanto que, os homens trans colocam meia na cueca para simular um pênis, prendem a respiração e fazem feridas nos peitos para escondê-los por longas horas, navegam as farmácias em busca de fórmulas para aumentar a barba. Ou seja, já estamos errados em sermos trans, agora, não querer seguir o padrão já é demais, não é? Está na hora de normalizar que existem mulheres com pé grande, mulheres de costas largas, mulheres de barba, mulheres de pênis, mulheres de tudo. Precisamos normalizar a existência de homens de peitos, homens sem barba, homens de vulva, homens baixos, homens de tudo.

A busca para se adequar aos padrões cis-normativos costuma gerar sofrimento psíquico. O acompanhamento psicológico deve considerar o potencial sentimento de não adequação aos parâmetros culturais cisgêneros, bem como contribuir para que a pessoa possa fortalecer os mecanismos de construção do próprio gênero. Somos livres para construir uma identidade de gênero que nos corresponda. Nem sempre é fácil, pois como lidar com o sofrimento causado por não

atingir a “passabilidade” imposta pelo padrão, quando vidas trans são excluídas da zona de afeto por não serem vistas como pessoas possíveis de serem amadas. É comum observarmos a solidão da mulher trans e travesti, quando os homens não assumem o relacionamento perante a sociedade.

A busca pela “passabilidade” idealizada pode se traduzir em uma tentativa de tornar corpos menos trans e mais cis, como se assim pudéssemos ser portadores de direitos. A suposta normalidade, tantas vezes desejada, também carrega a armadilha que nos aprisiona no mesmo sistema que nos exclui. Não queremos nos passar pelo que não somos. E, como diria João W. Nery “ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece”.

Considerações Finais

As tramas da cultura tecem, desde a configuração da racionalidade científica moderna, o discurso sobre os corpos e a ética moral da vida em extensão, incorporam e reproduzem a partilha ocidental entre natureza e cultura. Precária é a nossa epistemologia ao tentar responder: o que é um corpo? O que pode um corpo trans?

Sobre aquilo que se situa entre, através e além, em um lugar indefinido, como os elétrons na eletrosfera, como iremos aferir o que não é mensurável? Habitamos sim, corpos como prováveis espaços situados nos orbitais da vida em constante movimento e transformação. O acionamento das técnicas dão sentido ao que nos torna humanos, a capacidade de realizar intentos, de prover projetos, de viver a vida em sua máxima potência de expressão: a felicidade humana.

Apesar do contexto pouco animador que vivemos no país, acreditamos que o conservadorismo se revela também porque avançamos em temas (e pautas) LGBTQIAP+ antes invisibilizados, sendo a dialética própria do que move a história e modifica a sociedade.

No ano do centenário de Paulo Freire precisamos recordar a sua contribuição para pensar a opressão sobre as pessoas que destoam da norma cisheteronormativa tornada referência. É preciso “esperançar”, sonhar utopias, resgatar sabedorias, ler João W. Nery. Diante da condição limite do cenário da barbárie, que nos deixa atônitos e paralisados - é mister tornar o presente uma incessante profusão de futuros inéditos viáveis!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, G. (2012). 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**, 20(2), 513-523.

Barbosa, B. C. (2013) "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latino Americana**, 14 (2), 352-379.

Borba, R. (2016). Receita para se tornar um "transexual verdadeiro": discurso, interação e (des) identificação no Processo Transexualizador. **Trab. Ling. Aplic.**, 55(1), p. 33-75.

Carvalho, M. F. L. (2018) "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos pagu**, 52.

Cunha, A. G. (1986). **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Nova Fronteira.

Ferreira, A.B.H. (2004). **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Positivo.

Lanz, Letícia (2017). **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Movimento transgêneras.

Preciado, P. B (2020). **Um apartamento em urano**. Zahar.

Santos, B.S. (2008). **A crítica da razão indolente**. Cortez.

Vieira Júnior, L. A. M.; Pelúcio, L. (2020) Memes, fake news e pós-verdade ou como a teoria de gênero vira uma "ideologia perigosa". **Estud. sociol**, 25 (4), p.87-113.

Nery, J. W (2011). **Viagem solitária**: memórias de um transexual 30 anos depois. Leya.

C a p í t u l o 11

**Narrativas do atuar em coletivo:
A importância da Participação no Movimento
Estudantil e de Formação
Política-Classista para Estudantes de Psicologia**

Notas de introdução às narrativas

Frente ao convite a pensar “*O que pode a Psicologia Social no contexto de pandemia de Coronavírus (Covid-19)?*”, em um espaço coletivo entre professores e estudantes de Psicologia da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), partimos de onde estamos inseridas na sociedade durante esse período, buscando trazer, por meio dessa comunicação, reflexões acerca da trajetória de psicólogas em formação na universidade pública e as vivências e discussões que nos trazem aqui até esse diálogo.

Ousamos partir da perspectiva experiencial para convidar, gentilmente, os interlocutores a pensar em um movimento coletivo, assim, caracterizando o texto como um relato de narrativas sobre as experiências das autoras (Clandinin & Connelly, 2015). Já aqui, desde o início, colocando em pauta as perspectivas da Psicologia Social, do quanto somos perpassados pelo momento histórico-cultural que encontramos, nas nossas relações de produção da vida.

Em um primeiro momento, queremos compartilhar, brevemente, vivências da nossa história que, de certo modo, situam e guiam nossas trajetórias. Ademais, fica evidenciado o quanto experiências e interações sociais reverberam na nossa construção social e profissional.

Semente Reflexiva⁴⁰

Conforta-me poder falar de uma perspectiva para além da acadêmica, de um saber que vamos tecendo desde o nosso nascimento, nos diferentes e não tão diferentes espaços sociais que vamos ocupando nas terras que nos encontramos. Desta feita, em um primeiro momento, compartilho aqui um breve olhar sobre minha trajetória até chegar no cenário atual.

Sou filha de pequenos agricultores, ceboleiros, e vivi com meus pais na zona rural, do interior de São José do Norte, no Rio Grande do Sul, até completar 18 anos. A realidade na agricultura é dura, tira-se o pouco suficiente para o sustento. A escola que estudei praticamente toda a Educação Básica ficava em um vilarejo há 7 km de onde eu residia, e lá no interior, a maioria dos estudantes não tinham perspectiva de seguir estudando. Boa parte dos alunos e das alunas, ainda hoje, evadem antes de concluir o ensino médio, pela necessidade de trabalhar para contribuir na renda familiar. Já eu, desde pequena, fui muito incentivada por minha mãe e uma tia a traçar o caminho até a Educação Superior, perspectivando melhores condições de vida.

Então, em maio de 2013, ingressei na FURG, não na minha primeira opção de curso, que era a Psicologia, mas em outro que eu tinha afinidade. E de lá para cá, experimentei muitas vivências transformadoras. Como discente em vulnerabilidade socioeconômica, adquirei o direito da Assistência Estudantil, em que por meio de auxílios (moradia, alimentação, transporte e bolsa permanência) foi viabilizada a minha permanência na universidade. Passei a residir na Casa do Estudante (CEU), pois não tinha condições financeiras de pagar aluguel ou algo do tipo na cidade.

A partir da entrada na universidade e na CEU, em contato com distintas pessoas, de diferentes partes do país, me aproximei de estudantes engajados no Movimento de Casas de Estu-

⁴⁰ Narrativa de Rhândrea L. Da Silveira.

dantes – MCE, movimento nacional que luta pelos direitos dos/as estudantes a terem moradia e demais direitos garantidos para permanecer na universidade e concluir seus cursos de graduação e, também, pós-graduação.

Participando de espaços e encontros coletivos de discussões passei a compreender a importância da luta coletiva da defesa das políticas públicas, como a da Assistência Estudantil, em que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em 2010, prevê recursos para “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010). Neste momento despertei para a luta no movimento estudantil. A cada roda de discussão e a cada troca, passei a compreender questões que antes nunca tinha ouvido falar, principalmente, da dimensão política que nos perpassa, da condição de filhos e filhas da classe trabalhadora, e do quanto nossos direitos conquistados são frutos de muita luta, inclusive, cotas sociais e raciais de acesso à universidade pública e gratuita (Brasil, 2012).

Em 2016, após a quinta tentativa de aprovação via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fui chamada para ingressar em um dos cursos de maior concorrência na FURG, o de Psicologia. E que alegria, era a conquista de um objetivo já almejado lá no ensino fundamental, em que eu, assim como, arrisco dizer, a maioria dos colegas estudantes e profissionais da Psicologia já tinham inquietações e desejos de compreender melhor como funcionam as pessoas, as relações humanas, a sociedade. E, me incomodava observar as desigualdades sociais, desigualdades de gênero e tantas outras injustiças sociais. Ainda que, numa situação muito ingênua na adolescência, eu já tivesse uma “sede”, uma vontade de fazer algo para mudar a realidade e a vida das pessoas.

Logo, dentro da Psicologia encontrei-me ainda mais, não só com os pressupostos da área da Psicologia Social Crítica, mas tive diálogos com colegas que também queriam agir para provocar transformações sociais. Então, além de Silvia Lane, de Lev Vygotsky, passei a ler filósofos como Karl Marx e Friedrich Engels, e o quão potente é estar em contato com esses autores. Foi, então, que me convidaram para participar de um coletivo de estudantes de formação política marxista-lenista, o “Outros Outubros Virão”, onde pude avançar na compreensão do funcionamento da sociedade e da nossa formação social.

Nos estudos e formações coletivas aprendi, principalmente, que cabe à classe trabalhadora, de forma conjunta, organizar-se desde o local de trabalho e estudo para poder lutar por melhores condições de vida e provocar transformações sociais, perspectivando a construção de uma sociedade mais humana e a superação da lógica capitalista.

Quimera insurgente⁴¹

Desloco-me do eixo em terceira pessoa, característico de escritas acadêmicas, para escrever sobre a narrativa das trajetórias que constituem a minha jornada na graduação. Com cuidadores tendo distintas trajetórias laborais e vivenciais, compartilho inicialmente, a minha vivência no contexto da ruralidade.

Durante minha primeira infância ocupei a realidade de muitas pessoas que habitam a zona rural, em um sítio próximo ao distrito de Vera Cruz, interior oeste do Paraná. O trabalho infantil é uma condição muito presente nessa existência de ruralidades, o estudo é distante, fisicamente distante, muitas vezes, não é visto como algo que possui retorno imediato e pode, então, ser deixa-

⁴¹ Narrativa de Jessica Isis Faria.

do de lado. Além disso, dificilmente, o ensino público ofertado em regiões periféricas aos centros urbanos oferece uma garantia em processos seletivos de educação.

Esta condição de vida me perpassou até os 8 anos de idade, quando minha família decidiu que o campo não produzia os frutos necessários para a continuidade daquela vivência, determinando, então, o êxodo rural na minha experiência familiar. Assim, sem a esperança de que houvesse um futuro próspero no campo, a moradia e vicissitudes dessas trajetórias se iniciaram em uma localidade periférica da cidade de Cascavel, também, região oeste do Paraná.

Durante todo meu trajeto de educação, estudei em escolas públicas, assim como, a saúde, a segurança e outros direitos humanos sempre me perpassaram na esfera da assistência social, muitas vezes sendo apresentados, somente, com o desmonte e a precariedade desses serviços públicos ou, então, sem a garantia de acesso aos mesmos.

Contudo, possuía muito incentivo no meu núcleo familiar para a continuidade dos estudos e, desde os primeiros anos na educação básica, me interessei pelas oportunidades que o conhecimento pode proporcionar, bem como, percebia nos estudos uma potencialidade para contar a minha história e de outras pessoas que vivenciam diariamente as desigualdades sociais multifacetadas no Brasil. Então, cabe a mim, dar um retorno aos incentivos e aos investimentos realizados durante a minha formação educacional. Além disso, ser a primeira pessoa na família a se graduar em uma Universidade Federal não é algo tão simples, há muitas expectativas envolvidas e muitos desafios, tanto para o ingresso quanto para permanência na graduação.

Durante o ensino médio tive a possibilidade de ingressar em uma escola com ensino integrado técnico, durante a formação em Administração no Centro Estadual de Educação Profissional Pedro Boaretto Neto (CEEP-PR) pude ter acesso a diversas áreas do conhecimento e, assim, a graduação tornou-se algo mais próximo e possível de ser almejado. Após a finalização do ensino médio, não passei no curso de primeira escolha, acreditava que por meio do curso de Direito poderia realizar mudanças e minimizar as injustiças sociais, além de ser uma profissão que exprimia um *status quo* valorizado na percepção de meus genitores. Continuei, então, com o desejo de continuar a busca por uma vaga em uma universidade pública. Após o ensino médio, trabalhava 10 horas por dia, de segunda a sexta, e estudava em um cursinho popular à noite, ofertado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) para estudantes de escolas públicas com vulnerabilidade socioeconômica. Tais acessos à educação, tanto no ensino técnico quanto no cursinho popular forneceram-me bases para alçar a graduação. Durante o período de solicitação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), gerenciado pelo MEC (2010) por meio do ENEM, escolhi de forma muito espontânea o curso de Psicologia, pensando o processo de escuta como algo de muita relevância na vivência de todas as pessoas, tanto a escuta de si quanto a escuta de outrem.

Considerando a minha condição de classe, procurei por universidades na região sul que dispunham de um programa em Assistência Estudantil, acabei elencando a FURG e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como possibilidades. Então, ingressei em 2018, com 19 anos, na FURG no curso de Psicologia, por meio da cota social L1: modalidade de ingresso para candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo.

Inicialmente, a universidade propõe um acolhimento, mas o processo de seleção para o auxílio moradia não foi possível de primeira, fiquei, então, no âmbito do alojamento e após 6 meses na graduação ingressei na Casa do Estudante Universitário (CEU) em meados de 2018. Encaro a estabilização na academia como distintos processos de luta, a trajetória até conseguir o básico de auxílios foi dificultosa e cheia de percalços. Neste contexto, o embate e desajuste encontrados no

curso eram grandes, pois alguns cursos são, majoritariamente, ocupados por pessoas que possuem condição de classe, de gênero e étnico-raciais demarcados por privilégios.

As angústias e os desencontros eram insurgentes em meus pensamentos e o questionamento sobre estar em uma estrutura de ensino que produz sofrimento e desconhece a realidade fora dos muros da instituição eram intensos. Contudo, após os anos iniciais, tive um encontro com a Psicologia Social que, para além de direcionar ao âmbito da vivência em diferentes contextos históricos, culturais e sociais, me permitia questionar e me possibilitou o direito à revolta frente às desigualdades e às injustiças sociais, visibilizando a atuação popular como fundamento para a modificação radical da ordem social de opressão e violência (Martín-Baró, 2017).

Neste complexo de ideias, pude me entender melhor até mesmo dentro do Movimento de Casas de Estudantes (MCE), enquanto mobilização popular, e tive a possibilidade de integrar conhecimentos à luta por direitos de assistência e permanência estudantil. Meu primeiro contato com a mobilização estudantil foi por meio do Encontro Regional de Estudantes da FURG (EREF) ao final de 2018, promovido pelo MCE, no qual pude conhecer a dinâmica multicampi da Universidade, além de outro território do extremo sul do Rio Grande do Sul, Santa Vitória do Palmar.

Logo depois, participei das movimentações realizadas na cidade de Rio Grande/RS em 2019, contra o governo opressor, denominadas #ELENÃO, somaram-se ao rol de atuação política e pública, pois uma sonoridade ecoava em minha mente: a luta unificada entre as/os estudantes e a classe trabalhadora. Neste percurso, entro em contato com a poesia marginal: Vida Loka é quem estuda! A educação tem um potencial transformador, como exprime o poeta Sérgio Vaz (2016, p. 102):

A VIDA É LOKA

Esses dias tinha um muleque na quebrada com
uma arma de quase 400 páginas na mão.
Umas minas cheirando prosa, uns acendendo poesia.
Um cara sem nike no pé indo para o trampo
com o zóio vermelho de tanto ler no ônibus.
Uns tiozinho e umas tiazinha no sarau enchendo a cara de poemas.
Depois saíram vomitando versos na calçada.
O tráfico de informação não para,
uns estão saindo algemados aos diplomas
depois de experimentarem umas pílulas de sabedoria.
As famílias, coniventes, estão em êxtase.
Esses vidas mansas estão esvaziando as cadeias
e desempregando os Datenas.
A vida não é mesmo loka?

Então, em meio ao movimento estudantil aceso, participei do Encontro Nacional de Casas de Estudantes (ENCE), na cidade do Rio de Janeiro, onde fui inundada por um sentimento de luta muito potente, que visou à reconstrução da articulação do movimento em âmbito nacional. Além disso, é emocionante ver pessoas marginalizadas dentro deste contexto elitista e excludente da Universidade se unindo por si e pelos seus, mas, principalmente, se ajudando de forma mútua

e amando a sua diversidade explícita. Assim, entrelaço a arte como forma de resistência de forma mais visceral, compartilhando produções audiovisuais, poesias e músicas periféricas, tal como Bia Ferreira (2017) observa em seus versos:

[...] Existe muita coisa que não te disseram na escola,
Cota não é esmola!
Experimenta nascer preto na favela pra você ver,
O que rola com preto e pobre não aparece na TV.

Coloco-me, então, como representante da Secretaria Executiva Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), no Núcleo de Diversidade, local que ocupo até o momento, por conta da pandemia de Coronavírus (Covid-19). É válido ressaltar que, a reivindicação de reconstrução do alojamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi atendida devido à mobilização realizada pelo MCE Nacional. Além disso, após a volta do ENCE, insurgiram muitas ideias e projetos para as moradias estudantis da FURG e, passamos a articular o movimento nacional de forma ativa e precisa novamente, constituindo assim a organicidade fluida do MCE. Ao final do ano de 2019, participamos de mais dois eventos: o Encontro Regional de Casas de Estudantes (Sul e Sudeste), com a temática “*Novembro Negro*”, em Pelotas/RS e a Reunião Presencial da SENCE, em Belo Horizonte/MG, com objetivo de nutrir e manter a articulação em ampla escala, operacionalizadas por meio dos núcleos de: Diversidade, Cultura, Administração, Finanças, Comunicação e Política. Tal evento foi o último momento de presencialidade até o período atual.

No início do ano de 2020, o MCE FURG promoveu uma série de atividades referente às acolhidas de novos moradores/as da CEU, incluindo auxílio em alojamentos, matrículas solidárias, visitas à cidade, inclusão de auxílio transporte, momentos de acolhimento⁴², dentre outros. Percebe-se, com o isolamento social, uma dificuldade muito intensa de moradoras/es com relação aos meios virtuais, em um panorama nacional muitos direitos à acessibilidade tecnológica não são proporcionados pelas Universidades. Logo, muitos projetos e idealizações de continuidade do MCE perderam a energia durante a pandemia. Ainda com baixo envolvimento da Secretaria Geral, realizamos um evento *online* (MCE OnLive)⁴³, discutindo temáticas acerca de diversidade, cultura e autocuidado, que influenciam a nossa vivência na moradia estudantil. Também, realizamos uma reunião *online* nacional para discutirmos a realidade das Casas de Estudantes na pandemia e o mapeamento de casos de Covid-19 nas residências.

Tais mobilizações sociais e políticas, reverberam na minha constituição e formação enquanto profissional, pois estes pensamentos e diálogos acerca de conceitos de decolonialidade, necropolítica e interseccionalidades, presentes nas discussões sobre diversidade enquanto performance do ser humano, propiciam a construção de uma perspectiva da Psicologia enquanto ciência e profissão que integra o sujeito ao seu contexto e sua narrativa de vida. Deixando de lado, desta forma, a reprodução de uma Psicologia estigmatizadora, patologizante, que acredita e tenta produzir um conceito de individualização/universalização nas multiplicidades de ser e agir da vida humana, que encarcera e aniquila a produção de subjetividades.

⁴² Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=aE2gOo9rW1w>.

⁴³ Acesso: <https://www.youtube.com/channel/UCa0m-jmA3x8NLPEzeH09GSw>.

Muitos pressupostos da academia possuem resquícios coloniais, autores e autoras são marginalizados e invisibilizados ao proporem discussões que deslocam a lógica de dominância e de privilégios, tais como: Frantz Fanon, Angela Davis, Juliano Moreira, Lélia Gonzalez, Abdias Nascimento, Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Judith Butler, Neusa Santos Souza, Virgínia Bicudo, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Grada Kilomba e muitas outras obras brasileiras e latino-americanas. Tendo isso em vista, penso que subverter a lógica classista e elitizada na universidade pública, pressupõe dar visibilidade à diversidade de referências possíveis dentro da Psicologia que abrangem dimensões além do saber-fazer psicológico, permitindo, deste modo, adentrar em outras áreas do conhecimento, que integrem a atuação em Psicologia, com o compromisso ético e político de ruptura com as relações de dominância e biopoder.

Vivências na Universidade: da luta pela permanência estudantil até as redes e aprendizados que construímos

Dentro do movimento estudantil, da universidade pública e gratuita, faz-se necessário lutar por melhores condições de estudo e de vida dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Logo, os centros e diretórios acadêmicos são instrumentos potentes de luta e organização política dos estudantes em seus cursos, bem como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e as frentes gerais que aglutinam as reivindicações que perpassam a coletividade.

Nesse sentido, a experiência de construir gestões do Centro Acadêmico da Psicologia e do Diretório Central dos Estudantes da FURG, além de frentes de lutas e ações práticas dentro do movimento estudantil são também processos formativos de construção de sujeitos, que percebem a potência e necessidade da luta coletiva, e de que é possível provocar mudanças. Vislumbra-se, assim, a potência da organização em prol de demandas coletivas, de traçar estratégias de enfrentamento, de resistência e de reivindicação. Indo ao encontro do que ressaltou Silvia Lane (2006), sobre a importância de profissionais de Psicologia voltadas/os à ação política, e comprometidas/os com a transformação social.

Na universidade, que não é uma bolha a parte da sociedade, dentro dos cursos, assim como o da Psicologia, são encontradas diversas barreiras, desde físicas até sociais-estruturais. Desde problemas de infraestrutura nas salas de aula até a reprodução de discursos opressores no viés de classe-raça-gêneros-sexualidades-corpos. Além disso, evidencia-se a dificuldade de prosseguir os estudos, vivida, por parte do corpo discente. Essas barreiras, somadas às dificuldades socioeconômicas, precisam ser ultrapassadas para a permanência qualificada e conclusão do curso.

Logo, a luta em defesa e pela ampliação da Assistência Estudantil: alimentação no restaurante universitário, auxílio transporte, moradia, auxílio infância para as mães e pais estudantes, por auxílio permanência para garantir o suprimento de despesas com material de estudo e, inclusive, demais necessidades, é fundamental. Os cortes de verbas e as ameaças ao ensino superior público e gratuito atacam as garantias desses direitos, por isso, faz-se necessário a ação do movimento estudantil aqui na realidade dos estudantes da FURG, dos estudantes de Psicologia para lutar por direitos e avanços, pela defesa da universidade que vem sendo intimidada pelos interesses privados, que buscam tornar tudo mercadoria e lucro.

Você deve estar se perguntando onde queremos chegar com esses relatos? Queremos fazer um convite à reflexão sobre o quanto o estudo e as movimentações coletivas são importantes. O quanto é necessário, enquanto estudantes de Psicologia e sujeitos da nossa sociedade, trabalhadores em formação, buscarem compreender a fundo a nossa sociedade, como se estrutura o nosso atual sistema econômico e, como o capitalismo organiza desde a produção da vida até a nossa

subjetividade. Instigar a busca por compreender a função do trabalho enquanto atividade humana primordial, enquanto principal ação na produção da sociedade e na constituição do que somos, enquanto pessoa humana, e buscar compreender profundamente a luta de classes, desde onde estamos inseridos.

E, pensando no contexto da pandemia de Covid-19 que assola o mundo, o quanto é importante compreender os determinantes sociais (Borghi, Oliveira & Sevalho, 2018). Como a atual situação da luta de classes e as facetas do capitalismo, para entendermos as situações que vêm acontecendo tanto no viés político-econômico, como sanitário e como são devastadoras as consequências de enfrentar uma pandemia dentro de um modo de vida que importa mais atenuar as quedas nas taxas de lucros dos grandes empresários e o quanto o estado se volta para salvar a economia em vez de traçar ações para preservar e salvar vidas.

Quem mais sofre nesse cenário? Como observa Antunes (2020) são aqueles que não têm a possibilidade de ficar em isolamento, nem podem escolher ficar na mansão no campo ou na cidade, como fazem os membros da classe dominante. Os filhos e filhas da classe trabalhadora, principalmente, os da população negra, são os que mais têm suas vidas ceifadas na pandemia, por já vivenciarem condições de vida e de trabalho mais fragilizadas. Àqueles e àquelas que vivem da venda de sua força de trabalho, para retorno financeiro e para suprir necessidades básicas, que precisam continuar, assim, submetendo-se à exploração diária durante a pandemia, para manter a geração de riquezas da burguesia, os governos pouco intervêm para garantir condições financeiras mínimas aos trabalhadores. O auxílio emergencial financeiro com um mísero valor foi ofertado durante poucos meses para parte desta classe. Nesse contexto, a pandemia, além de muitos óbitos deixará a classe trabalhadora ainda mais empobrecida, fragilizada e adoecida.

Resistência em meio às telas

Nós, trabalhadores em formação, estudantes de Psicologia, como estamos vivenciando e como sairemos dessa pandemia? Como estudantes, em geral, vimos e vivenciamos a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) a “*goela abaixo*”, tivemos pouco tempo para discutir e refletir sobre as devastadoras consequências que ele deixará. Além do que, em sua constituição já demarca a exclusão daqueles e daquelas estudantes que não possuem os equipamentos e os espaços ideais para a operacionalização do mesmo. Uma vez que, é sabido que o ensino virtual, da forma como foi/está proposta, acarreta diversas perdas no âmbito pedagógico, bem como impõe barreiras excludentes para as/os estudantes mais precarizados, pois exige uma internet de qualidade, aparelhos eletrônicos que suportam plataformas de estudo *online*, e a inclusão do estudo no âmbito doméstico.

Pessoas com maior vulnerabilidade socioeconômica, especialmente, pessoas negras que moram nas periferias e pessoas residentes em regiões distantes aos centros urbanos, encontram maiores dificuldades, reforçando assim a exclusão racial e social na educação superior. Outro exemplo de grupos dentro da classe trabalhadora que encontram mais dificuldades são as mães/pais/cuidadores discentes, pois precisam conciliar as atividades de estudo com as de cuidado, que dentro da nossa sociedade ainda são de responsabilidade das mulheres, tanto das tarefas domésticas, como dos filhos e da família, corroborando para o contexto da divisão sexual do trabalho (Pires, 2009).

Ademais, como mencionamos a pouco, já vínhamos em um processo de precarização da universidade pública, em que muitos institutos federais de ensino superior vinham encontrando dificuldades para pagar gastos básicos, como de energia elétrica. A baixa nos investimentos nas instituições públicas está dentro de um projeto neoliberal, para posterior derrocada e sucumbência

à privatização, projeto nitidamente articulado entre Estado e grandes empresas privadas do setor da educação. (Lusa et al., 2019)

Portanto, como estudantes de Psicologia, como corpo acadêmico, como movimento estudantil, temos muitos desafios para garantir uma formação digna até mesmo dentro da Psicologia, ainda mais nesse período de pandemia, no qual estamos mais distanciados. Vemos a necessidade, então, de ampliar discussões sobre como avançar coletivamente para tornar a trajetória acadêmica mais digna para os filhos e filhas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que é preciso traçar lutas de resistência contra os ataques à universidade pública e gratuita, e demais retrocessos nos nossos direitos arduamente conquistados. São muitos os enfrentamentos, contudo, quando conscientes da nossa potência coletiva, do quanto podemos provocar transformações sociais, podemos agir politicamente, nos fortalecendo a seguir tecendo redes e movimentos transformadores.

A universidade possibilita uma gama de espaços coletivos de construção de saberes e experiências que também contribuem para a formação profissional para além da sala de aula. Logo, a medida que o/a estudante entra em contato com diferentes discussões pode produzir novas compreensões, novos sentidos, conforme indicou Vygotsky (2010).

Antes da pandemia, muitos psicólogos e psicólogas em formação, participavam corpo a corpo de espaços coletivos de muito aprendizado, como os encontros da ABRAPSO, em que discutíamos qual e para quem é a Psicologia que queremos construir. Ademais, a participação em mobilizações estudantis sob pautas que perpassam a vivência na universidade, como debates sobre a permanência estudantil nas instituições de ensino superior, impactos de cortes de gastos com o ensino público gratuito, debates sobre opressões e exclusões na academia e na sociedade, entre outras discussões, também contribuem para o processo formativo.

Por meio de instrumentos de organização coletiva, frentes de lutas e ações práticas dentro do movimento estudantil, perpassa um processo formativo de construção de sujeitos que percebem a potência e necessidade da luta, e de que é possível edificar metamorfoses grupais. Assim, a potência da organização em prol de demandas coletivas, de traçar estratégias de enfrentamento, de resistência e reivindicação revigora o ensino e a atuação em psicologia.

Tais encontros e debates dentro do ERE ocorrem com menos frequência, pois encontramos uma universidade entorpecida e alheia aos processos de violência social e do Estado, o esmorecimento dos movimentos sociais em meio ao caos da pandemia de Covid-19, em que a morte e o luto espreitam a condição de estudantes, servidores, terceirizados e docentes. Dificultando, assim, uma mobilização social e política no âmbito acadêmico, pois são muitas as barreiras colocadas nessa modalidade.

O isolamento social e o espaço virtual estimulam a individualidade, provocando um distanciamento desses espaços potentes formativos da modalidade presencial de ensino. Para além da exclusão digital, que prejudica de modo direto os/as estudantes, filhos e filhas da classe trabalhadora mais precarizados, pessoas negras e pobres, e/ou que residem em áreas rurais e/ou em comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), o ensino remoto em espaço doméstico impõe outras dificuldades, especialmente, para estes. Surgem enormes percalços, principalmente, para estudantes responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado, tendo que realizar multitarefas na busca de dar conta das demandas.

Ainda assim, alguns movimentos coletivos foram realizados nesse período dentro do curso de Psicologia da FURG, muito pela articulação dos/as estudantes, principalmente, por meio dos instrumentos de mobilização. Podemos perceber isso com a atuação do *Centro Acadêmico de Psicologia (CAPsi) - Gestão Nise da Silveira*, que propôs pelo menos duas assembleias estudantis para

discutir as problemáticas vivenciadas pelos estudantes no ERE, bem como, fizeram chamada para participação nos atos nacionais, que ocorreram em 2021 reivindicando vacina para todos e todas e o “Fora Bolsonaro”, unificando a luta dos estudantes com a dos/das trabalhadores, em um momento de tamanho descaso com a classe trabalhadora e proteção aos interesses dos dominantes, em que buscam aprovar políticas que retrocedem os direitos sociais, como a do Marco Temporal Indígena (PL 490), por exemplo, condenando terras indígenas ao agronegócio.

Considerações finais e interpelações

O desafio de pensarmos em “*O que pode a Psicologia Social no contexto pandêmico?*” não se finaliza com o texto. Sabemos que é por meio da coletividade de pensarmos e refletirmos que podemos ir desenhando redes e movimentos que deem voz e atendimento às demandas de melhores condições de vida, estudo e trabalho, pois como afirma a autora bell hooks (2020), as comunidades alimentam a vida e delas reside a salvação do mundo. Uma vez que, o amor que criamos em comunidade permanece conosco aonde quer que formos, logo, as vivências obtidas na luta e nas trocas afetivas no contexto da moradia estudantil fazem parte de quem somos, nos conectam como uma espécie de “*família da CEU*” e, com todas as adversidades possíveis nos levam a gentileza na atenção com a/o outra/o como forma de manutenção no nosso próprio cuidado nas residências, sendo esse movimento de amor, também, político.

Assim, padecer sob os impasses e enfrentamentos do momento pandêmico não é uma opção, precisamos unir nossas vozes e somar nas lutas que estão ocorrendo no momento, bem como articular de forma mais veemente as denúncias e mobilização de ações nos meios virtuais. Além disso, é importante pensar sobre a possibilidade de atuação política no contexto da Pós-Graduação em Psicologia, nível de mestrado, que teve início em 2019 na FURG. Por fim, faz-se necessário pensar sobre o lugar que ocupamos, seja enquanto território e/ou enquanto local social, nos conhecendo e sabendo os processos de lutas que nos percorrem. Podemos unificar desejos e contribuir para espaços que superem as desigualdades sociais implicadas no contexto capitalista-neoliberal que vivenciamos na contemporaneidade.

Referências

- Antunes, R. (2020). Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado. Boitempo.
- Borghi, C. M. S. O., Oliveira, R. M., & Sevalho, G. (2018). Determinação ou determinantes sociais da Saúde: Texto e contexto na América Latina. *Trabalho, Educação e Saúde*, 16(3), 869-897. <https://www.scielo.br/j/tes/a/jJpLdWtYsCMVV8YQm6PqMFk/abstract/?lang=pt#>.
- Brasil (2010). Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.
- Brasil (2010) Portaria Normativa n. 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizados pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>.
- Brasil (2012). Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.
- Clandinin, D. J., & Connelly F. M. (2015). Pesquisa Narrativa: Experiência e História em pesquisa narrativa. EDUFU.
- Ferreira, B. (2017). Cota não é esmola. In *Sofar Latin America*. [Bia Ferreira no Estúdio Showlive]. <https://www.youtube.com/watch?v=QcQIaoHajoM>.
- Hooks, b. (2020). Tudo sobre o amor: Novas perspectivas. Elefante.
- Lane, S. (2006). O que é Psicologia Social. Brasiliense.
- Lusa, M.G. et al. (2019) A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *Revista Katálysis* [online]. v. 22, n. 03, pp. 536-547. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p536>.
- Martín-Baró, I. (2017). Crítica e Libertação na Psicologia: Estudos Psicossociais. Vozes.
- Pires, D. E.(2009) Divisão Social do Trabalho. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoetra.html>.
- Vaz, S. (2016). Flores de Alvenaria. Global Editora.
- Vygotsky, L. S. (2010) O pensamento e a palavra. In: *Ivic, I. Lev Semionovich Vygotsky*. Tradução de: José Eustáquio Romão; Edgar Pereira Coelho (org.) – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 140 p. (Coleção Educadores)

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

- **Alfredo G. Martin Gentini** - Psicólogo transcultural, analista institucional, doutor em Ciências da Educação (Paris VIII), professor de Psicologia Transcultural Univ. Federal de Rio Grande (FURG), aposentado.
- **Andréa V. Zanella** - Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC e bolsista em produtividade do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8949-0605>.
- **Alexandra Costa** - alexandraufrj@outlook.com.br Possui graduação em Gestão de Recursos Humanos (2018) pela Universidade Estácio de Sá (UNESA-RJ) e outra em andamento em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-graduanda em Ciências Criminais pelo Instituto Ethos On. Pesquisadora de temas de gênero e sexualidade atuante nos sistemas de justiça aliada à perspectiva da Justiça Restaurativa e de Psicologia Jurídica. Estagiária de Psicologia Jurídica no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) atuando como técnica judiciária (2021). Membro do Grupo de Estudos de Justiça Restaurativa e Violência de Gênero organizado pela Comissão de Justiça Restaurativa da OAB de São Paulo.
- **Bruna Rosa Farias** - Quilombola da Comunidade São Manoel/Dona Geraldina-Piratiní-RS, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande. Co-criadora do PsicoQUILOMBOlogia e da QUILOMBOteca.
- **Charlene da Costa Bandeira** - Liderança da Comunidade Quilombola Macanudos, Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande. Criadora do PsicoQUILOMBOlogia e da QUILOMBOteca.
- **Cacique Mbyá Guarani VERÁ** (EDUARDO AQUINO ORTIZ), liderança da aldeia Y'yrembé (Cassino, Rio Grande, RS)
- **Geruza Tavares D'Avila** - Possui graduação, bacharelado e licenciatura, em Psicologia (2004), mestrado (2006) e doutorado (2014) pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora Adjunta do curso de graduação e de Pós-Graduação em Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho e Constituição do Sujeito (NETCOS) e membro do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM). Tem experiência na área de Psicologia Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trajetórias laborais, juventudes, universidade e sentidos do trabalho.
- **Édio Raniere da Silva** - Pós-Doutorado em Filosofia pela Université Paris-Nanterre. Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – PP-GAVI – e professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, onde coordena o Laboratório de Arte e Psicologia Social: LAPSO. Encontra

na Ecologia das Imagens de Anne Sauvagnargues e na Filosofia da Diferença de Gilles Deleuze importantes intercessores. Suas pesquisas mais recentes concentram-se em dois eixos temáticos: 1) Processos de Criação e Processos de Subjetivação; 2) Medidas Socioeducativas. Interessa-se pela Arte Indígena Contemporânea, em especial pelo trabalho de Jaider Esbell.

- **Egeu Gomez Esteves** - Psicólogo (1999) e doutor em Psicologia Social (2010) pela Universidade de São Paulo - USP. Realizou Pós-doutorado em Administração Pública (2016) pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atualmente é professor associado do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, atuando nos cursos de graduação em Geografia e em Serviço Social e no curso de especialização em “Cidades, Planejamento Urbano e Participação Popular”. Tem experiência com Psicologia Social do Trabalho, especialmente no temas: trabalho associado, autogestão de cooperativas industriais e economia solidária.
- **Jackson Pereira Cardoso** - Preto, lgbtqi+. Psicólogo Comunitário e Clínico, mestrando em Psicologia (PPGpsi - FURG). Pesquisador e supervisor de estágios no Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM - FURG), pesquisador do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI - FURG), membro do PsicoQUILOMBologia. Co-criador do Klinâmen: Psicoterapias Grupais. Atua e pesquisa na área da clínica grupal.
- **Jaqueline Tittone** - Psicóloga. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.
- **Jessica Isis Faria**: Graduada em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Feminista. Detém o atravessamento do movimento estudantil no percurso de sua formação, com participação no Movimento de Casas de Estudantes (MCE) e na Secretaria Executiva Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), compreendendo o Núcleo de Diversidade. Atuante na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) Núcleo Sul Sul e Regional - Rio Grande do Sul.
- **Larissa Dall’ Agnol da Silva** - Possui graduação em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Metodista - IPA - 2008. Especialização em Educação e Saúde Mental Coletiva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - 2011. Mestrado em Ciências pelo Programa de Pós Graduação em Enfermagem na Universidade Federal de Pelotas - PPGENF - UFPEL e integrante do Grupo de pesquisa Enfermagem, Saúde Mental e Saúde Coletiva, da UFPEL. Experiência em Casa de Apoio a mulheres, crianças, adolescentes vítimas de violência doméstica e abuso sexual, Serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico: Centro de Atenção Psicossocial, Geração de Trabalho e Renda - GTR, Redução de Danos - RD, Acompanhamento Terapêutico - AT, Atendimento Domiciliar - AD, Internação Domiciliar - ID, Foi Diretora Administrativa na gestão 2012-2014 do Centro de Prevenção e Intervenção nas Psicoses - CPiP - Vivendo e Reaprendendo. É Terapeuta Ocupacional do Coletivo Ato. Tem Especialização em Educação e em Saúde Mental e Coletiva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS É Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL desde 2012. Foi tutora de cenário prático e Docente no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (Veterinária, Odontologia, Nutrição, Terapia Ocupacional, Psicologia, Enfermagem) RISM HE/UFPEL Foi Coordenadora e Tutora dos bolsistas/voluntários no Programa Nacional de Reorientação da Formação em Saúde - Pró-Saúde, Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde

- Saúde Atenção. 2013-2015 Foi Vice Coordenadora de Estágio no Curso de Terapia Ocupacional da UFPEL

- **Liamara Denise Ubessi** - Doutora e pós-doutoranda em Ciências: práticas sociais em enfermagem e saúde e graduanda em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Mestre em Educação nas Ciências - Enfermagem. Sanitarista. Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde e em Gerontologia. Graduada em Enfermagem e Psicologia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. Integrante do Grupo de Pesquisa em Enfermagem em Saúde Mental e Saúde Coletiva - UFPel. Ouvidora de vozes. Reikiana. Educadora Popular. Militante do SUS e da Luta Antimanicomial. Atualmente é professora adjunta do curso de Medicina da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA/Uruguaiana, nas disciplinas de Saúde Coletiva, Vivências no SUS e no Internato em Medicina, Família e Comunidade. Atua na Saúde Coletiva, Saúde Mental, Enfermagem, Psicologia Social, Educação Popular, Educação Permanente em Saúde, Políticas Públicas, no Controle Social, participação popular e produção de cidadania, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, Coletivos Auto e Cogeridos, Movimentos Sociais, Grupos de Ajuda Mútua, Práticas de Recovery, Outras Abordagens em Saúde Mental e Envelhecimento Humano. Fundadora integrante da Coletiva de Mulheres que Ouvem Vozes - CMOV, da Articulação Nacional de Práticas e Movimentos de Educação Popular em Saúde - ANEPS, membra da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO e da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME. Aposta no protagonismo, na expertise por experiência e no potencial transformador da educação crítica na formação em saúde e em práticas sociais e populares. Insere-se em movimentos de resistência ao que dilacera a vida dos povos e do ecossistema. E.mail: liaubessi@gmail.com/liamaraubessi@unipampa.edu.br <https://orcid.org/0000-0002-5884-9969>
- **Luana Ribeiro Borges** - Possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Pelotas (2008), especialização em Saúde da Família pela Unifesp (2012), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (2014) e Doutorado em Ciências, Área de Concentração Práticas Sociais em Enfermagem e Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel (2022). Atualmente é professora adjunta I do magistério superior da Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem Saúde Mental e Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, empoderamento, ouvidores de vozes, recovery, psicofármacos, medicalização e autonomia.
- **Luciane Prado Kantorski** - Possui graduação em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Santa Maria (1986), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1994) e doutorado em Enfermagem pela Universidade de São Paulo -EERP-Ribeirão Preto (1998). Foi Diretora da Faculdade de Enfermagem da UFPel entre setembro de 2006 e dezembro de 2014. Realizou pós-doutorado na Università degli Studi di Torino/UNITO - Itália (Estágio Sênior no exterior com fomento da CAPES) em 2015. Atuou como pesquisadora visitante na UNITO - Itália em 2019. Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora Adjunta dos PPG Acadêmicos na área de Enfermagem na CAPES (2018 - atual). Bolsista Produtividade em Pesquisa 1C - CNPq.
- **Maria Judete Loureiro Ferrari** - psicóloga do NASF da cidade de Alegrete.

- **Renato Monteiro** - renatomonteiro@nutricao.ufrj.br Possui Bacharelado em Turismo, licenciando em Química, Especialista em Educação Ambiental, Mestre em Educação, Doutor em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua como professor adjunto do Departamento de Gastronomia do Instituto de Nutrição Josué de Castro da UFRJ. É idealizador e coordenador do curso de extensão universitária TransGarçonne, voltado para a educação profissional de pessoas transgêneras na Gastronomia.
- **Rhândrea L. da Silveira:** Graduada em Psicologia, Pós-graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Teve a trajetória acadêmica perpassada pelo movimento estudantil, com participação no Movimento de Casas de Estudantes (MCE), Centro Acadêmico de Psicologia e Diretório Central dos Estudantes da FURG. Atuou, nos últimos anos da graduação, de forma organizada pelo coletivo “Outros Outubro Virão”.
- **Rita de Cássia Maciazeki-Gomes** - Doutora em Psicologia. Professora do curso de Psicologia, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Co-Fundadora do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM-FURG). Coordenadora do Núcleo Sul Sul da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).
- **Roberta Antunes Machado** - Enfermeira graduada na Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Federal de Pelotas. Especialização em Residência Integrada em Saúde com ênfase em Saúde da Família e Comunidade pelo Grupo Hospitalar Conceição. Mestre (2011) e Doutora (2021) em Ciências - Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem (UFPEL). Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS). Atual coordenadora do curso Técnico em Enfermagem do IFRS. Coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade do IFRS - Rio Grande (2016/217). Educadora Popular. Militante nos movimentos sociais relacionados a defesa e fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Integrante fundadora da Coletiva de Mulheres que Ouvem Vozes (CMOV). Coordenadora do Projeto de Extensão: Hábraços Mentaleiros no cuidado às pessoas que ouvem vozes. Integrante do Grupo de Interesse de Saúde Mental da Associação Brasileira de Enfermagem no Rio Grande do Sul. Conselheira Municipal Suplente pela ABEN/RS no município do Rio Grande. Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/RG).
- **Simone Mainieri Paulon** - Psicóloga (PUCRS), especialista em Psicologia Social (PUCRS), com mestrado em Educação (UFRGS), doutorado em Psicologia Clínica (PUC-SP) e pos-doutorado no PPG de Psicologia UFRN com estágio de professora visitante no Departamento de Psicologia, dell?Alma Mater Studiorum, Università di Bologna. É professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual orienta trabalhos de pesquisa e extensão junto ao laboratório de Políticas Públicas do departamento de Psicologia Social e Institucional, ao PPG de Psicologia Social, e coordena grupo INTERVIRES Pesquisa-Intervenção em Políticas Públicas, Saúde Mental e Cuidado em Rede.
- **Uilames Lazaro da Silva** - Preto. Psicólogo Comunitário e clínico, mestrando em Psicologia (PPGpsi-FURG). Pesquisador e supervisor de estágios no Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM - FURG), tra-

balhando principalmente no dispositivo clínico do Espaço de Expressão, membro do PsicoQUILMBOlogia. Co-criador do Klinâmen: Psicoterapias Grupais. Atua e pesquisa na área da clínica grupal.

- **Valéria Cristina Christello Coimbra** - Possui graduação em enfermagem pela Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Pelotas (2001), Especialização em Educação Profissional na Área de Saúde (Enfermagem) pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (2005), Mestrado (2003) e Doutorado (2007) em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em saúde mental e saúde coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação de serviços de saúde, processo de trabalho, enfermagem psiquiátrica, saúde da família, serviços de saúde mental, organização, planejamento e gestão de serviços de saúde, reabilitação psicossocial infantil e família. Nos últimos anos tem se dedicado a pesquisas na área da saúde mental infantojuvenil e das necessidades de saúde LGBTTTQI+.

